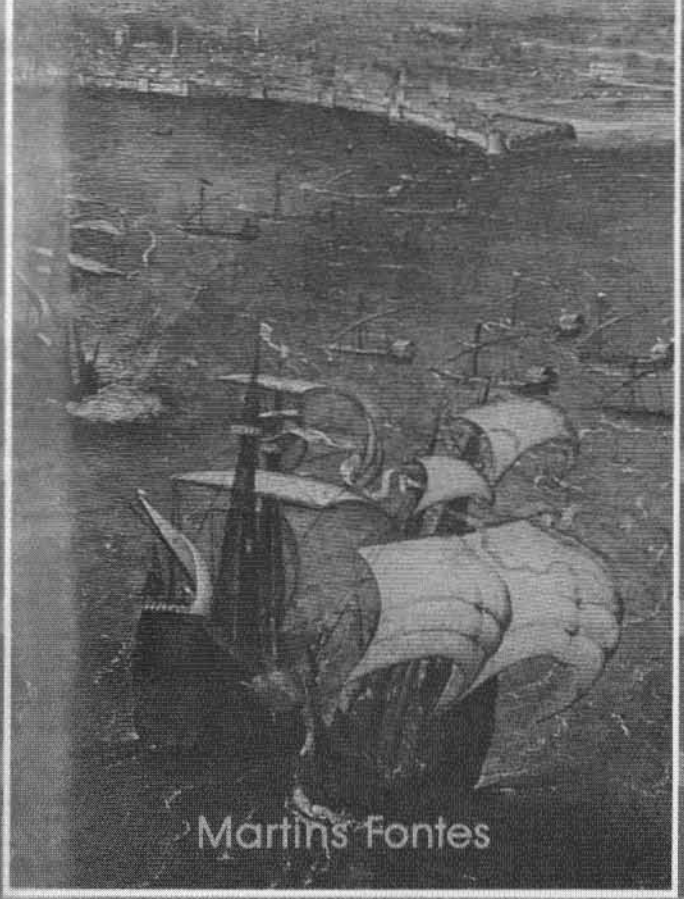
Neste livro, os barcos navegam; as ondas repetem sua canção; os vinhateiros descem das colinas das Cinque Terre, sobre a Riviera genovesa; as azeitonas são varejadas na Provença e na Grécia; os pescadores atiram suas redes na laguna imóvel de Veneza ou nos canais de Djerba; os carpinteiros constroem hoje embarcações semelhantes às de outrora... E ainda desta vez, ao observá-los, estamos fora do Tempo. Nossa intenção foi a de promover um encontro constante entre o passado e o presente, uma passagem repetida de um a outro, um recital sem fim a duas vozes genuínas. Se esse diálogo, com seus problemas que ecoam uns nos outros, animar este livro, teremos alcançado nosso propósito. A história nada mais é do que uma constante indagação dos tempos passados em nome dos problemas e curiosidades — ou mesmo das inquietações e das angústias — do tempo presente que nos cerca e assedia. Mais que qualquer outro universo humano, o Mediterrâneo é uma prova disso, ele não cessa de se contar, de se reviver. Sem dúvida por prazer; não menos por necessidade. Ter sido é uma condição para ser.

Fernand Braudel

COLEÇÃO O HOMEM E A HISTÓRIA

O Espaço e a História no Mediterrâneo

Braudel



Martins Fontes

A med. 1-A

O Espaço e a História

no Mediterrâneo

COLEÇÃO O HOMEM E A HISTÓRIA

Braudel, F. - **O Espaço e a História no Mediterrâneo**
Braudel, F. - **Os Homens e a Herança no Mediterrâneo**

Próximos lançamentos

Duby, G. - **A Europa na Idade Média**
Wolff, P. - **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos**

O Espaço e a História

no Mediterrâneo

Braudel

Martins Fontes

Título original
LA MEDITERRANÉE, L'ESPACE ET L'HISTOIRE
© Flammarion, 1985

1.ª edição brasileira: janeiro de 1988

Tradução: Marina Appenzeller
Revisão da tradução: Alexandre Soares Carneiro

Produção gráfica: Geraldo Alves
Composição: Artestilo - Compositora Gráfica

Projeto de capa: Alexandre Martins Fontes
Ilustração da capa: Brueghel, P., *Porto de Nápoles* (detalhe)

Todos os direitos para o Brasil reservados à
LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340
01325 — São Paulo — SP — Brasil

Índice

Fernand Braudel
Mediterrâneo 1

Fernand Braudel
A terra 7

Fernand Braudel
O mar 29

Fernand Braudel
A alvorada 55

Filippo Coarelli
Roma 85

Fernand Braudel
A história 105

Maurice Aymord
Espaços 129

Mediterrâneo

Nesse livro, os barcos navegam; as ondas repetem sua canção; os vinhateiros descem das colinas das Cinque Terre, sobre a Riviera genovesa; as azeitonas são varejadas na Provença e na Grécia; os pescadores atiram suas redes na laguna imóvel de Veneza ou nos canais de Djerba; os carpinteiros constroem hoje embarcações semelhantes às de outrora... E ainda desta vez, ao observá-los, estamos fora do Tempo.

Nossa intenção foi a de promover um encontro constante entre o passado e o presente, uma passagem repetida de um a outro, um recital sem fim a duas vozes genuínas. Se esse diálogo, com seus problemas que ecoam uns nos outros, animar este livro, teremos alcançado nosso propósito. A história nada mais é do que uma constante indagação dos tempos passados em nome dos problemas e curiosidades — ou mesmo das inquietações e das angústias — do tempo presente que nos cerca e assedia. Mais que qualquer outro universo humano, o Mediterrâneo é uma prova disso, ele não cessa de se contar, de se reviver. Sem dúvida por prazer; não menos por necessidade. Ter sido é uma condição para ser.

O que é o Mediterrâneo? Mil coisas ao mesmo tempo. Não uma paisagem, mas inúmeras paisagens. Não um mar, mas uma sucessão de mares. Não uma civilização, mas civilizações sobrepostas umas às outras. Viajar pelo Mediterrâneo é encontrar o mundo romano no Líbano, a pré-história na Sardenha, as cidades gregas na Sicília, a presença árabe na Espanha, o islã turco na Iugoslávia. É mergulhar nas profundezas dos séculos, até as construções megalíticas de Malta ou até as pirâmides do Egito. É encontrar coisas muito velhas ainda vivas, ladeando o ultramoderno: ao lado de Veneza, falsamente imóvel, a pesada aglomeração industrial de Mestre. Ao lado do barco do pescador, que é ainda o mesmo de Ulisses, a traineira devastadora do fundo do mar, ou os enormes petroleiros. É ao mesmo tempo imergir no arcaísmo dos mundos insulares e surpreender-se diante da extrema juventude de cidades muito antigas, abertas a todos os ventos da cultura e do lucro, e que, há séculos, vigiam e comem o mar.

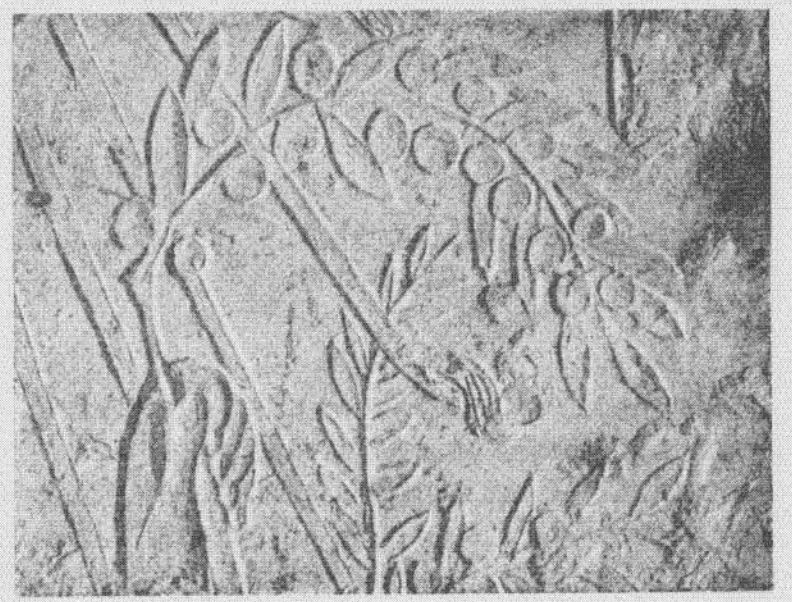
Tudo porque o Mediterrâneo é uma encruzilhada muito antiga. Há milênios tudo converge em sua direção, confundindo e enriquecendo sua história: homens, animais de carga, veículos, mercadorias, navios, idéias, religiões, artes de viver. E até mesmo plantas. Vocês as consideram mediterrânicas. Ora, com exceção da oliveira, da vinha e do trigo — autóctones há muito no local — quase todas nasceram longe do mar. Se Heródoto, o pai da História, que viveu no século V antes de nossa era, voltasse, em meio aos turistas de hoje, não cessaria de se surpreender. "Imagino-o", escreve Lucien Febvre, "refazendo seu périplo do Mediterrâneo oriental. Quantas surpresas! Esses frutos dourados nesses arbustos verde-escuros, laranjeiras, limoeiros, tangerineiras, mas ele não lembra de tê-los visto quando era vivo. Mas é claro! São plantas extremo-orientais, trazidas pelos árabes. Essas plantas estranhas, espinhosas, de silhuetas insólitas, hastes floridas, nomes estrangeiros, cactus, agaves, aloé, figueiras da Barbaria — mas nunca as havia visto quando era vivo. É claro! São americanas. Essas grandes árvores de folhagem pálida que, no entanto, têm um nome grego, eucalipto: jamais vira algo semelhante. São australianas! E da mema forma os ciprestes, que são persas. Tudo isso quanto ao cenário. Mas ainda quantas surpresas diante da menor refeição: quer se trate do tomate, esse peruano, da berinjela, essa indiana, da pimenta, vinda das Guianas, do milho, mexicano, do arroz, essa dádiva dos árabes, para não falar do feijão, da batata, do pessegueiro, montanhês da China que se tornou iraniano, nem do tabaco." E, no entanto, tudo isso se tornou a própria paisagem do Mediterrâneo: "Uma Riviera sem laranjeiras, uma Toscana sem ciprestes, cestos sem pimentas... Para nós, hoje, não seria isso inconcebível?" (Lucien Febvre, *Annales,* XII, 29).

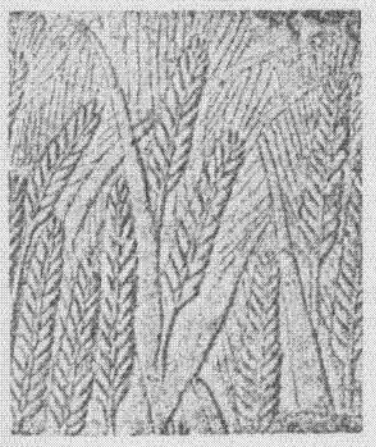
E se fizéssemos um catálogo dos homens do Mediterrâneo, aqueles que nasceram em suas margens, ou descendentes daqueles que, em tempos longínquos, navegaram em suas águas ou cultivaram suas terras e seus campos em terraços, e, em seguida, de todos os recém-chegados que pouco a pouco o invadiram, acaso não teríamos a mesma impressão que tivemos ao fazer a lista de suas plantas e de seus frutos?

Tanto em sua paisagem física como em sua paisagem humana, o Mediterrâneo encruzilhada, o Mediterrâneo heteróclito apresenta-se em nossas lembranças como uma imagem coerente, como um sistema onde tudo se mistura e se recompõe numa unidade original. Como explicar essa unidade evidente, esse ser profundo do Mediterrâneo? Repetidos esforços serão necessários. A explicação não é somente a natureza, que, a esse respeito, terá colaborado bastante. Nem apenas o homem, que reuniu tudo com obstinação. São ao mesmo tempo as graças da natureza, ou suas maldições — umas e outras numerosas —, e os múltiplos esforços dos homens, ontem como hoje. Ou seja, uma soma interminável de acasos, acidentes e repetidos êxitos.

O objetivo desse livro é mostrar que essas experiências e esses êxitos só podem ser compreendidos se tomados em seu conjunto; mais ainda, que eles devem ser aproximados uns dos outros, que a luz do presente freqüentemente lhes convém e que é a partir do que vemos hoje que julgamos e compreendemos o passado — e reciprocamente. O Mediterrâneo é uma boa ocasião para apresentar uma "outra" maneira de abordar a história. Pois o mar, tal como podemos vê-lo e amá-lo, é, acerca de seu passado mais surpreendente, o mais claro de todos os testemunhos.

FERNAND BRAUDEL





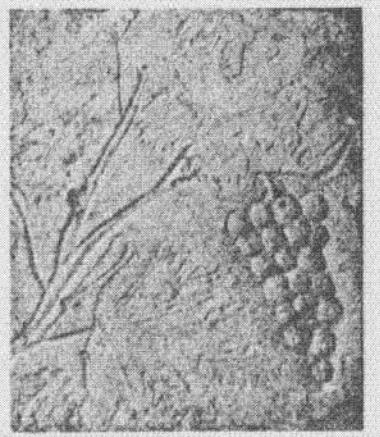


Fig. 1

Ramo de oliveira, espiga de trigo, cacho de uva, baixos-relevos do templo de Ramsés II, Hermópolis.

© Éric Lessing, Magnum.

A terra

No mapa-múndi, o Mediterrâneo é um simples corte na crosta terrestre, um fuso estreito que se alonga de Gibraltar ao istmo de Suez e ao mar Vermelho. Rupturas, falhas, desmoronamentos e pregas terciárias criaram fossas líquidas muito profundas, e, como conseqüência, diante de seus abismos, intermináveis guirlandas de montanhas jovens, muito altas, de formas vivas. Uma fossa de 4600 metros escava-se perto do cabo Matapan, a qual submergiria com muita tranqüilidade o pico mais alto da Grécia, os 2985 metros do monte Olimpo.

Essas montanhas penetram no mar e às vezes estrangulam-no a ponto de reduzi-lo a um simples corredor de água salgada: é o que acontece em Gibraltar, no estreito de Bonifácio (*Bocche di Bonifacio*), no estreito de Messina, com os abismos turbilhonantes de Caribde e Cila, ao longo dos Dardanelos e do Bósforo. Não é mais o mar, são rios, ou mesmo simples portas marinhas.

Essas portas, esses estreitos e essas montanhas projetam sua articulação sobre o espaço líquido, nele recortando regiões autônomas: o mar Negro, o mar Egeu, o Adriático, que por muito tempo foi propriedade dos venezianos, o bem mais vasto Tirreno. A esse recorte do mar

em uma série de bacias corresponde, como sua imagem invertida, o recorte das terras em continentes distintos: a península dos Balcãs, a Ásia Menor, a Itália, o conjunto ibérico e a África do Norte.

No entanto, desse esboço de conjunto destaca-se uma linha principal, essencial para a compreensão do passado do mar, desde a época das colonizações gregas e fenícias até os tempos modernos. A cumplicidade da geografia e da história criou uma fronteira mediana de ilhas e costas que, de norte a sul, corta o mar em dois universos hostis. Tracem essa fronteira, de Corfu e do canal de Otranto, que quase fecha o Adriático, até a Sicília e o litoral da atual Tunísia: a leste, vocês estarão no Oriente; a oeste, no Ocidente, no sentido pleno e clássico dessas palavras. Alguém se surpreenderia com o fato de esse eixo constituir, por excelência, a linha principal dos combates do passado: Actium, Prevesa, Lepanto, Malta, Zama, Djerba? Linha de ódios e de guerras inexpiáveis, de cidades e ilhas fortificadas que espreitam umas às outras, do alto de suas muralhas e de suas torres de vigia.

Aí a Itália encontra o sentido de seu destino: ela é o eixo mediano do mar e, muito mais do que se diz geralmente, sempre se desdobrou entre uma Itália voltada para o Poente e uma Itália que encara o Levante. Não foi nisso que por muito tempo encontrou suas riquezas? Ela tem a possibilidade natural, o sonho natural de dominar todo o mar.

Uma geologia ainda em ebulição

No Mediterrâneo, o motor das rupturas, das dobras e da justaposição das profundezas marinhas e dos cumes montanhosos é uma geologia em ebulição, cuja obra ainda não foi apagada pelo tempo, e que continua a causar estragos diante de nossos olhos. O que explica que o mar seja semeado de ilhas e penínsulas, fragmentos ou

pedaços de continentes, alguns engolidos, outros esmigalhados. O que explica que os relevos retalhados ainda não tenham sido por demais atingidos pela erosão. O que explica os terremotos e o fogo dos vulcões, que grunhem com freqüência, adormecem e também acordam de forma dramática.

Sentinela no meio do mar, eis o Stromboli e sua fumaça, ao norte das ilhas Lipari. Toda noite ele ilumina com seus projéteis incandescentes o céu e o mar circunvizinhos. Eis o Vesúvio, sempre ameaçador, embora há alguns anos tenha cessado de erguer seu penacho de fumaça por trás de Nápoles. Mas, após muitos séculos de um silêncio semelhante, destruiu completamente Herculano e Pompéia, em 79 d.C. E eis o rei das usinas de fogo, o Etna (3313 m), sempre ativo, dominando a maravilhosa planície de Catânia. O Etna, local de lendas: os ciclopes, fabricantes dos raios celestes, nele manejavam, nas forjas de Vulcano, seus enormes foles de couro de touro. O filósofo Empédocles teria se precipitado em sua cratera que, segundo o que se diz, só teria rejeitado uma de suas sandálias. "Quantas vezes", exclama Virgílio, "vimos o Etna fervilhante transbordar, expelir bolas de fogo e rochas derretidas." A história conheceu uma centena de erupções do Etna, desde aquela assinalada por Píndaro e Ésquilo em 475 antes de nossa era.

No Egeu, a ilha de Santorini (antiga Thera) é uma cratera vulcânica da qual só resta a metade, tendo sido invadida pelo mar quando uma enorme explosão partiu-a em duas por volta de 1450 a.C. De acordo com os especialistas, a explosão teria sido quatro vezes mais forte do que a que destruiu a ilha de Krakatoa, no estreito da Sonda, em 1883, provocando fantásticos vagalhões, projetando um navio e locomotivas por cima de casas de vários andares e transportando por centenas de quilômetros nuvens de cinzas opacas e incandescentes. Seria então absurdo acreditarem os historiadores poder contar, entre os inúmeros estragos da explosão de Santorini, o desapa-

recimento brutal da tão brilhante civilização de Creta, de súbito atingida mortalmente, e por volta da mesma época? Essa erupção de Thera de fato sepultou Creta sob cinzas ardentes, que as escavações reencontram, e que por muito tempo impediram o cultivo. Teriam suas nuvens pestilentas atingido a Síria e o Egito? O "Êxodo" fala de uma noite aterrorizante de três dias, durante a qual os judeus, então prisioneiros do faraó, aproveitaram para fugir. Deve-se ligar esse acontecimento ao vulcão de Thera?

Em todo caso, da mesma forma que o vulcão da antiga ilha de Krakatoa, apesar de imerso, continua ativo, a cratera de Santorini prosseguiu sua atividade. Desde o século I a.C. até nossos dias (1928), sucessivas erupções fizeram surgir uma série de ilhas e ilhotas vulcânicas nas águas da antiga cratera, e o mar ainda hoje fervilha ao largo de Santorini, a ilha de cores estranhas. O fogo continua aceso, portanto, sob o caldeirão do diabo.

De resto, desde os primeiros momentos de sua história até nossos dias, não viveram os homens do Mediterrâneo sob a constante ameaça de erupções vulcânicas e de terremotos? Na antiqüíssima cidade de Catal Hüyük, na Ásia Menor, a pintura mural de um santuário, datada de 6200 a.C., representa, ao fundo das casas de vários andares da cidade, um vulcão em erupção, sem dúvida o Hasan Dag. E, na mesma Ásia Menor, as escavações encontram hoje vestígios de monumentos aparentemente destruídos por terremotos e mesmo, na zona mais sujeita a sismos, o primeiro esforço de que temos conhecimento, empreendido há alguns milhares de anos antes de Cristo, de uma arquitetura em materiais leves, provavelmente concebida para resistir a esses cataclismos.

Montanhas que cercam o mar por quase todos os lados

A geologia explica a superabundância de montanhas através do espaço sólido do Mediterrâneo. Montanhas

recentes, altas, de formas movimentadas, e que, como um esqueleto de pedra, irrompem na pele da região mediterrânica: os Alpes, os Apeninos, os Balcãs, o Taurus, o Líbano, o Atlas, as cadeias da Espanha, os Pireneus, que cortejo! Picos abruptos, cobertos de neve por muitos meses, que se erguem sobre o mar e sobre as planícies quentes onde florescem rosas e laranjeiras; inclinações íngremes que caem muitas vezes diretamente na água — essas paisagens clássicas, que podem ser encontradas de um lado ao outro do Mediterrâneo, são quase intercambiáveis. Quem poderia se vangloriar de reconhecer à primeira vista a costa da Dalmácia, a costa da Sardenha ou a costa da Espanha meridional perto de Gibraltar? Quem não se enganaria? E, no entanto, situam-se a centenas de quilômetros umas das outras.

A montanha, porém, não margeia todo o Mediterrâneo. Já na costa norte há algumas interrupções: a costa do Languedoc, até o delta do Ródano, ou a costa baixa do Vêneto junto ao Adriático. Mas a principal exceção à regra é, ao sul, o longo litoral insolitamente plano, quase a perder de vista, que se estende por milhares de quilômetros, do Sahel tunisiano ao delta do Nilo e às montanhas do Líbano. Nessas costas intermináveis e monótonas, o Saara se encontra em contato direto com o Mar Interior. Vistas do avião, duas enormes superfícies planas — o deserto e o mar — opõem-se margem contra margem: suas cores se confrontam, indo uma do azul ao violeta, às vezes ao negro, outra do branco ao ocre e ao alaranjado.

O deserto é um universo estranho que faz com que as profundezas da África e as turbulências da vida nômade desemboquem nas próprias margens do mar. São tipos de vida que nada têm a ver com os das zonas montanhosas. É um outro Mediterrâneo que se opõe ao primeiro e, incansavelmente, reivindica seu lugar. A natureza preparou de antemão essa dualidade, quem sabe essa

hostilidade inata. Mas a história misturou os ingredientes diferentes, como o sal e a água se misturam no mar.

Conseqüentemente, no concerto do Mediterrâneo, o homem do Ocidente não deve escutar exclusivamente as vozes que lhe são familiares. Sempre existem as outras vozes, as estrangeiras, e o teclado exige as duas mãos. Natureza, história e alma mudam de acordo com sua localização ao norte ou ao sul do mar, conforme se olhe apenas para uma ou para outra dessas direções. Em direção à Europa e suas penínsulas, ergue-se a tela das montanhas. Para o sul, se excetuarmos os djebels da África do Norte, com suas árvores confusas, é o deserto, um mar petrificado ou arenoso; e, atrás do Saara, a imensidão da África negra e, em seus prolongamentos, os desertos da Ásia. E nessas superfícies enormes, não mais navios ou comboios de navios, mas caravanas de camelos, com milhares de animais, carregam víveres ou riquezas preciosas: temperos, pimenta, drogas, seda, marfim, ouro em pó...

Imaginemos também a conquista lenta, século após século, desse espaço árido onde o homem soube encontrar a água escondida nas profundezas, criar oásis, plantar palmeiras de longas raízes, reconhecer pistas e nascentes de água junto às raras zonas de relva onde os rebanhos podem viver. Conquista lenta, gradual, magnífica!

O Mediterrâneo segue assim da primeira oliveira que alcançamos quando chegamos pelo norte aos primeiros palmeirais compactos que surgem com o deserto. Para quem "desce" do norte, a primeira oliveira se situa no ponto que segue o "ferrolho" de Donzère, no Ródano. O primeiro palmeiral compacto surge (não há outra palavra) ao sul de Batna e de Timgad, quando transpomos o Atlas saariano pela porta de ouro de El Kantara. Mas locais deste tipo, que toda vez nos fascinam e nos conquistam, organizam-se em torno do Mar Interior, onde oliveiras e palmeiras montam a guarda de honra.

O sol e a chuva

A unidade essencial do Mediterrâneo é o clima, um clima muito particular, semelhante de um extremo ao outro do mar, unificador de paisagens e de gêneros de vida. É, de fato, quase independente das condições físicas locais, construído de fora por uma dupla respiração, a do Oceano Atlântico, vizinho do oeste, e a do Saara, o vizinho do sul. Cada um desses monstros sai com regularidade de sua casa para conquistar o mar, que desempenha apenas um papel passivo: sua massa de água morna (11°) facilita a intrusão do primeiro e depois do segundo.

Todo verão, o ar seco e ardente do Saara envolve toda a extensão do mar, ultrapassando em muito seus limites em direção ao norte. Ele cria sobre o Mediterrâneo aqueles "céus gloriosos" tão claros, aquelas esferas de luz, aquelas noites consteladas de estrelas que não encontramos em nenhuma outra parte. Esse céu de verão só se embaça quando, por alguns dias, desencadeiam-se os ventos do sul, carregados de areia, o khamsin, ou o siroco, o *plumbeus auster* de Horácio, cinza e pesado como o chumbo.

Entregue ao Saara, o Mediterrâneo será durante seis meses o paraíso dos turistas, dos esportes náuticos, das praias superpovoadas, da água azul, imóvel e reluzente ao sol. Mas então os animais, as plantas, a terra ressecada, vivem à espera da chuva. Da água tão rara, que é então a riqueza das riquezas. De abril a setembro, os ventos dominantes do nordeste, os ventos etésios dos gregos, não trazem qualquer abrandamento, qualquer umidade real à fornalha saariana.

O deserto se apaga com a intervenção do oceano. A partir de outubro, as depressões oceânicas, inchadas de umidade, iniciam suas viagens processionais de oeste para leste. Os ventos de todas as direções avançam sobre elas e empurram-nas, rechaçam-nas em direção ao Oriente. O mar escurece, assume as tonalidades cinzas do

Báltico, ou então, enterrado sob uma poeira de espuma branca, parece cobrir-se de neve. E desencadeiam-se as tempestades, as terríveis tempestades. Ventos devastadores: o mistral, o borah, atormentam o mar, e, em terra, é preciso abrigar-se contra seu furor e sua violência. As linhas de ciprestes da Provença, os pára-ventos de juncos da Mitidja e os feixes de palha que cercam as sementeiras de legumes na Sicília são indispensáveis para a proteção das culturas. Ao mesmo tempo, todas as paisagens desaparecem sob uma cortina de chuva torrencial e de nuvens baixas. É o céu dramático de Toledo dos quadros de El Greco. São as trombas de água dos invernos de Argel que estupefazem os turistas. Secos há meses, os rios incham, e as inundações são freqüentes, brutais, nas planícies do Roussillon ou do Mitidja, na Toscana ou na Andaluzia, ou ainda no campo de Salônica. Às vezes, as chuvas absurdas transpõem os limites do deserto, submergem as ruas de Meca e transformam em torrentes de lama as trilhas do Norte saariano. Em Ain Sefra, ao sul de Orã, Isabelle Eberhard, a exilada russa seduzida pelo deserto, perecia, em 1904, levada por uma enchente imprevista do *oued*.

No entanto essas chuvas são benéficas. Os camponeses de Aristófanes divertem-se, tagarelam e bebem, pois nada há a fazer lá fora enquanto Zeus fecunda a terra com grandes torrentes de água. O trabalho só recomeçará realmente com os últimos aguaceiros da primavera, com o brotar dos jacintos e dos lírios de areia, com a volta das andorinhas. Com sua chegada, as canções nascem nos lábios. Em Rhodes, canta-se:

Andorinha, andorinha,
Tu trazes a primavera,
Andorinha de ventre branco,
Andorinha de dorso negro.

Ela chegou. Abre-se a porta das estações.

Em suma, um clima estranho, hostil à vida das plantas. A chuva é abundante demais durante o inverno, quando o frio impede a vegetação. Quando vem o calor, não há mais água. Aliás, não é exclusivamente para nós que as plantas do Mediterrâneo são odoríferas, que suas folhas são cobertas de penugem ou de cera, e suas hastes de espinhos: são defesas contra a secura dos dias muito quentes, quando apenas as cigarras estão vivas. E se a colheita de trigo na Andaluzia acontece tão cedo, em abril, é porque o trigo obedece ao meio e apressa-se em amadurecer suas espigas.

Uma terra a conquistar

O prazer de olhar e a beleza das coisas dissimulam as traições da geologia e do clima mediterrânico. Fazem com que nos esqueçamos muito facilmente que o Mediterrâneo não foi um paraíso oferecido gratuitamente ao deleite dos homens. Ali foi preciso construir tudo, muitas vezes com mais dificuldades do que em qualquer outra parte. O arado de madeira consegue apenas arranhar o solo friável e sem espessura. Quando o furor das chuvas é excessivo, a terra móvel escorrega como água para o pé das encostas. A montanha corta o tráfego, ocupa espaço demais e limita as planícies e os campos, reduzidos muitas vezes a algumas faixas estreitas, a alguns punhados de terra. Um pouco além, começam os caminhos íngremes, difíceis para os pés dos homens e para as patas dos animais.

E a planície, quando de boas dimensões, permaneceu por muito tempo o domínio das águas divagantes. Foi necessário conquistá-la dos pântanos hostis, protegê-la dos rios devastadores, engrossados pelo inverno impiedoso, exorcizar a malária. Conquistar as planícies para a agricultura foi antes de tudo vencer a água insalubre.

Em seguida, foi preciso trazer novamente água, mas dessa vez viva, para as irrigações necessárias.

Essa conquista lenta, muito lenta, terminou há pouco, no nosso século. Hoje o difícil é encontrar as paisagens de águas estagnadas e insalubres de ontem. Perto de Sabaudia, essa nova cidade criada no meio dos pântanos pontinos, eis um enorme charco de alguns hectares que se insinua entre as árvores, preservado no coração de um parque nacional surpreendente. Contemplamo-lo como a um testemunho arqueológico. Os animais selvagens, sobretudo os pássaros aquáticos, elegeram-no seu refúgio predileto.

A prova dos esforços realizados são os sistemas muito antigos ou muito modernos de drenagem e irrigação, com sábias redistribuições de água. Em suma, um trabalho fabuloso, cujos iniciadores foram os árabes na Espanha. Na Huerta de Valencia, no cerne de um êxito muito antigo, o famoso Tribunal das Águas continua, todos os anos, repartindo o maná entre os compradores através de um leilão. A paradisíaca Conca d'Oro que rodeia Palermo, jardim de laranjeiras e vinhedos, é um milagre da água domesticada, que data apenas dos séculos XV e XVI.

Basta retornar no curso dos séculos para encontrar toda a planície mediterrânica recoberta pelas águas, tanto o baixo vale do Guadalquivir quanto as planícies do Pó, a baixa região de Florença e, na longínqua Grécia, esta ou aquela planície, em que o tonel das Danaides evoca a irrigação perene.

Para obter a obediência e os capitais necessários a sua vida, a planície exigiu numerosas sociedades, disciplinadas. Ela suportou, no decorrer dos séculos, classes consideráveis de grandes proprietários, nobres e burgueses, e ainda o enraizamento de grandes cidades e poderosas aldeias. Submete-se hoje às explorações e aos meios mais modernos, quer se trate do trigo ou da vinha. Situa-se assim na zona dos grandes e maciços rendimentos

capitalistas, da ganância. A agricultura arcaica desaparece com a maior rapidez. Que outro destino poderia ter?

Mas a longa e difícil domesticação, o lento aparelhamento das regiões baixas explica por que, por um paradoxo aparente, a história dos homens no Mediterrâneo começou, na maioria das vezes, pelas colinas e montanhas, onde a vida agrícola foi sempre difícil e precária, mas ao abrigo da malária assassina e dos perigos assaz freqüentes da guerra. Daí tantas aldeias empoleiradas, tantas pequenas cidades agarradas à montanha, cujas fortificações se casam às rochas das inclinações. Assim acontece nos Sahels da África do Norte, nas colinas da Toscana, na Grécia, às margens do campo romano, na Provença... No início do século XVI, Guicciardini dizia: "A Itália está cultivada até o topo de suas montanhas." Mas não ainda até o fundo de seus vales e de suas planícies.

As sociedades tradicionais

É portanto nas colinas e terras altas que se encontram melhor as imagens preservadas do passado, os instrumentos, os costumes, os dialetos, os usos e as superstições da vida tradicional. Todas construções muito antigas, que se perpetuaram num espaço onde os velhos métodos agrícolas não podiam de forma alguma ceder espaço às técnicas modernas. A montanha é, por excelência, o lugar da conservação do passado.

Na África do Norte, a Cabília, assim como todas as outras montanhas de língua berbere, possui um folclore vivo, que o belo livro de Jean Servier (*Les portes de l'année*, 1962) evoca maravilhosamente. São assim os ritos do início do ano, a festa do "Ennayer" (no mês de janeiro), que têm como objetivo situar o ano novo sob bons auspícios, com suas máscaras, suas fartas refeições propi-

ciatórias e com o varrer das casas. São assim os ritos da primavera. São assim, mais tarde, os fogos da "ainsara" que, a 7 de julho, são acendidos, não somente na Cabília, mas em toda (ou quase toda) extensão da África do Norte. A explicação normalmente dada é a lenda da rainha judia incestuosa, queimada na fogueira por causa de seus pecados. Mas não será também a queima de férulas (umbelíferas resinosas), de tufos de louros-rosas e de marroios, uma ocasião de purificar pela fumaça as árvores dos pomares ou dos estábulos, "purificação mágica, mas também processo rústico de exterminação dos parasitas"? Essa sabedoria autoritária é comando, precaução, encorajamento ao trabalho.

Em todas as zonas altas do Mediterrâneo, na Itália, na Espanha, na Provença, na Grécia, podemos encontrar facilmente, ainda hoje, toda uma série de festas vivas que mesclam ao trabalho crenças cristãs e sobrevivências pagãs. Mas, tanto quanto o folclore, a própria paisagem é uma testemunha — e que testemunha! — desses modos de vida arcaicos. Uma paisagem frágil, inteiramente criada pela mão do homem: as culturas em terraços, as cercas de pedras empilhadas, sempre por reconstruir, as pedras que é preciso levar para cima em lombo de jumento ou de burro antes de ajustá-las e consolidá-las, a terra que é preciso carregar em cestos para acumulá-la atrás dessa muralha. Acrescente-se que nenhuma atrelagem ou charrete consegue subir essas inclinações íngremes: a colheita de azeitonas e a vindima se fazem à mão e são conduzidas nas costas dos homens.

Tudo isso acarreta hoje o progressivo abandono desse espaço agrícola de outros tempos. Muitas dificuldades para poucos lucros. Mesmo as célebres colinas da Toscana perdem, pouco a pouco, uma a uma, suas características distintivas. As cercas de pedra desaparecem. As oliveiras mais do que centenárias morrem uma após a outra. Não mais se semeia o trigo. As encostas cultivadas

há séculos voltam a ser pasto para a criação, ou se desguarnecem por completo.

O que desaparece sob nossos olhos é uma vida arcaica, tradicional, dura, difícil. Já difícil outrora. As montanhas, normalmente populosas demais, onde, em condições mais saudáveis que em outros lugares, o homem crescia vigoroso, sempre foram colmeias de enxameações repetidas. O povo de Friuli, os furlani, iam para Veneza para exercer as ocupações mais baixas. Os albaneses se colocavam à disposição de todos, sobretudo dos turcos. O povo de Bérgamo, de que todos caçoavam, percorria toda a Itália à procura de trabalho e de ganhos. Os dos Pireneus povoavam a Espanha e as cidades de Portugal. Os corsos tornavam-se soldados a serviço da França ou de Gênova, a Dominadora execrada. Mas também eram encontrados em Argel, marinheiros ou gente das montanhas, Capocorsini ou forçados. Em julho de 1562, quando da passagem de Sampiero Corso, são milhares a aclamá-lo "seu rei". Enfim, todas as regiões montanhosas forneciam uma multidão de mercenários, criados, mascates, artesãos itinerantes — amoladores, limpadores de chaminé, empalhadores de cadeiras — diaristas, ceifeiros, vindimadores complementares, quando faltavam braços aos campos ricos na época de muito trabalho. Mas ainda hoje não são a Córsega, a Albânia, algumas zonas dos Alpes ou dos Apeninos que fornecem às cidades, às planícies ricas, aos longínquos países da América, a mão-de-obra para os trabalhos mais rudes?

É verdade que, por vezes, a aventura dá certo, com vastas migrações de mercantes. Esse foi, pelo menos, o caso estranho e ruidoso dos armênios, que se tornaram os mercadores favoritos dos xás do Irã, e que conquistaram, a partir de Ispahã, um lugar de primeira linha na Índia, na Turquia, na Moscóvia, estando presentes na Europa, no século XVII, nas grandes praças de Veneza, Marselha, Leipzig ou Amsterdam...

Transumância e nomadismo

Um espetáculo que também desapareceu, mas apenas há pouco tempo, é o da transumância, realidade multissecular pela qual a montanha se ligava à planície e às cidades baixas, aí encontrando ao mesmo tempo lucros e conflitos.

O vaivém dos rebanhos de ovelhas e cabras entre as pastagens de verão das regiões altas e a relva que permanece nas planícies durante os meses de inverno fazia com que rios de carneiros e pastores vagueassem entre os Alpes meridionais e o Crau, entre os Abruzzi e o planalto da Apúlia, entre a Castela do Norte e as pastagens meridionais da Estremadura e da Mancha de Don Quixote.

Bastante reduzido em seu volume, esse movimento existe ainda hoje. Mas é freqüentemente suplantado pelo transporte por caminhão ou ferrovia. É uma alegria rara poder seguir ainda uma viagem de carneiros à moda antiga. Amanhã isso não será mais possível. Mas a reconstituição continua ao nosso alcance: as rotas de transumância continuam marcadas nas paisagens como linhas verdadeiramente indeléveis, ou pelo menos difíceis de apagar, como as cicatrizes que, durante toda uma vida, marcam a pele dos homens. Com mais ou menos quinze metros de largura, têm um nome particular em cada região: *cañadas* em Castela, *camis ramaders* nos Pireneus orientais, *drailles* no Languedoc, *carraïres* na Provença, *tratturi* na Itália, *trazzere* na Sicília, *drumul oilor* na Rumânia...

Onde quer que a observemos retrospectivamente, a transumância foi o termo de uma longa evolução, o resultado provável de uma divisão precoce do trabalho. Alguns homens, e apenas eles, com seus ajudantes e seus cães, tomavam conta dos rebanhos, e com eles iam, alternadamente, às altas e às baixas pastagens. Existia uma necessidade natural e inelutável para isso: a utilização

sucessiva das pastagens das várias altitudes. Ainda ontem, em algumas regiões do Brasil, rebanhos semi-selvagens vagueavam por conta própria entre as terras baixas e altas ao redor do Itatiaia, o ponto culminante da região. Na Itália, na França meridional, na península Ibérica, que são por excelência as regiões da transumância, a especialização dos pastores foi sua condição e sua marca distintiva.

Assim se constituiu uma categoria de homens à parte, de homens fora das regras comuns, quase fora das leis. O povo das regiões de baixo, agricultores ou arboricultores, observam-nos passar com temor e hostilidade. Para eles e para a gente das cidades, são bárbaros, semi-selvagens. Proprietários e alquiladores ardilosos que os esperam no final de suas descidas entram em acordo para enganá-los. Torna-se escândalo, então, uma jovem apaixonar-se por um deles. "Nenna querida", diz a canção cruel, "teu pastor nada tem de bom, tem mau hálito, não sabe comer num prato. Nenna mia, mude de idéia, escolha um camponês por marido, que é o homem adequado." Observem que a canção ainda é cantada na Itália.

Todo esse vaivém de homens e animais é, de fato, mais complicado do que parece à primeira vista. Deve-se distinguir, com efeito, as transumâncias "normais" das transumâncias "inversas": no primeiro caso, os proprietários estão nas regiões baixas. No segundo, habitam as montanhas. Trata-se aqui de situações provocadas por acidentes históricos ou por longas evoluções. Assim, os rebanhos que a cada inverno deixam os Alpes e desembocam nas magras pastagens do Crau são propriedade dos burgueses de Arles. Da mesma forma, os habitantes de Vicenza são os senhores da vida pastoril que, com a chegada do verão, alivia as regiões baixas de seus rebanhos em benefício dos Alpes. Há, evidentemente, casos mistos de transumância normal e transumância inversa e, para complicar mais, o Estado intervém com freqüência. Ordinariamente, toma conta de todo o movimento sob o

pretexto de controlá-lo. Estabelece pedágios nas rotas de carneiros, outorga-se as pastagens baixas e aluga-as, regulamenta o comércio de lãs e animais. Desta forma o Estado castelhano organizou o império de carneiros de Mesta que, abrigado pelos privilégios, alguns abusivos, devorou os planaltos e as montanhas de Castela em benefício, antes de mais nada, de alguns grandes proprietários. Também o rei de Nápoles prendeu numa armadilha a transumância enorme que corre dos Abruzzi em direção ao Tavogliere da Apúlia, impondo de forma autoritária a primazia exclusiva do mercado de Foggia, onde a lã deveria ser obrigatoriamente vendida. Ao menos no papel, regulamentou tudo em seu proveito, mas proprietários e pastores souberam se defender na ocasião.

A transumância vale apenas para uma parte do Mediterrâneo, sem dúvida a mais populosa, talvez mesmo a mais evoluída, aquela em que a divisão do trabalho se impôs de maneira irrefutável. Mas a explicação, lógica em si, com certeza não é suficiente, pois a história teve seu papel. Ao menos por duas vezes, um determinado Mediterrâneo — o outro Mediterrâneo — foi pego obliquamente por duas poderosas marés de homens, os primeiros vindos dos desertos quentes da Arábia, os segundos dos desertos frios da Ásia. São as invasões árabes e as invasões turcas, que prosseguiram por séculos, as primeiras a partir do século VII, as segundas a partir do século XI; ambas abriram essas "fendas escancaradas", das quais fala com razão Xavier de Planhol.

São esses acontecimentos decisivos que mantiveram e desenvolveram o nomadismo na península dos Balcãs, na Ásia Menor e, obviamente, no Saara mediterrânico, finalmente em toda a África do Norte. Essas marés de homens do deserto implantaram na Ásia Menor, e mesmo nos Balcãs (onde reina o cavalo), o camelo, animal saído dos países frios e apto a escalar montanhas, enquanto o dromedário, animal friorento que surgiu no Mediterrâneo a partir do século I de nossa era, vindo da Arábia, e que

está à vontade na areia e não nas inclinações pedregosas e frias das montanhas, aclimatava-se na região que vai da Síria ao Marrocos.

Sobre a vida dos grandes nômades, convém reler os admiráveis livros de Émile-Félix Gautier, pois nada lhes supera a lição. O nomadismo, que hoje também tende a diminuir, senão a desaparecer, apresenta-se como uma etapa inegavelmente anterior à transumância, sendo a última, como dissemos, um compromisso entre o movimento necessário dos rebanhos e o sedentarismo evidente das aldeias agrícolas e das cidades. No outro Mediterrâneo, o oriental, onde o povoamento sedentário foi menos denso, a vida pastoril de grandes deslocamentos encontra, na maioria das vezes, apenas obstáculos insignificantes. Ela não teve de ser construída e, portanto, de ser modificada.

O nomadismo é uma totalidade: rebanhos, homens, mulheres e crianças deslocam-se juntos por enormes distâncias, transportando consigo todo o material de sua vida cotidiana. Temos milhares de imagens a esse respeito, de ontem e de hoje, que devemos aos viajantes e aos geógrafos. É preciso apenas resistir ao prazer de citá-los em demasia. Na África do Norte, onde a intrusão dos camelos contorna os maciços montanhosos ocupados pelos camponeses berberes, os nômades, que são sobretudo árabes, insinuam-se pelas portas naturais que lhes são abertas pelos caminhos do Norte, principalmente em direção à Tunísia e à Orânia. Esses nômades, com seus rebanhos de carneiros, seus cavalos, seus dromedários, suas tendas negras erguidas a cada parada, iam, outrora, desde os confins saarianos do extremo sul até o próprio Mediterrâneo, à procura de pastagens. Diego Suárez, o soldado cronista da fortaleza de Orã (ocupada pelos espanhóis em 1509), observa-os, no final do século XVI, atravessar as planícies que rodeiam o "presídio", alcançar o mar, instalarem-se por lá por algum tempo, e arriscar alguns cultivos. Um dia, chega a vê-los atacar loucamente as fileiras de arcabuzeiros espanhóis. Todo verão os traz de

volta, numa data quase fixa. Em 1270, quando São Luís acampa no sítio de Cartago diante de Túnis, estão ali e contribuem para a derrota do rei santo. Em agosto de 1574, quando os turcos retomam La Goulette e o forte de Túnis aos espanhóis, os nômades do Sul que estão no local ajudam os assaltantes no combate às fortalezas cristãs, deslocando os gabiões de terra e as faxinas dos entrincheiramentos. Participam de uma vitória em que contribuíram de forma singular. O acaso dos acontecimentos esclarece desta forma, à distância de séculos, estranhas repetições. Até ontem (1940), a África do Norte, privada de meios de transporte, apelava para os serviços dos nômades. Voltaram a ser vistos nas estradas que haviam substituído as antigas pistas, com as albardas de seus camelos abarrotadas de enormes sacos repletos de grãos. Chegaram mesmo a propagar uma brusca epidemia de tifo entre as populações indígenas e européias do Norte.

Desta forma, mais uma vez, dois Mediterrâneos: o nosso e o outro. A transumância em um, o nomadismo em outro.

Os equilíbrios de vida

Toda vida se equilibra, deve se equilibrar. Senão desaparece. Não é o caso da vida mediterrânica, vivaz, inextirpável. É ainda cedo demais (já que ainda não discutimos os recursos do mar) para fazermos um balanço geral da região mediterrânica. No entanto, algumas constatações, que, aliás, nada têm de excepcional ou de surpreendente, podem ser deduzidas de sua vida agrícola e pastoril, nos diversos tipos de suas regiões.

Estamos diante de uma vida difícil e muitas vezes precária, cujo equilíbrio se estabelece definitivamente contra o homem, condenando-o incessantemente à sobriedade. Para algumas horas ou alguns dias de banquetes (e isso já é muito), a porção côngrua impõe-se por anos,

por existências a fio. O historiador e o turista não devem se deixar impressionar pelos grandes fenômenos urbanos, as maravilhosas cidades antigas do Mediterrâneo. As cidades são acumuladoras de riquezas e, por isso mesmo, exceções, casos privilegiados. Tanto que cerca de 80 a 90 por cento dos homens ainda viviam nos campos antes da revolução industrial.

De um modo geral, o Mediterrâneo equilibra sua vida a partir da tríade oliveira, vinha e trigo. "Ossos demais", graceja Pierre Gourou, "e carne insuficiente." Apenas a criação crescente de porcos na região cristã, a partir do século XV, e a generalização das conservas de carne, a *carne salata*, trouxeram paliativos importantes, ao menos para um dos Mediterrâneos; mas não para o outro, que se priva voluntariamente de carne de porco e de vinho. As responsabilidades alimentares do Islã não foram pequenas. Além disso, não esqueçamos que a cozinha muçulmana concede pouco espaço aos frutos do mar.

Das três culturas fundamentais, o azeite e o vinho (que são exportados para fora do Mediterrâneo) foram quase continuamente bem-sucedidos. Apenas o trigo coloca um problema, mas que problema! E além do trigo, o pão e seu consumo necessário. Com que farinha será feito? Qual será a sua cor? Qual será seu peso, já que é vendido por toda parte a um preço fixo, mas variando no peso? O trigo e o pão são os tormentos sempiternos do Mediterrâneo, os personagens decisivos de sua história, preocupando continuamente os grandes daquele mundo. Como será a próxima colheita? É a questão colocada de forma insistente por todas as correspondências, inclusive as diplomáticas, durante todo o ano. Se for ruim, o campo sofrerá tanto, ou até mais do que as cidades; os pobres, como de costume, muito mais do que os ricos, pois os últimos, todos, têm seu celeiro particular, onde acumulam sacos de trigo. Até o século XVI, as grandes casas moem seus grãos, amassam sua farinha e fazem seu pão, tanto em Gênova como em Veneza. As grandes cida-

des também acumulam reservas e, em caso de escassez ou fome locais, seus mercadores, patrocinados pelos governos urbanos, equipam navios, percorrem mercados e fazem chegar até a cidade o trigo do mar Negro, do Egito, da Tessália, da Sicília, da Albânia, da Apúlia, da Sardenha, do Languedoc, e até de Aragão ou da Andaluzia... São regiões privilegiadas ou pouco povoadas que, umas ou outras, de acordo com o sucesso das colheitas, fazem circular através do mar mais ou menos um milhão de quintais de trigo por ano, o suficiente para satisfazer a demanda quando há carência em Veneza, Nápoles, Roma, Florença ou Gênova, compradoras habituais do "trigo do mar".

O resultado não surpreende: a cidade sobrevive à penúria e mesmo à escassez. São os camponeses que, nos anos ruins, sucumbem por falta de pão. Esqueléticos, mendigando, precipitam-se em vão sobre as cidades, vêm morrer em Veneza, sob as pontes ou nos cais, os *fondamenta* dos canais. Além disso, as fomes recorrentes abrem caminho às doenças, tanto à malária quanto à peste que, no Mediterrâneo, são o flagelo de Deus.

Essa é a trama da vida mediterrânica. Sem dúvida, os festins e os grandes banquetes, considerados escandalosos pelos sábios do século XVI, e que as cidades prudentes proíbem, aliás em vão (como em Veneza), esses excessos de fato existem, mas para um pequeno número de pessoas. A maior parte do Mediterrâneo ignora-os. Mesmo quando se trata dos banquetes camponeses, as famosas refeições de festa que, em todas as regiões rurais do mundo, fazem esquecer de vez em quando a mediocridade cotidiana, não se pode comparar os banquetes da Holanda ou da Alemanha, por exemplo, aos da Itália. É uma verdade irrefutável que se estabelece ao longo de uma história verídica do Mediterrâneo, sob o signo, repitamos, da sobriedade, isto é, do racionamento voluntário. Epicuro (341-270 a.C.), que dizia ser o prazer a finalidade do homem, pedia a um de seus amigos: "Envie-me um pote

de queijo para que eu possa banquetear quando tiver vontade." Muitos séculos mais tarde, quando Bandello (1485-1561) escreve suas *Novelle*, o mais pobre dos pobres, um migrante de Bérgamo, por exemplo, terá como sua refeição mais excepcional — e contentar-se-á com ela — um salsichão de Bolonha. E, ao se casar, escolhe com todo cuidado, diz o contista com maldade, uma daquelas moças que, atrás do Domo de Milão, fazem amor por uma moeda.

Ainda hoje, observem no que consiste uma refeição de operários, à sombra de uma árvore ou ao pé de um muro, na hora de descanso, em Nápoles ou Palermo: contentam-se com o *companatico*, um molho de cebolas ou tomates sobre um pão regado a azeite, acompanhado de um pouco de vinho. A trindade mediterrânica pode ser claramente encontrada aqui: o azeite das oliveiras, o pão do trigo, o vinho dos vinhedos próximos. Tudo isso, ou pouco mais.

Não deveria então ser considerado um paradoxo a riqueza muito precoce e prolongada, os luxos muito antigos do Mediterrâneo? Por que, como esses luxos ao lado de tantas dificuldades, ou mesmo de tanta miséria? A frustração de uns não pode, por si só, explicar o brilho dos outros. O destino do Mediterrâneo não pode ser explicado apenas pelo trabalho obstinado, que deve ser sempre refeito, de populações que se contentavam com muito pouco. É também um presente da história, que o Mediterrâneo desfrutou por muito tempo e que, finalmente, foi-lhe arrancado, fato que os historiadores tentam explicar há anos.

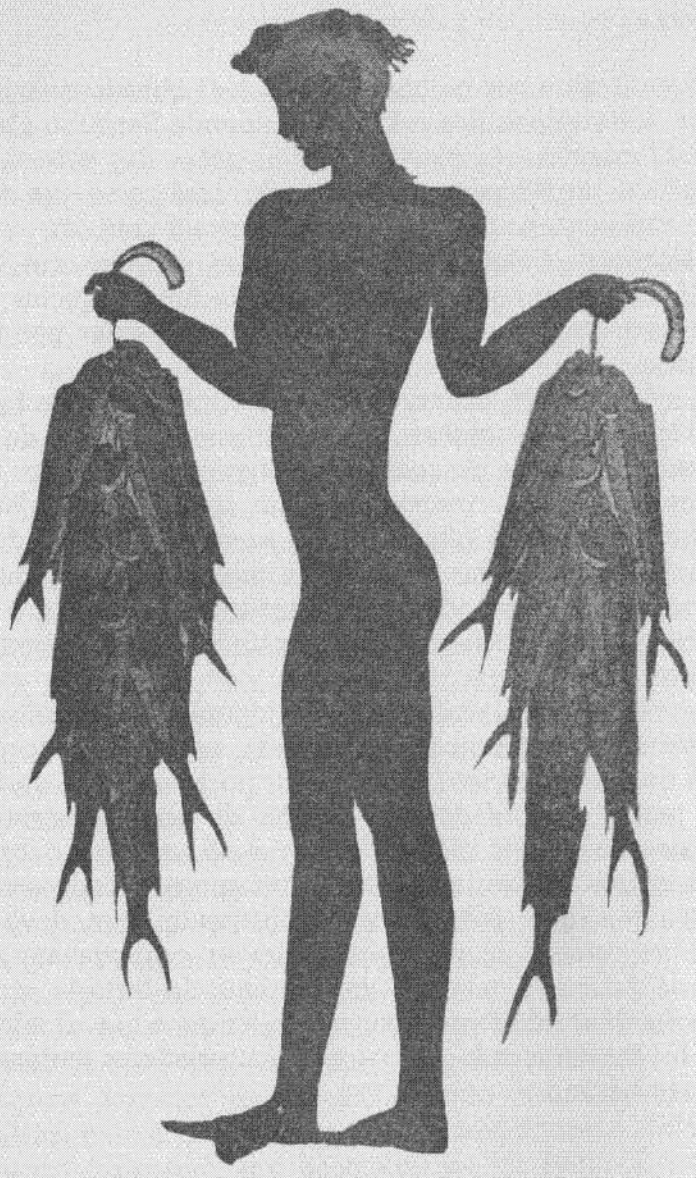


Fig. 2

Pescador carregando fieiras de peixes,
Thera, pintura mural, primeira metade do 2.º milênio antes de nossa era,
Atenas, museu arqueológico.

© ARTEPHOT, Nimatallah.

O mar

O mar. É preciso tentar imaginá-lo, vê-lo com os olhos de um homem de outrora: como um limite, uma barreira estendida até o horizonte, como uma imensidão obsedante, onipresente, maravilhosa, enigmática. Até ontem, até o vapor, cujos primeiros recordes de velocidade hoje parecem irrisórios — nove dias de travessia, em fevereiro de 1852, entre Marselha e o Pireu —, o mar permanecia imenso, pelo padrão antigo das embarcações a vela e dos navios eternamente à mercê dos caprichos do vento, aos quais era necessário dois meses para ir de Gibraltar a Istambul e uma semana ao menos, freqüentemente duas, para ir de Marselha a Argel.

Desde então, o Mediterrâneo vem se encolhendo, cada dia um pouco mais, estranha pele de asno! E nos dias de hoje o avião atravessa-o de norte a sul em menos de uma hora. Em trinta minutos vamos de Túnis a Palermo: mal partimos já ultrapassamos a orla branca das salinas de Trapani. Partamos de Chipre e eis Rhodes, massa negra e violeta, e, quase imediatamente, o Egeu e as Cíclades, de uma cor que, por volta da metade do dia, tende ao alaranjado: mal temos tempo de distingui-los e chegamos a Atenas.

O historiador deve se desfazer, a qualquer preço, dessa visão que transforma o Mediterrâneo atual em um lago. Como se trata de superfícies, não esqueçamos que o Mediterrâneo de Augusto e de Antônio, ou o das Cruzadas, ou mesmo o das frotas de Filipe II, tinha cem, mil vezes as dimensões que hoje nos são reveladas pelas nossas viagens através do espaço aéreo ou marítimo. Falar do Mediterrâneo da história é, portanto — primeiro cuidado e preocupação constante —, atribuir-lhe suas dimensões verdadeiras, imaginá-lo numa vestimenta desmesurada. Ele sozinho era, outrora, um universo, um planeta.

Uma modesta fonte de víveres

O mar aumenta em muito os recursos da região mediterrânica, mas não lhe assegura abundância cotidiana. Sem dúvida, desde o momento em que apareceram homens em suas margens, isto é, desde o início da pré-história, passando pelo Velho Mundo, a pesca forneceu sua contribuição de *frutti di mare;* é um ofício tão antigo quanto o mundo. Mas, no Mediterrâneo, esses frutos não sobejam. Lá não existem as riquezas do Dogger Bank, no mar do Norte, nem das pescarias fabulosas da Terra Nova ou de Yeso, ao norte do Japão, nem das costas atlânticas da Mauritânia.

Na verdade, o Mediterrâneo sofre de uma espécie de insuficiência biológica. Profundo demais já nas margens, não possui as plataformas pouco imersas indispensáveis à reprodução e à proliferação da fauna submarina. Além disso, o Mediterrâneo, mar muito antigo, estaria como que desgastado em seus princípios vitais pela sua longevidade. Seria, por isso, pouco rico em plâncton, esses animais e plantas microscópicos que flutuam na superfície das águas marinhas e que são o alimento de base das espécies. É verdade que o Mar Interior é a sobrevivência de um imenso anel marítimo que, a milênios atrás, na era secundária, a partir das Antilhas, quase fazia a volta ao mundo no sentido dos paralelos — a Tétis dos geólogos. O mar atual não passa de um resíduo medíocre seu. Pode ser, então, que sua pobreza biológica seja a compensação dessa fabulosa longevidade. Além de tudo, pelo estreito de Gibraltar, ele não pode renovar suficientemente suas águas, misturando-as com as do oceano.

Em todo caso, a pobreza da fauna mediterrânica é evidente. Ver as pescas do Oceano Atlântico e as redes inchadas das traineiras descarregando nas pontes uma massa de peixes de grosso calibre é assistir a um espetáculo jamais oferecido pelo Mediterrâneo, salvo algumas exceções. Como conseqüência, os pescadores do Mediterrâneo preferem transpor Gibraltar e alcançar o oceano e seus fundos que nunca decepcionam.

Embora as espécies de peixes sejam normalmente numerosas no Mediterrâneo, nunca estão representadas em abundância. E, apesar de quantitativamente insuficientes, as pescarias ameaçam o mar de esgotamento. Tanto que, como diz o especialista Nino Caffiero, "um dia será necessário proibir qualquer pesca e transformá-lo num parque zoológico selvagem para tentar preservar as espécies". Não são palavras delirantes, sonhos de um ecologista exaltado. O peixe-espada, admirável peixe de cinco metros de comprimento, com uma nadadeira dorsal semelhante a uma vela e um focinho bastante prolongado por um "espadão" (daí o nome de *xiphias gladius,* peixe-espada), era outrora pescado no estreito de Messina, com arpão, numa pescaria pitoresca. Era uma pesca praticada desde a Antigüidade, em curiosos barcos, nos quais havia uma espécie de passarela mal aprumada sobre o mar, onde alguém ficava de sentinela. É realmente muito difícil localizar um peixe-espada. Ele raramente abandona as profundezas, talvez apenas uma vez por ano, na época da desova. Há alguns anos, os pescadores japoneses co-

meçaram a pescá-los em grandes profundidades e durante todo o ano. A partir de então foi possível encontrar peixes-espadas nos mercados em qualquer estação do ano, mas esse peixe magnífico corre o risco de desaparecer em breve.

Agora que os Estados mediterrânicos preocupam-se seriamente em proteger o Mar Interior contra a poluição e as destruições que o ameaçam tão perigosamente, o projeto de um "parque" marítimo torna-se um pouco menos utópico. É evidente que nem as salinas, nem a extração de esponjas nas costas da Tunísia, nem a pesca do coral nas costas da Sardenha ou da África do Norte seriam proibidas. Explorado há séculos, o coral, ainda hoje trabalhado em ateliês, principalmente no de Torre del Greco, sempre foi uma mercadoria cobiçada, outrora exportada até à China e à África negra. Continua, aliás, a correr o mundo. Ainda hoje, não desempenha ele um papel monetário importante em certas regiões centrais da África?

Manter-se-ia, com licenças especiais, a pesca artesanal, ainda praticada em todos os portos do Mar Interior? Sim, sem dúvida. Essa pesca elementar, tradicional, pouco devastadora, faz-se com um barco, um, dois ou três pescadores, dificilmente com uma embarcação muito moderna. O pescador conhece o mar diante de seu porto como o camponês conhece o terreno de sua aldeia. Conhece todos os pontos onde é natural encontrar o mero, o dourado, o linguado ou mesmo o rodovalho, o salmonete, o mugem, a pescada; conhece a época em que se pega à vontade sardinhas ou anchovas (que servirão como iscas para os atuns). Explora o mar como o camponês explora seu campo. Raramente se afasta do porto ou da enseada de sua aldeia. Se levantar os olhos, verá sua própria casa. Além disso, afastar-se por demais da costa seria abandonar as águas piscosas. Esse artesão pesca como sempre se pescou, com redes, nassas, talhas ou com o *lamparo*, "ontem, uma tocha resinosa, hoje, uma lâmpada de acetileno ou pilha" que se acende à noite: a fonte de luz mudou,

mas o princípio continua o mesmo. Os pescadores piratas das costas gregas, e, sem dúvida, de outros lugares, utilizam a dinamite, apesar da vigilância dos guarda-costas: é um artifício desleal, mas já antigo. Viver sem se preocupar com o futuro ao lado desses pescadores é ainda uma alegria possível para aqueles que não temem o sol, as chicotadas de água, o balanço contínuo do barco imobilizado sobre a água, nem as surpresas quando se suspende a talha onde, furiosa, uma moréia inesperada foi pega.

Mas esse pescador artesão não vive apenas em seu barco, entre suas linhas e redes. É também um camponês experiente, atento, que cultiva sua horta e seu campo. Desta forma, exerce uma dupla profissão. Do contrário, conseguiria viver, ele e sua família? Deve aproveitar tanto a terra quanto o mar. Transferidos de forma autoritária para as cidades, pescadores gregos, privados do complemento dos campos de sua aldeia, hoje não conseguem equilibrar o orçamento. Podemos nos reportar àquela dezena de famílias de pescadores bretões que o governo francês tentou em vão instalar, em 1872, na península de Sidi Ferruch, bem próxima a Argel. Desertaram. Pescadores corsos, instalados da mesma forma e na mesma época nas proximidades de Bône e em Herbillon, conseguiram se manter, mas "tornaram-se agricultores, e a aldeia tornou-se um centro de cultura hortelã... muito próspera".

Em todo caso, qualquer que seja sua forma, a pesca do Mediterrâneo não alimenta os mercados, por mais pitorescos que estes sejam. A *orata ai ferri* ou *in cartoccio*, o dourado grelhado ou assado no papel, que comemos num restaurante de Veneza, pode talvez vir da Laguna, mais raramente do Adriático. Contudo, o linguado ou a lagosta foram provavelmente trazidos do Atlântico. Os salmonetes de rocha da costa da Dalmácia e os camarões rosados de Argel ainda podem ser lá encontrados pelo *gourmet*. Mas os habitantes do Mar Interior não os co-

mem todos os dias. No menu popular, o primeiro lugar cabe, indiscutivelmente, ao bacalhau importado do Norte.

No entanto, algumas pescarias abundantes

Contudo, há lugares privilegiados. As pescarias no Bósforo ou na desembocadura do lago de Bizerta, na laguna de Comacchio, ou ainda na entrada do lago de Berre, onde os *bourdigues* (cercado de vime à beira-mar) permitiam capturar até ontem mugens e enguias em grande número, não correspondem à nossa descrição desiludida. Olhar do alto da ponte que vai a Galata o mercado de peixes de Istambul, abundante, cheio de cores, é fascinante. Mas, se o espetáculo deixa uma lembrança tão viva, não é por ser ele raríssimo?

A única pesca no Mediterrâneo que merece o qualificativo de abundante é a do atum, apesar de breve (três ou quatro semanas por ano), e possível apenas em zonas privilegiadas que tendem hoje a se tornar raras, ou a desaparecer. No século XVI, por exemplo, era muito mais importante do que hoje no Algarve português (mas este é fora do Mar Interior), na Andaluzia (onde era ocasião de uma verdadeira mobilização dos camponeses da costa, ao som dos tamborins dos recrutadores), ou nas costas da Provença. No fim do século XVI, um provençal, louvando sua região, afirma: "Sei que, outrora, no porto de Marselha, pescava-se, num só dia, oito mil atuns." Hoje não se pesca mais atuns diante de Marselha, da mesma forma que não se encontra mais esturjões na subida do Ródano, onde eram, outrora, numerosos.

Quanto aos atuns, a explicação científica é bastante clara desde que o cruzeiro do *Pourquoi-pas?*, em 1923, dirigido pelo doutor Charcot, esclareceu o problema. Os atuns não vêm, como se pensava antigamente, do Atlântico. Vivem dispersos no Mediterrâneo, numa zona semiprofunda, até o momento da desova, a partir de maio-

junho. Procuram, então, as águas mais quentes e mais salgadas para pôr seus ovos, e é ali que os pescadores fazem suas armadilhas. Mas os desmatamentos do litoral aqui e ali, ao favorecer a afluência direta das águas doces ao mar, e as cidades modernas, que derramam enormes quantidades de águas usadas, destruíram muitas vezes essas armadilhas naturais que eram devidas às águas de uma salinidade anormal.

Hoje o tropismo sazonal, que reagrupa os atuns de todo o mar, dirige-os principalmente para as águas entre a Sardenha, a Sicília e a Tunísia, local de sua pesca. As redes, a armadilha para atuns, a *tonnara*, caem até o fundo do mar, sustentadas por duas séries de embarcações. Elas formam um corredor que conduz os atuns até essas nassas da almadraba chamadas câmaras da morte. Pois é preciso matar a pancadas cada atum, e a matança vira carnificina. Das águas vermelhas de seu sangue, iça-se os peixes enormes, "parecidos com bois, do mesmo tamanho, e, como eles, pendurados em ganchos e puxados com guindastes".

A pesca do atum é uma "indústria" muito antiga do mar. Não se diz que foram os fenícios que a inventaram? Os gregos conheciam-na. Ésquilo evoca a imagem da armadilha de atuns para descrever a batalha de Salamina: "O mar desaparece sob um amontoado de corpos ensangüentados, os gregos batem nos persas como nos atuns pegos na rede, partem-lhes as costas com pedaços de remo e fragmentos de destroços." Diz-se que os sistemas de captura teriam sido estabelecidos definitivamente pelos árabes. De qualquer forma, o vocabulário atualmente em uso vem deles: almadraba é, em árabe, *almazraba*, o cercado; o canto que saúda a entrada dos atuns é a *chaloma*, isto é, *salam*, o cumprimento. Quanto ao chefe da pescaria, é o *rais*, nome que designa no Islã, como sabemos, os capitães do mar.

A pesca do atum continua a ser uma grande aventura da qual participa toda a população local, e seu butim

ainda é impressionante. Mas a exceção confirma a regra: o Mediterrâneo líquido é pobre; toda sua pesca representa apenas um terço da pesca norueguesa.

Navegar contra a distância

Mas o mar é mais do que uma reserva alimentar; é também, e antes de mais nada, uma "superfície de transporte", uma superfície útil, senão perfeita. O navio, a rota marinha, o porto há muito equipado, a cidade comercial, são instrumentos a serviço das cidades importantes, dos Estados e das economias mediterrânicas — os instrumentos de seus intercâmbios e, conseqüentemente, de sua riqueza.

É evidente que, antes de se tornar um elo, o mar foi por muito tempo, um obstáculo. Uma navegação digna desse nome só começou depois da segunda metade do terceiro milênio, com as navegações egípcias em direção a Biblos, ou melhor, com o desenvolvimento, no segundo milênio, dos veleiros das Cíclades, munidos de velas, remos, talha-mares e sobretudo quilhas, para enraizá-los de alguma forma na água do mar (ao contrário dos navios com fundo plano que acompanhavam a costa entre Biblos e o Egito).

Por muito tempo, a navegação permaneceu prudente, indo apenas de um ponto a outro próximo, o alvo a ser atingido sendo visível desde a partida. Uma navegação colada à margem, fio condutor por excelência e que, a princípio, só é tentada de dia: ia-se de uma praia a outra praia próxima; quando a noite caía, o barco era arrastado para a areia.

O essencial das atividades marítimas de transporte será representado por muito tempo por essa cabotagem, que lentamente aperfeiçoa-se, desenvolve-se e aumenta em seus efetivos. Cortejos de barcos garantem ligações úteis ainda no século XVIII, por exemplo, de Nápoles a Gênova, ou de Gênova a Provença, ou do Languedoc a Barcelona, etc. Os pequenos vapores gregos que se esbaforem hoje entre as ilhas do Egeu falam, a seu modo, daqueles tempos muito antigos. A viagem a curta distância domina entre eles. Como o Mediterrâneo é uma sucessão, um complexo de mares, dividindo-se em superfícies autônomas de horizontes limitados, em bacias compartimentadas, pode-se acomodar particularmente bem a essa navegação caseira. Para os marinheiros sensatos, ou seja, para a maioria deles, raramente seria o caso de deixar o seu mar familiar, o comércio conhecido, o "Mediterrâneo" particular do qual conheciam os contornos, as correntes, os litorais, os abrigos, as regularidades e as mudanças de vento. Não diz o provérbio grego: "Aquele que ultrapassa o cabo Maleu abandona sua pátria"? O cabo Maleu, ou seja, o sul do Peloponeso em sua porta ocidental, é a última referência antes dos espaços ilimitados do Oeste.

Se o marinheiro se contenta com esse universo restrito é sem dúvida porque ele basta às necessidades de intercâmbios limitados. Mas é também porque o mar assusta, porque representa perigo, surpresa, riscos bruscos, mesmo nos caminhos familiares. As cerimônias religiosas que se mantiveram até nossos dias em tantos portos do Mediterrâneo são ritos mágicos incessantemente repetidos contra os caprichos das tormentas e tempestades. Os ex-votos dos marinheiros salvos do perigo falam a respeito desse temor no coração de homens que nunca se abandonam voluntariamente à perfídia das ondas. Os carregamentos e, mais ainda, seus corpos e suas almas, são recomendados à Virgem Maria, *Maris Stella*, Estrela do Mar, pelos marinheiros do Ocidente.

O que melhor revela esse temor no coração dos homens é sua antiga repulsa de ganhar o mar alto, de navegar em linha reta. Irão se habituar gradual e excepcionalmente apenas em itinerários reconhecidos previamente e atravessados com uma certa regularidade. Lançar-se

para o desconhecido era um problema completamente diferente.

Parece que os cretenses foram os primeiros a ousarem alcançar, pelo alto-mar, o sul do delta do Nilo. Quando chega a Ítaca e se faz passar por um mercador cretense, Ulisses explica: "Assaltou-me a vontade (...) de fazer um cruzeiro (...) para o Egito. Armo nove naus e os homens afluem. Durante seis dias esses bravos festejam em minha casa (...). No sétimo, embarcamos e, das planícies de Creta, um belo e bom Bóreas nos leva sempre em frente, como na corrente de um rio (...). Bastou sentarmo-nos e deixarmo-nos levar pelo vento e pelos pilotos. Em cinco dias alcançamos o belo rio Egyptos." Parece também que os fenícios, excelentes marinheiros, tinham o hábito de viajar em linha reta de Creta até a Sicília e as Baleares. Bem mais tarde, na época helenística, os navios iam às vezes em quatro dias, com bom vento, de Rhodes à Alexandria do Egito.

No século XVI as viagens em alto-mar multiplicam-se, conduzindo navios apressados das Baleares à Sardenha e à Sicília. O comércio do Levante, as ligações por Gibraltar entre o Mar Interior e o mar do Norte (em 1297, as naves genovesas inauguraram relações regulares com Bruges) multiplicaram as navegações mais ou menos desligadas da linha condutora das costas e consumaram a conquista das águas do mar. Mas, mesmo no século XVI, navegar em alto-mar, "engolfar-se", como dizem os franceses, é ainda uma proeza, e arrisca-se apenas quando são proezas úteis. Se nesta época a bússola não é muito utilizada, muito pelo contrário, apesar de conhecida desde o século XII, é simplesmente porque a maioria dos serviços marítimos no Mediterrâneo é realizada por pequenas viagens ao longo da costa: comprar seu toucinho em Toulon, seu azeite em Hyères, sua faiança em Savona; parar em cada porto, como o fazem com tanta freqüência os barcos-bazar de Marselha, vender

aqui, comprar ali, sendo que, por vezes, o próprio dono vai anunciar sua mercadoria, gritando pelas ruas de Livorno e Gênova. Jean Giono e Gabriel Audisio imaginam assim, cada um a sua maneira, que a *Odisséia* continua a ser desta forma contada de um porto ao outro, de uma taverna à outra; que Ulisses continua a viver entre os marinheiros do Mediterrâneo, e que a gênese e a eterna juventude da *Odisséia* deve ser compreendida pelo presente, pelas fábulas que podemos escutar com nossos próprios ouvidos. Confesso que gosto dessas hipóteses poéticas e verossímeis.

Finalmente, a curiosidade, a aventura, o lucro e as políticas ambiciosas e desmedidas concluíram, impuseram essa conquista. Pois, com os Estados e as civilizações belicosas, a grande história insistirá em atravessar o mar, em subjugá-lo e em apoderar-se de suas rotas para que o adversário não possa explorá-las e dominá-las. Em sua luta pela hegemonia, Gênova e Veneza esquadrinham todo o mar. Cristandade e Islamismo disputam-no. Qual não terá sido o efeito de todos os esforços das expedições militares, a reunião custosa, trabalhosa, de galeras, navios "redondos", munições, cavalos e homens, que um dia eram lançados para longe! Contudo, tais operações são arriscadas, o menor incidente pode inutilizá-las. Em 1540, quando Carlos V chega diante de Argel, os vagalhões fazem com que seus navios se entrechoquem, e a desistência é preferível ao desastre. Em 1565, os turcos fracassam diante de Malta, defendida por um punhado de cavaleiros. Na batalha de Lepanto, no golfo de Corinto, a 7 de outubro de 1571, quase 100.000 pessoas se confrontam. É o recorde, então fantástico, que permitem os meios (e as paixões) do tempo.

Navegar contra o mau tempo

Raramente o Mediterrâneo é um mar tranqüilo, disponível. É, por excelência, um mar de tempestades. Du-

rante o verão, tudo vai bem, muito bem até. É a época dos mares azuis, calmos, luminosos e como que reluzentes de azeite, época em que até os barcos de guerra, as galeras estreitas, baixas na água, particularmente frágeis, podem sair impunes. O verão é o tempo de casamento da guerra com as viagens. O velho príncipe Doria (1468-1560) dizia que havia três portos seguros: "Cartagena, junho e julho."

Tudo seria fácil se, antes da chegada do mau tempo, antes do equinócio de outono, o sal, a lã das últimas tosquias, o trigo do ano, os tonéis de vinho novo e tantas outras mercadorias tivessem sido transportadas a tempo. Ora, mesmo se apressando nas eiras ou nos lagares, nem sempre esses transportes podiam ser feitos por mar a tempo. Com o outono e o inverno, abre-se a porta ao mau tempo persistente. Galeras e veleiros de carga, navios longos e navios redondos deverão todos permanecer no porto; é a sabedoria, a lição da experiência. Já Hesíodo (no início do século VII antes da era cristã) aconselha seu irmão Perseu, camponês como ele, mas também marinheiro ocasional, em *Os Trabalhos e os Dias*, a, "quando chega o inverno e os sopros de todos os ventos fervilham, não mais dirigir naus no mar vinhoso (cor de vinho), mas trabalhar a terra. Arraste a nau para a margem, cerque-a de pedras por todos os lados... e retire o batoque para que a chuva de Zeus nada apodreça. Arrume bem em sua casa toda a enxárcia, dobre com cuidado as asas da nave marinha, pendure o leme sobre a fumaça e espere você também o retorno da temporada de navegação".

Oito séculos mais tarde nada mudara. O barco no qual o apóstolo Paulo foi enviado para a Itália junto com um grupo de prisioneiros atrasa-se muito devido aos ventos contrários nas paragens de Chipre. Como "a navegação era a partir de então perigosa, pois mesmo o Jejum (a festa da Expiação, por volta do equinócio de outono) já havia passado", o capitão prepara-se para invernar num porto de Creta. Mas, malfadadamente, a tempestade afasta-o da costa e arrasta-o para o alto-mar durante quinze dias, até que encalham diante de Malta. A tripulação e os passageiros, felizes por terem conseguido ao menos salvar suas vidas, passarão três meses na ilha antes de poderem partir, na primavera, num "navio alexandrino, com a bandeira de Dioscúrias", que também invernara naquele local, não sendo, bem provavelmente, o único a fazê-lo.

A invernagem é, portanto, regra normal, e uma regra tão boa que por muito tempo as cidades e os Estados, preocupados com a ordem, proibiam pura e simplesmente as viagens invernais. Ainda em 1569, em Veneza, eram as viagens proibidas *su'l cuor dell'invernata*, de 15 de novembro a 20 de janeiro. Os levantinos, por sua vez, só navegavam de São Jorge a São Dimitri (5 de maio a 26 de outubro, de acordo com as datas do calendário grego). Para vencer o obstáculo do mau tempo, será necessária a intervenção das modificações técnicas, que certamente demorarão a chegar, como veremos, na construção dos cascos e na acomodação do leme.

Os barcos do fundo do mar

Os barcos são sempre instrumentos complicados e que evoluem, mas muito lentamente. É espantoso ver ainda hoje, numa rua de Messina ou nos arredores de uma pequena cidade grega, nas ilhas de Chio, Lesbos, em Samoa, na Turquia, ou ainda em Djerba, barcos em construção que são surpreendentemente semelhantes aos barcos gregos e romanos tal como nos são reconstituídos pela iconografia antiga e pela arqueologia submarina. Tudo é semelhante: a bordagem, o cavername, a popa, a proa, a quilha (coluna vertebral do conjunto), o madeiramento do mastro ou dos mastros. Se há diferenças,

como na ordem sucessiva das fases da construção ou na forma do leme, as semelhanças dominam.

Além disso, existem os destroços greco-romanos para comprová-lo incontestavelmente: os destroços de Anticitera, na Grécia (primeira metade do século I a.C.), de uma embarcação que transportava um carregamento de mármore, hoje no museu de Atenas; os destroços de Mahdia na Tunísia, do início do mesmo século, de uma embarcação que carregava a bordo duzentas e trinta toneladas de colunas de mármore e de estátuas de bronze, hoje no museu de Bardo; ou aqueles destroços de Marzamenni na Sicília, do século VI d.C., onde encontramos todos os elementos de uma "igreja bizantina pré-fabricada", esculpidos em mármore e pórfiro; ou ainda os destroços romanos recém-descobertos em Planier, perto de Marselha; destroços que permitem imaginar o que era um navio de comércio romano, com vinte a trinta metros de comprimento, cinco a sete de largura, um, dois ou três mastros, capaz de transportar cento e cinqüenta a duzentas toneladas. Encontraram-se assim carregamentos de três a dez mil ânforas de vinho ou de azeite, dispostas em quincôncio, de forma a que o fundo de cada fileira se assentasse entre os gargalos da fileira inferior. Os barcos de Djerba ainda hoje dispõem deste modo as ânforas de azeite que transportam, e que se assemelham, incontestavelmente, às ânforas da Antigüidade.

Quanto ao leme dos barcos romanos, é ainda hoje como no tempo dos gregos e dos fenícios, feito de dois remos laterais dispostos dos dois lados da popa. "É um sistema mais eficaz do que geralmente se acredita", assegura Patrice Pomey, especialista em arqueologia submarina, "e que os romanos aperfeiçoaram para transformá-lo em verdadeiros lemes de eixo que podem, quando necessário, ser emparelhados, e que, a partir de então, nada mais têm a ver com remos, a não ser seu aspecto geral."

Evidentemente, é a iconografia que informa sobre as velas e vergas, e as manobras que permitem. Apenas

a vela quadrada é usada na Antigüidade. Podemos encontrar muitas vezes uma pequena vela superior triangular acima da vela quadrada (e, neste caso, nunca uma segunda vela quadrada). Mas a enxárcia do barco de vela triangular, conhecida como latina, ainda seria desconhecida, e seu aparecimento e ulterior difusão no Mediterrâneo estão ainda por serem explicados. As teses a esse respeito atualmente se opõem com um certo vigor, embora os pequenos barcos árabes a vela possam apontar para um certo pioneirismo do Leste.

Em compensação, tudo fica claro quando se trata da ordem sucessiva da construção. Pode-se distinguir três operações: a quilha, o cavername, as pranchas da "bordagem". "O cavername constitui, por assim dizer, as costelas do esqueleto, cuja pele é a bordagem. Nos tempos de Roma, por mais estranho que pareça, montava-se antes a bordagem e depois inseria-se o cavername: primeiro construía-se a pele, e depois punha-se o esqueleto."

Assim são os barcos comerciais dos gregos e dos romanos, aqueles que, por exemplo, freqüentavam o porto hexagonal de Óstia. Ao lado deles, devemos evocar os navios de guerra a remo, remos longos e estreitos, assim como os trirremes atenienses que venceram a resistência da frota persa em Salamina, em 480 a.C. Trirremes ou qüinqüerremes, com três ou cinco fileiras sobrepostas de remadores, semelhantes às galeras dos séculos XV e XVI, os navios de guerra do Mediterrâneo da época — com a diferença, é claro, de que os primeiros não possuíam artilharia a bordo. Sendo assim menos pesados do que as galeras, podiam andar bem mais rápido que elas.

Até os navios de linha

Três transformações marcam a evolução geral dos navios do Mediterrâneo antes da navegação a vapor e dos cascos de ferro: o leme de cadaste aparece por volta

do século XII; o casco, de tábua trincada, mais ou menos nos séculos XIV e XV; e os navios de linha, a partir do século XVII.

O cadaste é a zona intermediária entre as partes côncava e convexa da parte traseira da embarcação. O leme de cadaste, invenção oceânica, é o leme que conhecemos: uma haste que atravessa o casco permite manobrá-lo de dentro do barco. Já no século XVI, essa haste se torna uma roda que permite que o timoneiro comande seu movimento do interior da embarcação: nas grandes carracas portuguesas que vão às Índias, muitas vezes cerca de doze homens se unem para manter ou virar o leme. É claro que continuam as discussões para se estabelecer as vantagens do novo leme sobre o antigo. O novo parece ter dado ao navio mais facilidade no bordejar e no navegar contra o vento.

A segunda transformação concerne à bordagem de tábua trincada. Muito provavelmente, veio dos mares setentrionais, junto com o *kogge*, que será normalmente chamado no Mediterrâneo de "nave". É uma embarcação bastante grande, de muitas centenas de toneladas, e que ainda aumentará mais. Sua característica? Ser construída com tábuas trincadas, ou seja, ao invés de as pranchas do casco serem bem unidas, elas recobrem umas às outras como as ardósias de um telhado. Sendo por isso mais resistentes que os barcos redondos do Mediterrâneo, de pranchas unidas, as "naves" podem enfrentar as ondas fortes e vencer o mau tempo invernal.

Desta forma estabelece-se um tráfego mais regular, uma verdadeira revolução nos transportes. Certos portos não assistirão a recordes de tráfego em dezembro, janeiro ou fevereiro? O Mediterrâneo povoa-se de grandes corpos flutuantes. As carracas genovesas do século XV atingem às vezes mil, até mil e quinhentas toneladas: são os gigantes do Mar Interior. No século XVI, os veleiros de carga de Ragusa aproximam-se por vezes do milhar de toneladas. Estão entre os grandes cargueiros do Mar Interior e levam tudo o que é pesado ou estorvante: grãos, sal, sacos de lã, couros de boi ou búfalo, dos quais o Ocidente é um consumidor fantástico, e que vão ser buscados em Rodosto, no mar de Mármara, ou em Varna, no mar Negro.

A fortuna singular dos veleiros de Ragusa deve-se ao mesmo tempo à capacidade de seus porões e aos baixos salários com os quais a tripulação se contenta. Desta forma, impuseram-se em todo espaço mediterrânico, atingindo ainda Inglaterra e Flandres, assim como os genoveses e os venezianos. A propriedade de um desses grandes navios é sempre dividida em partes, em geral em vinte e quatro "quilates", que não estão forçosamente apenas nas mãos dos ragusianos. Também o genovês e o florentino, proprietários de um ou vários deles, vigiam os movimentos de seu navio. Mal chega a Livorno ou a Gênova, o chefe do navio, em geral ragusiano, é intimado a prestar contas e pagar o que deve aos proprietários dos "quilates", ou seja, aos acionários.

As querelas e processos deixaram, nos arquivos dos portos, vestígios suficientes para fornecer aos historiadores muitos detalhes sobre a vida e as mudanças desses grandes cargueiros. Triunfantes nos séculos XV e XVI, declinam e quase desaparecem no século XVII. Mas não é esta a regra geral no Mediterrâneo e, sem dúvida, em toda parte? O duríssimo ofício de marinheiro não se improvisa. Ele recruta seus homens em setores estreitos do litoral. Quando um desses setores faz fortuna, se é que se pode dizer isso, ele povoa o mar de seus navios, mas logo desgasta-se nesse difícil jogo. A regra vale tanto para os calangues provençais quanto para as ilhas gregas, a Riviera genovesa, as costas da Dalmácia e as aldeias e aldeiazinhas da costa catalã. Mas há renascimentos, e o jogo recomeça.

A última transformação foi a substituição da galera pelo navio de linha. A estrepitosa batalha de Lepanto (7 de outubro de 1571) foi o encontro monstruoso de qui-

nhentas galeras turcas e cristãs, duzentas e cinqüenta de cada lado. Mas já na época de Dom João d'Áustria, sua sorte estava ameaçada. Sua última forma vitoriosa foi sem dúvida a galera reforçada, com quatro ou cinco remadores ao mesmo tempo em cada remo, conseguindo com isso ganhar em velocidade das galeras comuns, alcançá-las ou, se necessário, delas fugir com rapidez.

As galeras têm muitos defeitos. Em primeiro lugar, um motor oneroso: os forçados, que é preciso comprar, alimentar, cuidar e vestir. Em Veneza, até a metade do século XVI, havia remadores-cidadãos, como na Atenas de Péricles. E em todas as marinhas existem forçados voluntários, os *buonvoglie* como eram chamados na Itália, miseráveis que se alugavam por um tempo determinado para fugir da penúria. "Creio que é completamente impossível", escreve o representante de Luís XIV em Malta (26 de fevereiro de 1664), "conseguir *buonvoglies* na França ou nos países estrangeiros; é mais fácil tomar turcos (através do corso) ou comprá-los", evidentemente no mercado de Malta, onde os piratas vendiam livre e regularmente seus prisioneiros. Francamente deficitário na época de Luís XIV, o sistema não teria podido subsistir se não houvessem os condenados às galeras. Talvez tenha até se prolongado em virtude desses condenados: com efeito, onde poderiam ser aprisionados de maneira mais cômoda? As galeras são trabalhos forçados ideais, o campo de concentração por excelência, mais eficientes do que os *piombi* de Veneza.

As galeras ainda tinham outros defeitos: o seu custo líquido, o acúmulo de homens a bordo, a pequena área disponível para uma artilharia cada vez mais indispensável e que requer cada vez mais espaço; além disso, as galeras são navios feitos para os mares calmos de verão. Quando se tenta utilizá-las no inverno (o que é, de certa forma, a tática das frotas menos fortes, o tempo ruim e o mar revolto protegendo-as contra o ataque do inimigo), catástrofes podem acontecer: o desgaste, o esgotamento

dos forçados, e, mais ainda, os naufrágios, nos quais em uma ou duas horas toda uma esquadra desaparece. É o que acontece em outubro de 1562 com as galeras espanholas na baía da Herradura. Restava, então, apenas um consolo: tentar, se possível, resgatar os canhões!

Finalmente, quando as naus comerciais começam a se equipar, contra os corsários, com uma artilharia numerosa, as galeras sobrecarregadas de homens tornam-se para elas alvos ideais. Em 1607, os navios "redondos" dos holandeses fulminam as galeras espanholas que querem barrar-lhes o estreito de Gibraltar. Daí a fabricar navios redondos, a vela, que fossem verdadeiros navios de guerra, parecia haver apenas um passo, mas ele demorou a ser dado. A tal nau redonda não triunfará de uma só vez, pois também tinha suas fraquezas. Se uma nave bem armada for imobilizada em um mar muito calmo, quando o vento cessa, as galeras aproximar-se-ão do corpo imobilizado do inimigo, escolherão as regiões fora de sua linha de tiro, e, rodando em torno dela, poderão atacá-la à vontade, incendiando-a ou obrigando-a a se render.

Apesar de tudo, por volta de 1620, a galera passava para segundo plano. Os renegados nórdicos que então povoam Argel lá aclimatam o veleiro de corso, de grande raio de ação. Todo o Mediterrâneo passa a ser o seu terreno de caça. E esses "barbarescos" de olhos azuis e cabelos louros passam pelo estreito de Gibraltar, espreitam os arredores de Cadiz e Lisboa, navegam até a Islândia e pirateiam pelo mar do Norte, com a cumplicidade dos portos ingleses e dos mercadores holandeses. Contudo, ainda existem galeras em Toulon e em Veneza, ou mesmo em Argel. Em 1798, quando a frota que leva Bonaparte ao Egito domina de passagem Malta, galeras de remos vermelhos encontram-se no porto de La Valette. Mas não passam de sobreviventes: nem em Abukir (1.º de agosto de 1798), nem em Trafalgar, próximo de Gibraltar, as galeras estarão presentes no combate.

Nessa época, o navio a vela já domina há tempos. Dividiu-se claramente em duas famílias, navios mercantes de um lado e navios de linha do outro: os últimos constituem uma mistura entre o casco redondo e o casco alongado. O ancestral desses maravilhosos navios de linha pode, provavelmente, ser procurado entre as galeaças venezianas, grandes galeras finas e alongadas como os navios de linha do futuro, mas bem maiores do que as frágeis galeras. Excessivamente pesadas e sobrecarregadas de artilharia para serem manobradas, tinham o poder de fogo de fortalezas flutuantes. A linha de galeras de Dom João d'Áustria em Lepanto era precedida por esses mastodontes que fulminaram as galeras turcas assim que as frotas se encontraram. Mas esse sucesso, em si sensacional, não teve conseqüências imediatas. Pois, como nos outros mares do mundo, nada foi precipitado na evolução dos barcos do Mediterrâneo. De fato, foram necessários a riqueza, a ambição e o delírio dos Estados modernos para se construir, no final do século XVIII, navios de linha atravessados por mais de cem canhões, com cascos de madeira fartamente guarnecidos de placas protetoras de cobre, obras-primas da arquitetura naval, sem dúvida, mas fabulosamente onerosas.

Embarcações e florestas

Teriam as embarcações de madeira destruído pouco a pouco as florestas do Mediterrâneo? Em todo caso, elas cederam lugar a formas degradadas, maquis e charnecas, a massas de arbustos odoríferos, feitos sob medida para alimentar grandes chamas nos fogões ou para aquecer fornos de pão. Arbustos que, no primeiro caso (maquis), recobrem inteiramente o solo e, no segundo (charnecas), desnudam-no em grandes áreas. Os maquis e as charnecas são também o resultado da exploração desorganizada para o uso da madeira na construção, no aquecimento

das casas e na manutenção de indústrias; ou ainda da destruição de florestas para a cultura, explorada por um tempo e depois abandonada, pois a terra não era suficientemente fértil.

O barco, um dos grandes responsáveis pelo desmatamento, não acabou sendo, finalmente, uma vítima desse processo? Chegou o dia em que as florestas da Calábria e os carvalhos do Monte Gargano deixaram de ser exploráveis pelos estaleiros de Ragusa ou pelas paragens próximas de Nápoles... Carmelo Trasselli, admirável historiador da Sicília, acha que essa rarefação e a sua conseqüência, a alta dos preços da madeira, foi uma das razões, entre muitas outras, da decadência do Mediterrâneo no século XVI, e mais ainda no século XVII. Mesmo os venezianos, mesmo os cavaleiros de Malta, passam então a comprar os navios na Holanda.

Mais do que verossímil, essa explicação lembra-nos as reflexões de Maurice Lombard sobre a crise da madeira no Mediterrâneo islâmico do século XI. O Islã dominava todo o mar; quando lhe faltou a madeira, este de súbito lhe escapou. Como as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, alguns séculos mais tarde o Mediterrâneo cristão do Poente iria, por sua vez, perder o domínio do Mar Interior, onde, desde então, ingleses e holandeses iriam impor suas vontades.

O Mediterrâneo são rotas

O Mediterrâneo são rotas por mar e por terra, unidas; quem diz rotas diz cidades, as modestas, as médias e as grandes, dando-se as mãos. Rotas e mais rotas, isto é, todo um sistema de circulação.

A compreensão do Mediterrâneo, que é, em toda a força do termo, um espaço-movimento, torna-se para nós completa através deste sistema. Àquilo que lhe é fornecido pelo espaço próximo, terrestre ou marinho, e que

é a base de sua sobrevivência, o movimento acrescenta seus dons. Quando este se estabiliza, os dons se multiplicam, manifestam-se em conseqüências visíveis. Por muitos séculos, a Toscana é, sem dúvida, o mais belo campo do mundo. Não será porque Florença alimenta-se do trigo siciliano, de maneira a deixar que a Toscana rural possa se especializar na cultura da vinha e da oliveira? Do século XIV ao século XVI, Veneza é a cidade mais rica da Itália e da Europa, com certeza de todo o Mediterrâneo. É porque está no centro do sistema de circulação mais vasto da época, que se estende por todo o mar; porque assegura para si a maior parte das compras de pimenta e temperos do Levante, ou ao menos vindos do Oceano Índico pelas escalas do Levante; e sobretudo porque é, por excelência, a revendedora desses gêneros preciosos ao Ocidente, principalmente à Alemanha, o maior consumidor da Europa. Veneza aprisionou, por assim dizer, os mercadores alemães no grande edifício do *Fondaco dei Tedeschi,* assim como os países do Islã aprisionaram os próprios venezianos nos *fonduks* do Levante. O problema de Veneza é impedir que os alemães participem diretamente de seu comércio marítimo. É um território guardado com ciúmes, reservado a seus cidadãos de pleno direito, que têm a cidadania "de dentro e de fora" (*de intus e de extra*).

Podemos observar assim quão desmesuradamente o espaço explorado pelas cidades e pelos mercadores do Mediterrâneo foi aumentado pelas rotas do Mar Interior. É um mediterrânico que descobre para os seus contemporâneos a longínqua China: Marco Pólo volta a Veneza em 1296. É ainda um mediterrânico, Cristóvão Colombo, que descobre a América em 1492. São os mercadores italianos que controlam as feiras de Champagne no século XIII e, duzentos anos depois, controlam também as feiras de Lyon, em torno das quais, por um instante, toda a fortuna da Europa prudentemente girava. As cidades

alemãs, Nuremberg, Ulm, Frankfurt-am-Main, Augsburg, e sobretudo esta, são alunas, êmulas da Itália. A partir do século XIV, em Bruges e em Londres, domina o banqueiro italiano e, com ele, triunfa o mar longínquo e exigente.

Um Mediterrâneo maior cerca e envolve, portanto, o Mediterrâneo *stricto sensu,* servindo-lhe de caixa de ressonância. Aliás, não é apenas a vida econômica do Mar Interior que se repercute assim ao longe. Suas civilizações, seus movimentos culturais de colorido cambiante também repercutem. A Renascença expande-se a partir de Florença. O Barroco, originário de Roma e da Espanha triunfante, recobre toda a Europa, inclusive os países protestantes do Norte. Do mesmo modo, as mesquitas de Istambul, principalmente a Süleymaniye, serão imitadas até na Pérsia e na Índia.

Existe assim, visível nas margens do Mediterrâneo Maior, uma espécie de registro da grandeza e do brilho próprios do mar. A partir daí, muitos problemas do passado mediterrânico, quase insolúveis à primeira vista, resolvem-se por si mesmos.

Esse luxo que revivemos hoje, em espírito e na realidade, ao longo do Grande Canal, a rua mais bela do mundo, ou na praça San Marco, a praça mais bela do mundo, só pode ser explicado pela exploração distante de outrem. Com efeito, a exploração dos campos próximos e das atividades dos pequenos portos satélites do Adriático não seria suficiente para explicá-lo. É preciso considerar as contribuições de um comércio à distância, do posto avançado que, por intermédio do Islã, o Mediterrâneo lança até o Extremo Oriente. Quando, durante a festa da Sensa, o dia da Ascensão, o Doge de Veneza esposa o mar diante da igreja de San Nicoló dei Mendicoli, a cerimônia não é apenas um grande e belo espetáculo, nem apenas um símbolo, mas uma realidade: por intermédio do mar, ele esposa o Mediterrâneo Maior, fonte perene de riquezas.

A decadência, as crises e períodos de penúria do Mediterrâneo são justamente as panes, as insuficiências, as rupturas do sistema circulatório que o atravessa, o ultrapassa e o contorna, e que, por muitos séculos, colocou-o acima de si mesmo. Em 1498, o périplo de Vasco da Gama é o primeiro golpe rude em seu destino. No entanto, sobreviverá à provação. A decadência só se afirmará a partir de 1620, quando os ingleses e os holandeses tiverem se apoderado de mercados longínquos do Mediterrâneo e invadido seu próprio espaço. Há então uma interrupção que dura muito tempo. Definitiva? Mesmo muito depois, após séculos de recolhimento, a abertura do canal de Suez (1869), sobre a qual falaremos mais tarde, não restabelecerá completamente a prosperidade, e sobretudo a preeminência do Mediterrâneo. Porque, então, a Inglaterra reinava soberana sobre o mundo inteiro. Tomado pelos estrangeiros no século XVI, o Mediterrâneo não podia mais ser devolvido à população de suas costas.

Fig. 3

Cabeça de Zeus proveniente do Olimpo, Atenas, Museu Nacional.

© ARTEPHOT, Nimatallah.

A alvorada

Todo mundo diz, todo mundo sabe que "as primeiras civilizações" nasceram no Mediterrâneo oriental do Oriente Próximo. Mas não foi o mar o primeiro responsável por elas. Durante milênios permaneceu vazio, mais deserto do que os próprios desertos, obstáculo e não ligação entre os homens que, contudo, já viviam em suas margens há muito tempo.

No entanto, também muito cedo circularam as jangadas e as pirogas primitivas, sem as quais os transportes de que temos provas não teriam sido possíveis. Desta forma, Chipre, que sempre foi uma ilha desde o surgimento do homem na Ásia Menor, e cuja data dos primeiros povoamentos não é exatamente conhecida, importava, no sexto milênio, a obsidiana da Anatólia para fabricar seus instrumentos. Esse exemplo não é o único: ocupada pelo homem pela primeira vez por volta de 5000 a.C., Malta obtia na Sicília pedras desconhecidas em suas terras, entre as quais a obsidiana. Mas nada indica contatos regulares ou relações seguidas. Embora o homem tenha superado cedo o obstáculo do mar nas distâncias curtas, fazia-o ainda de forma apenas esporádica. A extensão marítima, enquanto criadora de grandes intercâmbios,

permaneceu inutilizada por muito tempo. Os primeiros passos da civilização do Mediterrâneo foram dados à margem e fora dele.

As revoluções do Oriente Próximo

A alvorada da história é a invenção da agricultura, a revolução neolítica que, soubemos recentemente (graças aos métodos de datação pelo radiocarbono), começou por volta de 9000 a.C. e estendeu-se por vários milênios. Essa grande cesura da história da humanidade não se instaurou, portanto, muito rapidamente. Desenvolveu-se, contudo, a partir de vários focos mais ou menos interligados, impulsionando diante de si seus cereais — plantas selvagens já utilizadas muito tempo antes de aos poucos começarem a ser cultivadas —, seus animais domésticos, suas árvores frutíferas, seus instrumentos e seus hábitos sedentários.

Isso explica o fato de ela não ter nascido nas planícies, que imaginaríamos *a priori* mais fáceis de cultivar, mas nas montanhas que margeiam o deserto da Síria ou nos planaltos montanhosos da Anatólia e do Irã: ali é, de fato, o *habitat* natural dos carneiros, cabras, bovinos e porcos, e também das gramíneas selvagens, a altitudes de 600 a 900 metros. Ali, enfim, as águas correm numa abundância relativa, ao pé dos relevos do norte, em inclinações adequadamente dispostas, voltadas para o sul ou para o oeste. É nessa zona, caracteristicamente chamada pelos historiadores de Crescente Fértil, que a agricultura começou seu longo percurso, a partir de três regiões privilegiadas: os vales e as vertentes ocidentais do Zagros, a região montanhosa da Mesopotâmia turca e o sul do planalto da Anatólia.

Quem fala de agricultura, fala de sedentarização, enraizamento em grupos. Porém, a surpresa, também revelada pelo radiocarbono, veio quando se descobriu a existência, a partir do oitavo milênio, não somente de aldeias ou de cabanas, mas de grandes aglomerações que podemos chamar de cidades, apesar de nada terem da organização de uma cidade mesopotâmica ou egípcia. Daí a argumentação tão revolucionária quanto convincente de Jane Jacobs (*The Economy of Cities*, 1969): ela sustenta que nas regiões vazias, na pré-história, ou em algumas partes do Novo Mundo após a conquista européia, é normal e até lógico que as cidades comecem a viver ao mesmo tempo, mesmo antes do que as aldeias. Jericó e Çatal Hüyük são dois exemplos dessas aglomerações "neolíticas": no oitavo milênio antes de nossa era, Jericó abrigava pelo menos dois mil habitantes, e as casas de Çatal Hüyük estendiam-se, unidas umas às outras, por quinze hectares; nas casas, as pessoas circulavam por aberturas ovais nas paredes e, entre elas, por meio de terraços.

As "cidades primitivas" já são centros organizadores. Provocam e mantêm uma circulação de grande raio. Jericó exporta sal e betume e recebe, entre outras coisas, a obsidiana da Anatólia, as turquesas do Sinai, os cauris do mar Vermelho. Çatal Hüyük troca sua obsidiana por sílex da Síria, importa do Mediterrâneo conchas em quantidade, todas as espécies de pedras, alabastro e mármore. Tem inúmeras atividades artesanais, jóias de pedra, de madrepérola ou de cobre, tecidos finos, cerâmica, etc., enquanto que, na mesma época, a planície de Panfília, bem próxima, ainda está muito atrasada culturalmente. E, em Çatal Hüyük, a invenção criadora, sinal de afluência econômica, afirma-se logo de início como muito poderosa.

No entanto, é a planície, a baixa Mesopotâmia, que, com o Egito, irá se tornar a acumuladora essencial da civilização em gestação. Afinal, uma grande civilização não pode viver sem uma grande circulação, e a água dos rios — o Eufrates, o Tigre e o Nilo — permite rapidamente o desenvolvimento de uma indústria de transporte fluvial. Quando esses barcos aventuram-se finalmente

pelas águas salgadas do golfo Pérsico ou do Oceano Índico, ou ainda do mar Vermelho e do Mediterrâneo, dão um passo decisivo. É o início de um milagre. Bens, mercadorias, técnicas, aos poucos tudo transitará pelas rotas do mar. O Mediterrâneo vai começar a viver.

Primeiros barcos, primeiras civilizações

O transporte fluvial no Eufrates e no Tigre (efetuado por jangadas feitas de odres inflados ligados uns aos outros, que, muito carregadas, desciam o curso dos rios — depois do que os odres vazios eram transportados no lombo de asnos) com certeza desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento e prosperidade da Mesopotâmia. Ele permitiu a divisão econômica dos diversos recursos da montanha e das regiões baixas e, ao mesmo tempo, a integração de cidades independentes desejosas de permanecê-lo. Basta observar ainda hoje o movimento das barcas no Eufrates, suas vastas extensões de água, suas margens planas, por muito tempo pantanosas, para fazer reviver os magníficos baixos-relevos de Nínive, com suas barcas de caniço deslizando entre os hipopótamos, sobre os pântanos piscosos. Mas a Mesopotâmia está distante das margens do Mediterrâneo e, embora pareça ter se aventurado no mar Vermelho e no golfo Pérsico, pouco sabemos a esse respeito. Ela é o pano de fundo da primeira história do Mediterrâneo.

Já os barcos do Egito desembocam na história do Mar Interior. Os baixos-relevos das primeiras pirâmides no-los mostram muitas vezes, construídos de feixes de papiro amarrados, um pouco assemelhados às barcas da Mesopotâmia, popa e proa erguidas, fundo quase plano para evitar o choque contra os bancos de areia submersos a pouca profundidade e permitir que atravessassem sem danos os inúmeros pântanos.

O progresso bastante rápido fará com que os juncos primitivos sejam substituídos por pranchas de madeira, blocos de sicômoro ou de acácia vindos do alto Egito, ou de cedro do Líbano. As pranchas curtas e maciças são solidamente unidas umas às outras. Exceto pelo material, esses navios de madeira, sem quilha, de extremidades erguidas por um cabo transversal, assemelham-se, com toda evidência, às barcas primitivas. Povoam as cenas de caça e pesca tão freqüentemente representadas nas paredes dos túmulos, e servem para transportar os mortos para sua última morada.

A indústria de transportes do Nilo é tão poderosa quanto a do Eufrates, sobre a qual, além disso, goza de uma vantagem certa: o sistema regular de ventos no Egito permite que os barcos subam o rio facilmente à vela. No sentido contrário, basta que se deixem levar pela correnteza. Raramente são necessários remos e sirgas. Assim, por esta e outras razões, o Nilo é a condição da unidade e da riqueza do Egito. No século XXV a.C., o rio permite transportar o granito das pedreiras do alto Egito até Mênfis e dominar de longe a Núbia, grande fornecedora de marfim, ébano, penas de avestruz, metais preciosos e sobretudo ouro. Logo permitirá, pela rota de Coptos a Qoeir, atingir o mar Vermelho e, por ali, ter acesso ao incenso e à mirra da região de Punt, ao cobre, às turquesas e outras pedras preciosas do Sinai. E todas essas riquezas se acumulam no baixo Egito, sede do poder faraônico. O que permite comprar ou conseguir para o Egito tudo o que ali falta ou que por ele é cobiçado: os cedros do Líbano, o betume do mar Morto, o azeite e, mais tarde, o vinho da Síria.

É assim que começam as viagens entre o Egito e as cidades da costa sírio-libanesa, quase na alvorada da história egípcia. Provavelmente, no começo, como expedições lançadas pelos faraós. Mas, em meados do terceiro milênio, uma verdadeira frota mercante liga Biblos aos portos do delta. Os barcos são do tipo egípcio e sem

dúvida são financiados pelo Egito, mas talvez já sejam construídos e sobretudo montados pelos cananeus (é o nome que se dava aos sírio-libaneses). Esses ancestrais dos fenícios já eram um povo de marinheiros: ao contrário, o Egito sempre tenderá a ficar em casa, e sua riqueza, aliás, permitir-lhe-á um comércio passivo, como se dirá mais tarde, na direção do Mediterrâneo. Em todo caso, mil anos depois, não há mais dúvidas: uma pintura de Tebas, do século XV a.C., mostra barcos montados por cananeus que, em seus trajes típicos, descarregam no Egito as mercadorias de seu país. Os barcos, contudo, permaneceram análogos: veleiros do tipo egípcio, com as mesmas extremidades erguidas quase em ângulo reto, aparentemente sem quilha. Barcos que convêm a um trajeto tranqüilo e rotineiro em águas pouco profundas e sujeitas a enchentes periódicas que fazem do caminho navegável do Nilo nada mais do que uma trilha. Mas bem pouco convenientes para os perigos do alto-mar.

Ora, já no início do segundo milênio, com certeza mais cedo, surgiu um outro tipo de barco, nascido de uma outra aventura, a dos povos do Egeu. Esses navios leves navegam a vela ou a remo, e são munidos de uma querena e de uma quilha, o que não somente reforça seu casco contra o choque das ondas, mas também fixa-os na água, dando-lhes maior estabilidade e melhor resistência ao vento. Ancestral direto dos barcos fenícios, gregos e romanos, o barco egeu é, de fato, o primeiro barco de transporte realmente adaptado ao mar. Ele acelera a história do Mediterrâneo.

O primeiro Mediterrâneo mercante da história

No início do segundo milênio emergem portanto dois setores marítimos, onde se fabricam navios e marinheiros: a costa libanesa e as ilhas do Egeu. Já existem proto-fenícios, já existem proto-gregos. Tão ativos nas costas do

Egeu e da Ásia Menor quanto o seriam seus sucessores, são, incontestavelmente, os principais responsáveis pelo nascimento do primeiro Mediterrâneo de intercâmbios, um Mediterrâneo ainda reduzido a uma das metades do mar (os espaços do Levante), mas que já é como que um espaço econômico unitário, onde logo tudo se troca, objetos, técnicas, modas, gostos, homens, é claro, e mesmo correspondência diplomática.

Cria-se assim um fenômeno extraordinariamente novo, estabelece-se uma cultura cosmopolita, na qual as contribuições das diversas civilizações construídas à margem ou no meio do mar podem ser reconhecidas. Dessas civilizações, umas permanecem nos domínios dos impérios: o Egito, a Mesopotâmia, a Ásia Menor dos hititas; outras lançam-se ao mar e são sustentadas por cidades: a costa sírio-libanesa, Creta e mais tarde Micenas. Mas todas comunicam-se entre si a partir de então. Todas, até o Egito, normalmente tão fechado, voltam-se para fora com uma curiosidade apaixonada. É a época das viagens, das trocas de presentes, das correspondências diplomáticas e das princesas que são dadas a reis estrangeiros como caução dessas novas relações "internacionais". Época em que se vê surgir nos afrescos dos túmulos egípcios, em seus trajes originais, minuciosamente reproduzidos, todos os povos do Oriente Próximo e do Egeu: cretenses, micênicos, palestinos, núbios, cananeus; em que as magníficas cerâmicas cretenses invadem todo o Levante (praticamente todas as escavações descobrem algum vaso ou restos de cerâmica cretenses); em que as porcelanas azuis do Egito, exportadas para todos os cantos e copiadas sem escrúpulos em Ugarit, acompanham os mortos nos túmulos micênicos; em que o culto das divindades cananéias, sem dúvida introduzido pelos comerciantes, espalha-se pelo delta, enquanto as esfinges aladas ou os deuses do Egito florescem na Síria ou na região hitita; em que a fantasia da pintura cretense nas paredes dos túmulos de Tebas abala a austera tradição egípcia, enquanto as flores

de lótus e os pássaros aquáticos do Nilo longínquo inspiram os ceramistas cretenses ou micênicos, que retomam por conta própria — e com que força na disposição e no tratamento das formas — seu universo ambíguo e marinho, recusando, além do mais, ao contrário do Egito, as referências espaciais e os horizontes figurados; em que a moda egípcia, até então devotada ao linho branco, apaixona-se pelos bordados sírios e pelos tecidos de várias cores dos cretenses.

Nessa extraordinária miscelânea do segundo milênio, a palma do cosmopolitismo cabe sem dúvida aos sírio-libaneses, que se inspiram em tudo e em todos, recombinando tudo à sua moda. Creta, ao contrário, apesar da atividade de seus comerciantes e marinheiros, cujos vestígios encontramos por toda parte, deu mais do que recebeu. Talvez protegida por sua insularidade, continuou a ser a mais original e a mais insólita das primeiras civilizações antigas. Tão misteriosa quando se desenvolve como um fenômeno à parte como quando desaparece de uma morte brutal e inexplicada.

De Cnossos a Micenas

Creta é uma ilha perdida no alto-mar, por muito tempo subpovoada e subdesenvolvida. Curiosamente protegida: nela não existem animais selvagens autóctones, raposas, lobos, águias ou corujas, nenhum animal nocivo além do escorpião, das serpentes e de uma aranha venenosa (aliás desconhecida no continente). Por muito tempo, mal fez eco às correntes civilizadoras vindas das Cíclades e do Egeu. Enquanto Tróia, perto do Helesponto, já brilha, Creta ainda permanece na obscuridade. Apenas por volta de 2500 a.C. chega-lhe alguma luz. A lenda de Europa raptada por Zeus das costas da Fenícia e levada para Creta conteria uma porção de verdade.

Duas gerações de cidades-palácios nela surgem, a primeira de 2000 a 1700, a segunda de 1700 a 1400. Como estas datas dizem por si mesmas, a ilha se desenvolve com o próprio progresso das navegações do Levante.

Devemos ver nessa multiplicidade de palácios-cidades — entre os quais Cnossos é o mais belo. mas não o único exemplo — cidades independentes, cidades-Estados já segundo o modelo grego, como afirma E. van Effenter? Os palácios são tanto o apanágio de uma divindade quanto o de um príncipe, o Minos de Cnossos. Talvez sejam também uma forma de economia, o lugar onde se reúne e a partir do qual se redistribui a produção, o centro onde os artesãos e comerciantes da cidade próxima apanham suas encomendas, onde se concebe uma participação cada vez mais consciente nos intercâmbios externos. Afinal, esse florescimento, principalmente o mais brilhante, de 1700 a 1450, é contemporâneo de um desenvolvimento econômico geral do Oriente Próximo. O brilho dos grandes impérios reflete-se no espelho da civilização cretense que, por sua vez, remete ao longe suas luzes. Cnossos, o palácio-cidade por excelência, brilharia ao longe, graças aos navios cretenses que esquadrinham os mares.

Tudo desabará, como já dissemos, em Cnossos e na Creta oriental (a única parte da ilha iluminada pela civilização) por volta de 1450. Teria sido em virtude da explosão vulcânica de Thera, hoje Santorini? A hipótese é aceitável, e freqüentemente aceita. Ou em virtude de uma descida vitoriosa dos micênicos? É a hipótese clássica. Ou em virtude de violentas perturbações sociais? Qualquer que seja a explicação, a civilização cretense extingue-se em meados do século XV.

É uma civilização que não conhecemos perfeitamente. Sua religião continua a ser-nos pouco compreensível. No máximo, reconhecemos alguns de seus símbolos: a árvore, o pilar, o machado duplo, os chifres de touro, os lenços amarrados ritualmente; alguns animais sagrados: a serpente, a pomba, o touro. Finalmente, a Deusa

Mãe, saída das profundezas da pré-história e das mentalidades primitivas, parece ter dominado. Mas que diferença entre essa jovem deusa elegante que brande em sua mão uma serpente como se segurasse uma bugiganga, e as adiposas estátuas da abundância que foram encontradas às centenas por todas as margens do Egeu! Qual a relação entre a dança sagrada das sacerdotisas que faz girar as saias esvoaçantes de jovens com longos corpos de bailarina e a cena dos afrescos de Mari, onde o rei recebe da deusa Ishtar os emblemas sagrados, com a solenidade hierática da Mesopotâmia? O que nos fascina em Creta é a idéia que dela fazemos, com ou sem razão, de uma civilização "especial", onde tudo visaria à beleza e à alegria de viver, onde nem mesmo a guerra encontraria espaço (de qualquer forma, não se encontram fortificações ao redor das cidades cretenses). Nos afrescos de Cnossos, o rei-sacerdote caminha entre os lírios, e mulheres de vestidos claros, amarelos, azuis e brancos, os seios nus, dançam diante de um público sentado sob oliveiras azuis. Acrobatas esguios apresentam-se entre os chifres de um touro. Domina um naturalismo simples e forte: um raminho, um tufo de açafrão ou de íris, um botão de lírio branco sobre o ocre de um vaso ou a púrpura de um estuque mural, juncos que se combinam num motivo contínuo, quase abstrato, um ramo de oliveira florido, os tentáculos torcidos de um polvo, delfins, uma estrela-do-mar, um peixe azul alado, temas normais em si, mas que são tratados com uma grande liberdade inventiva. Na fantasia de um mundo alegremente irreal, um macaco azul colhe açafrões, um pássaro de turquesa empoleira-se em rochedos vermelhos, amarelos, azuis, matizados de branco, nos quais florescem roseiras-bravas; um gato selvagem espreita através dos ramos de uma trepadeira um pássaro inocente que lhe volta as costas; um cavalo verde arrasta a carruagem de duas deusas sorridentes.

A civilização dita micênica (a partir do nome da cidade de Micenas, na Argólida), que sucede a civilização cretense, já era há muito tempo sua discípula. Os alunos tornados perigosos teriam destruído o mestre? É possível. Ou talvez tenham ocupado um espaço vazio. Em todo caso, é certo que as cidades micênicas, Tirinto, Pilos, Argos, Tebas, Atenas e Micenas, continuaram a se desenvolver após o brusco apagar de Creta. Nelas foram construídos grandes palácios à maneira de Creta. E, correndo pelos mares como os cretenses, os mercadores micênicos assumem um lugar preponderante no Egeu. Instalam-se em grande número em Chipre, no Egito, na Ásia Menor, na Síria, no Líbano, e as naus micênicas podem ser encontradas em toda parte no Oriente Próximo, como outrora o eram as de Creta. Mas o clima mudou: as cidades micênicas, belicosas e expansionistas, e por vezes rivais, cercam-se de muralhas. Acabarão finalmente por conhecer um destino trágico, e quase todas desaparecerão no decorrer de um drama ainda mais obscuro do que aquele que pôs fim a Cnossos.

As catástrofes pouco explicáveis do obscuro século XII

O século XII é o mais obscuro dos séculos obscuros. Seriam suas catástrofes em cadeia comparáveis à queda de Roma no século V? Já se defendeu esta hipótese. Seja como for, antes dessas catástrofes brilhava a luz desde o mar Jônio até o Egito e o restante do Oriente Próximo. Com o século XII, instala-se a noite, aproximadamente por meio milênio. Desta forma, não há nenhuma comparação razoável entre o fim de Roma, simples ruptura, e essa escuridão de muitos séculos que invadiu tudo.

O que desaparece então é o império hitita da Ásia Menor, o Hatti, os palácios micênicos, todos incendiados e destruídos (em Tirinto, os esqueletos dos defensores foram encontrados ao pé das muralhas, sob uma massa de

destroços calcinados). Caberia a responsabilidade aos misteriosos "povos do mar", que fazem pensar nos normandos da Idade Média? Esses povos — quem eram, de onde vinham? — realmente existiram, já que muitos textos falam deles. Eles seguiram até o Egito onde foram duas vezes derrotados, em 1225 e 1180 a.C.: um baixo-relevo comemora essa vitória do faraó. Mas nem por isso o Egito escapará do desastre, pois o que desaparece, principalmente na sua múltipla aventura, e por muito tempo, é o Mediterrâneo dos intercâmbios. Estes diminuem, desaparecem: não resistiram aos incêndios, às carnificinas, às fortalezas derrubadas, às cidades arruinadas como que sem motivo, tomadas de assalto e saqueadas.

Há pouco tempo, tentava-se explicar tais transtornos pela chegada dos indo-europeus, os dórios. Bárbaros, certamente, mas que possuíam armas de ferro. Teriam vencido os micênicos que só conheciam as armas de bronze. Os recém-chegados teriam afugentado as populações enlouquecidas. Os povos do mar seriam essa horda de fugitivos que, por sua vez, pilharam, saquearam e mataram desde a região hitita até o Egito. Infelizmente, essa explicação não convence mais, pois os dórios, últimos invasores indo-europeus da Grécia antiga, só chegaram ao final do século XII, pelo menos cem anos mais tarde, e não trouxeram o ferro, que veio de outro lugar. É o que hoje afirmam os arqueólogos.

Mas, por enquanto, nenhuma explicação impõe-se ou resiste às exigências da crítica. Só dispomos de hipóteses ainda a serem averiguadas, Deus sabe como!

Claude A. Schaeffer sustentou que o império dos hititas teria sido destruído por terremotos extremamente violentos. É possível e até provável, pois sempre houve inúmeros sismos naquela região da Ásia Menor. Isso não basta, porém, para explicar o conjunto do fenômeno, que ultrapassa os limites da Anatólia, nem para explicar o papel dos povos do mar ou as destruições das cidades micênicas.

Teria havido, como diz Rhys Carpenter num livro recente, uma mudança brutal no clima, que teria se desregulado no sentido de uma seca persistente, calamitosa e, finalmente, destruidora? A duração dos ventos etésios, que excluem a chuva, teria se prolongado, transformando em desertos vastas regiões já secas, mas até então cultiváveis. Só teriam escapado ao sinistro inimigo as regiões altas, próximas ao mar, e além disso totalmente expostas aos ventos do oeste: o golfo de Corinto (que as *Instruções Náuticas* assinalam como uma zona suscetível de atrair as depressões tempestuosas de maio a julho e de setembro a outubro), Ática, Rhodes, Chipre, Tessália e Épiro. Nas outras regiões, os habitantes expulsos de suas terras por várias colheitas nulas teriam alcançado o mar, invadido maciçamente os territórios relativamente protegidos e provocado as destruições em cadeia que conhecemos. Quanto aos palácios de Micenas, não teriam sido destruídos pelos invasores, mas pelas populações locais de camponeses esfomeados, pois sempre foram grandes entrepostos de gêneros alimentícios.

Essas explicações provocam a imaginação, sendo esse seu mérito e sua utilidade. Mas o problema continuará obscuro enquanto não existir um conjunto maior e mais preciso de fatos. Serão necessárias mais escavações bem-sucedidas, cacos de cerâmica mais convincentes e sobretudo precisões cronológicas. É pedir muito, mesmo considerando que as possibilidades novas de datação oferecidas pelo radiocarbono podem esclarecer muitas coisas.

Em todo caso, um fato é certo: no século XII a.C., o Mediterrâneo oriental volta à estaca zero, ou quase, da história. Os intercâmbios se esgotam. Cada um vai viver por si mesmo, e com dificuldades. Os dois impérios que subsistem perderam todo o brilho: o Egito volta-se para si mesmo, para suas dissensões internas, e sua história perde-se nas invasões contínuas, mais ou menos medíocres, que o arruinam. A Mesopotâmia enterra-se em suas turbulências pouco compreensíveis; mas não é seu desti-

no ser aberta por natureza aos mundos circundantes — e terríveis — do deserto e da montanha? A costa cananéia — digamos agora fenícia — continua a encontrar-se na encruzilhada da vida desses dois monstros que têm necessidade um do outro; e esse cruzamento cria, por antecedência, a vida marítima da estreita costa do Líbano. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, o universo do Oriente Próximo continuará a viver, embora esfacele-se, "balcanize-se", poderíamos dizer. Sem que se saiba suficientemente por que, brotam Estados minúsculos, que depois se desorganizam e desaparecem. Assim, por volta de 950, brilha um Estado judeu que, em seguida, decompõe-se em dois: Judá ao sul e Israel ao norte. Na verdade, é necessário uma lupa para seguir essas curtas trajetórias políticas. Na costa cananéia desaparece Ugarit, Biblos declina, Sidon a substitui e, por volta do ano mil, Tiro torna-se a cidade dominante. Voltada para o mar, a Fenícia começa a viver, enquanto que por toda parte a guerra continua a provocar estragos.

Como não se surpreender com o fato de duas poderosas revoluções terem se desenvolvido em meio a essa história obscura?

Em primeiro lugar, a difusão da metalurgia do ferro. Originário do Cáucaso ou da Cilícia, o ferro acerado, endurecido pela incorporação do carbono, foi, por muito tempo, monopólio dos hititas. Terá a queda de seu império favorecido a dispersão de grupos de ferreiros, personagens diabólicos aos olhos dos outros homens? Mas a dispersão e a difusão foram lentas. Foi apenas a partir do século X que o ferro tornou-se de uso corrente, visto que seu preço baixa na Mesopotâmia.

A segunda revolução foi o surgimento da escrita alfabética. O Oriente Próximo havia conhecido a escrita na idade do bronze: os hieróglifos no Egito, a escrita cuneiforme na Ásia Menor, o linear A e o linear B (o único decifrado e que revelou uma língua aparentada ao grego) em Creta. Essas escritas silábicas complicadas, feitas para

o uso dos príncipes, exigiam homens entendidos na sua arte, escribas, nós diríamos "mandarins". Foi na Síria, *lato sensu*, que se elaborou a revolução simplificadora do alfabeto entre os séculos XIV e X a.C. Uma revolução que já estava no ar; tratava-se de substituir a escrita reservada aos escribas e aos príncipes por outra mais acessível aos comerciantes apressados e capaz de transcrever as várias línguas. Não é surpreendente que esse esforço tenha sido feito ao mesmo tempo em duas cidades, ambas comerciantes excepcionais: Ugarit inventou um alfabeto de 31 letras utilizando caracteres cuneiformes; Biblos, um alfabeto linear de 22 letras, que finalmente será o dos fenícios. Os fenícios ensinaram-no aos gregos que o adaptaram à sua língua, certamente no século VIII a.C.

O alfabeto não terá percorrido as rotas do mundo com maior rapidez do que a moeda, que, nascida no século VII a.C., demorará para revolucionar os intercâmbios. Mas quem ousaria recusar ao primeiro alfabeto ou à primeira moeda o nome merecido de revolucionário?

O far-west mediterrânico

No século VIII o Oriente Próximo conhece um novo período de prosperidade. O mar revive com os portos ativos da Fenícia e das cidades gregas. Graças a esses portos, a essas cidades, a seus navios e a seus marinheiros, será realizada uma verdadeira conquista do Mediterrâneo ocidental. Terminada essa colonização, o Mediterrâneo da história estender-se-á sem intervalos do Levante às Colunas de Hércules.

Comparou-se esse movimento em direção ao Oeste, a partir do século VIII antes da era cristã, à colonização do continente americano a partir da Europa após 1492. É uma comparação bastante esclarecedora. Trata-se, nos dois casos, de uma colonização a longa distância, que vai ao encontro de terras novas não habitadas. A Amé-

rica "pré-colombiana" tem seus autóctones, o *far-west* mediterrânico suas populações já sedentarizadas pela agricultura. Pacificamente ou não, foram fundadas novas cidades nos litorais de vastas regiões, curiosas e interessadas ou hostis e perigosas, conforme o caso e a época. Mas se falamos da América é principalmente porque os colonos encontraram nessas terras longínquas condições de vida bem melhores do que na Grécia ou na Fenícia. No Oeste, tudo é maior e mais rico. Observem a guirlanda de cidades gregas da Sicília, Agrigento, Selinonte, com seus monumentos grandiosos; Cartago, "a cidade nova", no tempo de seu esplendor, será dez vezes maior do que Tiro, sua metrópole.

Três rotas marítimas atravessam o Mediterrâneo de um lado a outro no sentido dos paralelos.

A primeira, colada aos litorais do Norte, à Grécia e às suas ilhas, vai até a altura de Corcire (Corfu). De lá, com bom vento, um veleiro leve atravessa o canal de Otranto em menos de um dia. Depois, a linha da costa italiana conduzirá até o estreito de Messina, de onde se pode alcançar tanto o mar Tirreno quanto o litoral siciliano. É essa a rota das navegações gregas, reconhecida desde a época micênica.

A rota meridional costeia o litoral da África desde o Egito até a Líbia e a África Menor. No final do itinerário, abre-se o estreito de Gibraltar — as Colunas de Hércules.

A terceira rota corre pelo meio do mar, apoiando-se numa cadeia de ilhas: Chipre, Creta, Malta, a Sicília, a Sardenha, as Baleares. Embora essa rota mediana obrigue a enfrentar o alto-mar, os fenícios utilizavam-na tanto quanto o itinerário meridional, fato comprovado pelas escavações nessas ilhas, que aí encontraram vestígios de suas feitorias. Não eram os fenícios pilotos excepcionais? "Teus sábios, ó Tiro", diz Ezequiel, "estavam a bordo como marinheiros (. . .) *Em alto-mar* [o grifo é nosso], tu foste conduzida por teus remadores." Viajando mesmo de noite, orientando-se pela Ursa Menor, os fenícios foram precursores. Foram eles os vencedores da corrida para o Oeste.

Falaremos apenas dos fenícios

Em outros tempos a história antiga situava-se sob o signo da grecomania. Negava-se com obstinação a possibilidade de qualquer primazia da Fenícia. Ora, o admirável Victor Bérard (1864-1931), acusado durante toda a sua vida pelos partidários da história oficial de feniciomania, tinha razão, e bem mais do que supunha. Três pequenos fatos estabelecem por si só uma cronologia que parece pouco discutível: em primeiro lugar, a descoberta, no museu de Chipre (1939) de uma inscrição danificada, e que passou despercebida, datável do século IX antes de nossa era. Sua escrita pode ser aproximada — e é o segundo fato — de uma inscrição fenícia insólita, encontrada na Sardenha e atualmente no museu de Cagliari. Escrita idêntica e portanto data idêntica, diz um arqueólogo (1941); desde então, fragmentos de inscrições análogas foram encontradas na Sardenha — e é o terceiro grupo de novos argumentos.

De modo que a tese de Sabatino Moschati (1966) ganha em verossimilhança. Ao menos três séculos, o XI, o X e o IX, separam a queda de Micenas do primeiro movimento grego de expansão para o oeste. "É natural", afirma Moschati, "que a expansão fenícia se insira nesse vazio histórico." A Fenícia teria aproveitado a redução de atividade da navegação "grega" para explorar os mares distantes. Teria havido então, antes dos gregos, no tempo dos "séculos obscuros", uma primeira conquista do Oeste em benefício dos "orientais". Aliás, por natureza, não está a Fenícia condenada a utilizar o mar, custe o que custar?

Um país empurrado em direção ao mar

A Fenícia é uma guirlanda de pequenos portos encostados na montanha, situados em penínsulas, ilhotas, como se quisessem ignorar o continente, freqüentemente hostil. Hoje ligada à terra firme pelos aluviões, Tiro localizava-se numa ilha estreita, onde encontrava o essencial: uma defesa eficaz; dois portos, um ao norte, que liga a cidade a Sidon, outro ao sul para o tráfego em direção ao Egito; finalmente, no mar, uma fonte borbulhante de água potável, captada no meio da água marinha. Todo o resto — víveres, azeite, vinho e matérias-primas — cabia aos marinheiros trazê-lo.

Cidades desse tipo só podem viver do comércio e da indústria. Para comprar no estrangeiro os víveres de que não dispõem, para compensar o desequilíbrio permanente que disso decorre, as cidades fenícias são obrigadas a fazer comércio e a exportar os produtos de sua própria indústria. Possui artesãos, ferreiros, ourives e construtores de navios. Seus tecidos de lã, e não menos suas tinturas, que iam do rosa ao púrpura e ao violeta, extraídas de uma concha, o murex, eram famosos. Além disso, situados em uma encruzilhada, os fenícios estão em boa situação para imitar todos os estilos, todas as técnicas alheias, as porcelanas azuis ou os vidros policromos do Egito, por exemplo. O que não os impede de vender por toda parte, indiferentemente, os produtos estrangeiros.

Seu comércio prende em suas malhas todo o Levante, alcança o mar Vermelho e penetra em direção ao Oceano Índico. Assim que acaba sua prospecção no Oeste, estende-se até Gibraltar e aventura-se no Atlântico. Uma passagem da Bíblia parece indicar que um certo navio equipado pelo rei Salomão e misturado à frota fenícia irá até a longínqua Espanha, até Tartessos, voltando depois de três anos. Os fatores decisivos para esses sucessos marítimos foram a coragem e a habilidade dos homens.

Mas, segundo P. Cintas, a técnica também teve sua participação, principalmente o emprego do betume do mar Morto para calafetar os cascos dos navios. Aliás, o betume era utilizado em Cartago para alcatroar por fora as paredes de argila das casas, e Plínio menciona os "tetos de piche" da cidade. Isso explicaria o terrível incêndio de 146 a.C. Poderiam os romanos ter arrasado pelo fogo a vasta cidade sem o betume, combustível de primeira ordem, hoje encontrado pelos escavadores em "pequenas lâminas" da camada de cinzas sob a qual está enterrada a cidade púnica?

Cartago ou a Fenícia do segundo fôlego

Por muito tempo, Cartago foi apenas uma escala na rota entre Tiro e a Espanha. O papel de metrópole continuava cabendo à Fenícia. Mas, no século VII, o sistema desorganiza-se.

Os fenícios não encontram mais o vazio mediterrânico como no tempo de seus primeiros sucessos, mas a concorrência dos etruscos e dos gregos. Além disso, a Fenícia está sujeita à violência dos assírios, instalados em Chipre desde 709. Arados, Biblos, Sidon e Tiro resistem, mas tudo está perdido com a ocupação do Egito pelos assírios (671). A partir de então, os "reis" das cidades fenícias submetem-se. "Yakimlu, rei de Arados, que está no meio do mar (com efeito, Arados ocupa uma ilha), que não se submeteu aos reis meus ancestrais", diz um texto de Assurbanipal, "coloquei-o sob meu jugo. Sua filha, com um rico dote, ele mesmo ma trouxe a Nínive para me servir de concubina, e ele beijou meus pés." O "Baal" de Tiro também teve de ceder uma de suas filhas e suas sobrinhas, e até seu filho, que Assurbanipal manda de volta. Em 574, quando o Império Assírio já tinha sido derrotado há mais de trinta anos e todos podiam voltar a respirar, o babilônio Nabucodonosor submete Tiro.

As guerras, as perturbações nas cidades e as interrupções nas ligações comerciais vão incentivar Cartago a engrandecer-se. A sede da vida fenícia finalmente passará para ela, situada no encontro quase exato dos dois Mediterrâneos. E a civilização fenícia lá terá continuidade, parecida e diferente, como a civilização européia, mais tarde, na América.

Contribuíram para esta diferenciação tanto a distância como as etnias miscigenadas da cidade. Cartago, cidade nova, que surgiu "à americana", foi um local privilegiado de misturas. Também é "americana" pela sua civilização terra-a-terra, que prefere o sólido ao refinado. Seu dinamismo, aliás, atraiu marinheiros, artesãos e mercenários de todos os horizontes. Cartago foi francamente cosmopolita.

Nem por isso deixa de viver à fenícia. Em primeiro lugar, porque continua a viver à beira-mar, e do mar. Perpetua mesmo a tradição das descobertas marítimas de Tiro. Por ordem do faraó Necao, navegantes de Tiro terão sem dúvida realizado, por volta de 600, o périplo da África pelo mar Vermelho. Comandados por Himilcon, navios cartagineses à procura de estanho reconheceram, por volta de 450, as costas atlânticas da Europa até as ilhas britânicas (as ilhas Cassitérides). Um quarto de século mais tarde, à procura de ouro, Hannon reconhecia, indo desta vez em direção ao sul, as costas atlânticas da África até os atuais Gabão e Camarões.

A diferença é que Cartago, ao contrário das cidades da Fenícia, não tinha atrás de si impérios monstruosos a ameaçá-la. As escalas da costa africana, que gradualmente controlou, Collo, Djidjelli, Argel, Cherchell, Guraia, Tenes, a princípio simples feitorias, tornaram-se vilas ou cidades que mantinham relações com o interior. Há portanto uma simbiose crescente entre Cartago e outras cidades marítimas com a África do Norte. A última, mal saída da idade da pedra, receberá quase tudo de seus mestres: árvores frutíferas (oliveira, vinha, figueiras, amendoeiras, romãzeiras), técnicas de cultura, de cultivo de vinho e numerosas técnicas de artesanato. Cartago foi a educadora, tendo impregnado profundamente a região. No tempo de Santo Agostinho, quando o Império Romano desaba, os camponeses da África ainda falam o púnico e dizem-se cananeus: *Unde interrogati rustici nostri quid sint punice respondentes Chanani*...

Entre a troca e a moeda

Situada na articulação dos dois Mediterrâneos, o ocidental e o oriental, Cartago pôde tirar partido de um enorme desnivelamento econômico. O Oeste é bárbaro e subdesenvolvido; lá Cartago consegue tudo a bom preço, inclusive os metais: o estanho das Cassitérides e da Espanha do noroeste; o chumbo, o cobre e sobretudo a prata da Andaluzia e da Sardenha; o ouro em pó da África negra — e também escravos, por toda parte onde possam ser capturados, até mesmo em pleno mar. O mercador cartaginês leva para o Oeste seus produtos manufaturados e os de outras regiões, além das especiarias e das drogas vindas das Índias pelo mar Vermelho. Os intercâmbios se fazem pela troca. Nessas condições, a moeda aparece tarde, não antes do século V na Sicília púnica, apenas no século IV na própria Cartago. Seria isso por demais espantoso? Não, pois não pode se tratar de ignorância. Sidon e Tiro tinham suas moedas. Apenas uma explicação é possível: Cartago não sentia a necessidade de ter moedas. É o que aconteceu, *mutatis mutandis*, com a China: tão inventiva nesse campo (conheceu muito cedo o artifício da moeda, e mesmo do papel moeda), levou muito tempo para empregá-la. Assim como Cartago, não tinha ela em seu redor, no Japão, na Indochina, na Insulíndia, economias balbuciantes, fáceis de dominar e que viviam da troca?

Isso não significa, afinal, que a ausência de moeda não tenha sido uma fraqueza em relação às economias concorrentes. Se, a partir do século V, a "escalada" econômica dos gregos é evidente, mesmo em Cartago, conquistada pelos bazares de seus concorrentes, a superioridade monetária dos primeiros é uma das explicações possíveis.

Do mesmo modo, certos autores se surpreendem com o fraco desenvolvimento da metalurgia cartaginesa, quando a cidade controla tantas minas. Envolvida no vaivém prodigioso de sua navegação, Cartago teria errado ao escolher as soluções oferecidas pelas facilidades de sua vida comercial e, muitas vezes, ao vender produtos manufaturados pelos outros. Será isso realmente uma fraqueza? Os holandeses, também carreteiros do mar, senhores da Europa no século XVII, não agirão de outra forma, vendendo aqui e comprando alí. Como eles, os cartagineses foram transportadores, intermediários, comprando com uma mão e vendendo com a outra. Como eles, souberam defender suas posições, em particular seu monopólio sobre as minas da Espanha (interditadas aos etruscos, aos gregos, e depois aos romanos), suas escalas marítimas, suas indústrias de luxo e um poderoso comércio atacadista de trigo.

Seguramente, nem a vida nem a arte da grande cidade souberam se proteger contra a imensa contaminação cultural que heleniza todo o Mediterrâneo. Não era uma tradição fenícia adotar o estilo dominante (outrora o egípcio)? A influência das formas helênicas pode ser reconhecida tanto na costa da Fenícia quanto em Cartago. A última importou sem hesitar a casa grega, com pátio central, vasos ornados, cimento hidráulico, sarcófagos e, naturalmente, deuses (Deméter e Korê, por volta de 396), além das idéias pitagóricas. É o exemplo de Alexandre, o Grande, que inspira Amílcar, o pai de Aníbal, quando empreende a conquista da Espanha. O próprio Aníbal tinha uma formação cultural grega. E até o emprego dos

elefantes cobertos de tecidos multicores, terror do soldado romano, é de inspiração helenística.

Adivinhar a cidade

A morte de Cartago, destruída em 146 a.C. pelos romanos, não foi uma morte comum. A cidade incendiada foi arrasada até as suas fundações. Em seguida, construiu-se uma cidade romana sobre ela. De modo que a arqueologia não permite reconstituir muita coisa da vida da sociedade cartaginense.

Mal se consegue imaginar a própria cidade sobre a colina de Byrsa (atual colina de São Luís), com seus templos, suas casas altas, de vários andares, como em quase todas as cidades fenícias, com suas cisternas e a fonte canalizada, chamada das Mil Ânforas, cujas belas abóbodas, apesar da grande adaptação romana, são os únicos vestígios da autêntica arquitetura de Cartago.

No entanto, escavações recentes descobriram, a três ou quatro metros abaixo da cidade romana, um bairro da cidade púnica. Provou-se que Cartago possuía ruas retilíneas, não muito estreitas, com escadas de ligação e um sistema de esgotos análogos ao das cidades sicilianas.

Na praia de Salammbô, dois portos — semelhantes aos tão numerosos portos duplos da Antigüidade (Cnide, Delos e dez outros): o retangular, onde atracam os navios de comércio, e o circular, onde muitas vezes as embarcações de guerra eram arrastadas para a terra, sob as abóbodas do Arsenal.

Enormes muralhas duplas ou triplas, do lado da terra, cercam a cidade fortificada estabelecida na Byrsa; seus bairros populosos agrupam-se ao redor do porto. A meio caminho entre o porto e a Byrsa, uma praça pública evoca uma espécie de ágora. Para o norte, estende-se o bairro de Megara, com seus jardins, pomares e mansões aristocráticas. A população é enorme, talvez cem mil pessoas.

Ao lado de alguns ricos e governantes, amontoa-se uma plebe de artesãos, pedreiros, escravos, marinheiros e, quando é o caso, soldados mercenários.

Ao redor da cidade, campos admiráveis. Entre os ricos, certamente, existe o gosto pela terra bem cultivada, pelos belos jardins, pelas árvores enxertadas e pelos animais selecionados. Algumas passagens de um agrônomo cartaginês, Magon, que chegaram indiretamente até nós, dão cem receitas sobre a maneira de plantar a vinha de modo a protegê-la de uma seca muito forte, de fabricar vinhos de qualidade, sobre a cultura das amendoeiras, sobre a conservação de romãs na argila, sobre as qualidades que devem ser procuradas nas raças de bois, etc. Acrescenta um conselho, bastante sintomático, aos proprietários rurais: "Aquele que comprou terras deve vender sua casa, para não arriscar-se a preferir sua residência urbana à do campo."

Sob o signo de Tanit

A única coisa encontrada aos milhares pelas escavações no sítio de Cartago foram mortos, incinerados ou inumados, e os objetos que os acompanharam no túmulo. Centenas ou até milhares de cipos e de estelas funerárias enumeram, de forma monótona, os nomes dos deuses. É muito pouco para chegar ao âmago de uma religião cuja estranheza horrorizou os romanos (horror que não era apenas simulado) e da qual não conhecemos nem a mitologia, nem a teologia, nem a "visão do mundo". Tanto mais porque conhecemos igualmente mal a religião fenícia da qual deriva a cartaginesa.

Em geral, o panteão fenício é dominado por uma tríade que, com nomes variáveis conforme a cidade, reúne um rei dos deuses, uma deusa-mãe da fecundidade e um deus jovem, cujo destino, a cada ano, é nascer, morrer e renascer, como a vegetação ao longo das estações.

É uma religião que mergulha no universo extremamente antigo da imaginação semita, próximo da terra, das montanhas, das águas; seus ritos cruéis e simples são os que um povo de nômades celebrava outrora ao ar livre.

Originariamente, a vida religiosa de Cartago segue mais ou menos o modelo tiriano. O deus dominante é Baal Hammon; a deusa-mãe, irmã de Astarté ou da Ishtar mesopotâmica, logo se torna Tanit, cujo nome quase desconhecido em outras partes coloca um problema insolúvel; o deus jovem, deus do disco solar ou da vegetação, ou é Melqart, o deus tiriano, ou Eshmun, o deus que cura, confundido ao mesmo tempo com Asclépios e Apolo, da mesma forma que, posteriormente, Melqart será confundido com Herakles. A concorrência entre esses dois cultos não provocará a exclusão nem de um nem de outro. Melqart será por excelência o deus da grande família dos Barcides, onde os nomes freqüentes de Bomílcar e Amílcar inspiram-se no do deus. O templo de Eshmun, o mais belo de Cartago, sobre a acrópole de Byrsa, será o último bastião dos defensores de 146.

A grande particularidade da religião cartaginesa foi a ascensão invasora do culto de Tanit que, a partir do século V, afasta o velho deus Baal Hammon. Cartago vive então sob o "signo de Tanit": um triângulo sob um disco e, entre os dois, uma linha horizontal. O conjunto evoca facilmente uma silhueta humana, sobretudo quando a linha horizontal ergue-se nas extremidades como dois braços levantados.

O que é evidente é o peso obsedante da religião cartaginesa, religião terrível, dominadora. Os sacrifícios humanos — acusação freqüentemente repetida pelos latinos — são de fato bem verdadeiros: o *topher*, o santuário de Salammbô, revelou milhares de cerâmicas que contêm ossos calcinados de crianças. Quando queria conjurar um perigo, Cartago imolava aos seus deuses os filhos dos cidadãos mais importantes. Foi o que aconteceu quando Agátocles, a serviço de Siracusa, trouxe a guerra para

o próprio solo de Cartago. Como os cidadãos ilustres haviam cometido o sacrilégio de substituir seus filhos por crianças compradas, decidiu-se fazer um sacrifício expiatório de duzentas crianças.

O sangue das vítimas macula o nome de Cartago? Na verdade, todas as religiões primitivas praticavam esse tipo de sacrifício. Neste ponto, Cartago segue os cananeus de Biblos ou os semitas de Israel: Abraão não se dispôs a imolar Isaac? No entanto, o surpreendente é que, em Cartago, a vida econômica corre para o futuro enquanto a vida religiosa retarda-se em séculos e séculos, e mesmo suas "revoluções" — a do culto de Tanit no século V — não a desligam, de forma alguma, dessa devoção desumana e aterrorizante. O contraste é flagrante com a abertura grega, que harmoniza o homem com o mundo exterior. Aqui, uma intensa vida de negócios, ou mesmo um espírito "capitalista", diz sem hesitar um historiador, acomoda-se a uma mentalidade religiosa retrógrada. Que pensaria disto Max Weber?

Já dois Mediterrâneos

Já mencionamos nossas razões para esclarecer a expansão fenícia, para destacá-la antes de nos entregarmos, nos próximos capítulos, à colonização melhor conhecida das cidades gregas. Um outro motivo para isso é que a história fenícia é também testemunha de algo que vai além dela própria.

Ela não passa, com efeito, de um capítulo da história daquele "outro" Mediterrâneo, o Mediterrâneo que se articula ao longo das margens saarianas do Mar Interior, do Oriente Médio às Colunas de Hércules. Uma história nem sempre captada em seu poder singular e em sua unidade, pelas narrativas comuns, e que envolve outras paisagens e outras realidades humanas além das paisagens e realidades humanas do Mediterrâneo clássico, o Mediterrâneo dos gregos e dos romanos, aquele que se tornará o Ocidente, o nosso Mediterrâneo. Ao tomarem o Egito em 671 a.C., os assírios assinalam a primeira tentativa bem-sucedida de unificação do espaço "oriental". A segunda tentativa, mais ampla, e que durará mais tempo, é a conquista persa do Egito em 525 a.C. Ora, se acrescentarmos à "imensidão persa" o espaço cartaginês, teremos com bastante exatidão o universo que será e que ainda hoje é o do Islã. O espaço fenício é o posto avançado marítimo da expansão do Oriente Próximo.

Num certo momento, teria sido possível para as forças unidas do Oriente dominarem todo o Mediterrâneo. Rivais diretas dos fenícios em toda a extensão do mar, as cidades gregas lutaram incansavelmente contra o perigo desta conquista. No entanto, apenas os romanos, em 146 a.C., tiveram a força necessária para frustrar a tentativa, esmagar Cartago, e mesmo, finalmente, voltarem-se em conquistas sobre o Oriente Próximo.

Mas Roma não nasceu no vazio. Freqüentemente a partir de dentro, submeteu um a um os povos que os colonizadores gregos e fenícios apenas observaram um pouco de longe nas costas italianas, gaulesas e ibéricas. Povos que conhecemos mal: em parte porque a cultura romana recobriu-os rapidamente; em parte porque, durante muito tempo, a história se interessou bastante de longe por esses "bárbaros" que com certeza conheciam a agricultura, mas que, na época da Mesopotâmia, do Egito, de Tróia, de Creta, dos cananeus, dos hititas, ainda não haviam realizado sua própria revolução urbana, nem a grande revolução dos intercâmbios marítimos do Oriente Próximo, nem a da escrita.

Daí a considerar que tudo o que deixaram de relevante fora apenas um empréstimo do Oriente "civilizado" bastava um passo, dado bem incorretamente, como o prova a nova cronologia baseada na análise do radiocarbono. Assim, os extraordinários templos de Malta, os nuragues da Sardenha e das Baleares, as muralhas e as grandes

sepulturas megalíticas da Espanha meridional — para não falar dos megalitos semeados ao longo de toda a costa atlântica até a Dinamarca e a Noruega —, tudo o que considerávamos como o reflexo de uma "influência micênica", ou como resultado de uma primeira colonização esporádica por parte do Oriente Próximo no segundo milênio, tudo isso hoje se revela bem mais antigo do que Micenas, talvez mesmo do que os monumentos do próprio Egito. O estimulante livro de Colin Renfrew sobre essa pré-civilização européia demonstra-o de maneira convincente.

A presença concreta desses povos foi ilustrada de forma exemplar pelas escavações que vêm sendo feitas na Sardenha há uma dezena de anos, nessa ilha que, ainda hoje, permanece tão à parte, e cuja arte surpreendente, do primeiro milênio a.C. (particularmente algumas estatuetas de bronze muito expressivas), sempre colocou problemas aos arqueólogos, justamente pela sua singularidade. Em Tharros, onde os fenícios possuíam uma base importante, foram descobertos, recentemente, um *tophet*, o santuário onde eram efetuados os sacrifícios de crianças, e muros grandiosos, ciclópicos, que protegem a cidade não do lado do mar, onde nada tinha a temer, mas do lado da terra. Melhor ainda, foi encontrada uma série de fortalezas interiores, que mostram que os fenícios quiseram controlar o interior da Sardenha e suas minas de prata, e que só conseguiram fazê-lo construindo uma espécie de fronteira fortificada contra os autóctones. Do outro lado da linha das fortalezas encontrava-se, de fato, um povo de cultura muito antiga, que outrora construiu os famosos nuragues, estas torres do alto das quais se podia vigiar o horizonte.

As populações sardas defenderam, portanto, sua independência material e cultural. As recentes descobertas de uma série de pequenos bronzes fenícios na Sardenha indicam de forma evidente que a célebre arte dos fundidores de bronze sardos teve sua origem na inspiração e

talvez nas técnicas metalúrgicas dos fenícios e cartagineses. Mas eles a transformaram em uma coisa sua, em uma arte que, longe de imitar, traduz em sua própria linguagem uma cultura vigorosa e independente.

Fig. 4

Cabeça do imperador Caracala. Mármore. Roma, Pallazzo dei Conservatori.

© ARTEPHOT, Nimatallah.

Roma

Os fatores geográficos, que devem ser levados em conta pela história, só ganham importância decisiva quando postos em relação com outros dados, econômicos, sociais e culturais. Uma estrada revestindo o fundo de um vale ou o vau de um rio no Alasca, do século VI antes de nossa era, não terão o mesmo valor de seus homólogos da Ática ou da Campânia do mesmo período. E é também evidente que, no mundo contemporâneo, tal relação pode se inverter. Essa consideração, banal, é necessária se quisermos evitar qualquer equívoco determinista fácil. A situação geográfica de Roma é excepcional, mas somente se revela como uma situação privilegiada depois de uma série de acontecimentos históricos; entre eles, a fundação das colônias gregas da Itália meridional e o desabrochar da civilização etrusca são os fatores dominantes. É em relação a eles que o Lácio e Roma irão se encontrar, gradualmente, numa posição central. Mas por que a colonização grega, por que na Itália e por que a predominância da Etrúria?

Só podemos responder a esta questão reportando-nos à situação histórica do Lácio no período que precede imediatamente a data tradicional da fundação de Roma.

As descobertas destes últimos anos permitem reconstruir um quadro suficientemente completo e coerente da proto-história do Lácio entre o fim da Idade do Bronze e a Idade do Ferro: as estruturas sócio-econômicas que estão na sua base, as transformações profundas que marcam a passagem de uma sociedade pré-urbana a uma sociedade proto-urbana, as relações com as regiões vizinhas da Etrúria e da Campânia. O momento decisivo dessa evolução parece ter sido a passagem da primeira Idade do Ferro do Lácio (fases I-II: 1000-770 a.C.) à segunda (fases III-IV: 770-580 a.C.). Podemos fixar essa data em cerca de 770 a.C.; ela coincide, aproximadamente, com a fundação de Roma (754 a.C.) e com a data da instalação das primeiras colônias gregas do Ocidente: Ischia (por volta de 780-770) e Cumes (por volta de 750). Temos, portanto, a possibilidade de averiguar, a partir das descobertas arqueológicas, a natureza de um momento histórico cuja importância nos é revelada pelas fontes literárias. A partir das décadas precedentes (fim do século IX - começo do século VIII), constata-se uma transformação gradual das necrópoles que, de dimensões muito reduzidas (da ordem de algumas dezenas de indivíduos, como as necrópoles do Fórum e dos montes Albanos: correspondem portanto a comunidades extremamente restritas, compostas por um pequeno número de famílias), assumem proporções bem mais vastas (em Roma, a necrópole do Esquilino). Este crescimento demográfico coincide visivelmente com um aumento da produção agrícola, ligado ao aperfeiçoamento das ferramentas. No mesmo momento, assistimos a uma fixação cada vez maior das populações, que, abandonando seu antigo *habitat* disperso, concentram-se em algumas localidades. O fato é particularmente importante na Etrúria, quando, por volta do início do século IX, os centros mais antigos vão sendo progressivamente abandonados e os sítios das cidades históricas etruscas — Veies, Cerveteri, Tarquinia, Vulci, etc. — são definitivamente ocupados.

Aperfeiçoamento do instrumental agrícola, aumento da produção, crescimento demográfico, criação de centros de habitação permanentes são, visivelmente, fenômenos estreitamente solidários. A integração dos antigos clãs familiares em estruturas mais amplas deve ter provocado, por sua vez, consideráveis transformações. Um reflexo manifesto disto é a acentuada divisão do trabalho, conseqüência do surgimento de novos instrumentos: o torno do ceramista, por exemplo, inegavelmente ligado a uma produção em massa e aos novos mercados que se constituíram. Essa dupla ação arranca o artesanato de seu contexto familiar, orientado para o consumo imediato, e cria as condições necessárias para o surgimento de ofícios especializados. Um novo fator interfere nessas novas estruturas: as relações com o elemento grego, cuja presença é observada desde o período micênico, acentua-se desde então até vir a dar na fundação de colônias nas costas da Itália meridional. É precisamente destes anos (terceiro quartel do século VIII) que datam as primeiras importações de cerâmica grega para Roma. Ao mesmo tempo, artesãos gregos devem ter chegado no Lácio, trazendo o novo instrumento, o torno: foi nesse instante, ou pouco mais tarde, que começou a produção indígena de cerâmica executada no torno.

A fundação grega mais antiga, Pithecusa (hoje Ischia), não é uma simples colônia de povoamento, como será o caso para outros estabelecimentos posteriores. A fundação de Ischia situa-se no momento da transição entre a mais antiga freqüentação dos gregos, provavelmente interessados nas minas da Etrúria e da Sardenha, e a colonização de implantação, mais tardia. O desenvolvimento da civilização proto-urbana tornava impossível o acesso direto aos produtos das minas da Itália central, daí o estabelecimento na ilha de Ischia. Este é sem dúvida o motivo pelo qual a colônia mais antiga da Magna Grécia é ao mesmo tempo a que está mais afastada da mãe pátria: descobertas recentes mostraram que, desde o século VIII,

trabalhava-se em Ischia o ferro proveniente da Etrúria e da ilha de Elba.

Juntamente com esses fenômenos econômicos, acontecem transformações sociais de grande importância. As necrópoles das primeiras fases da civilização do Lácio eram compostas de túmulos nos quais se observa uma uniformidade absoluta de nível e de cultura: estamos diante de uma sociedade igualitária sem distinção marcada de classes sociais ou de níveis econômicos. Nas fases mais recentes da proto-história do Lácio, passamos a um tipo de sociedade onde aparecem as primeiras distinções econômicas e sociais. Estas transformações são perceptíveis nas necrópoles, onde, ao lado de uma maioria de túmulos "pobres", começamos a encontrar algumas sepulturas dotadas de um material extremamente rico, seja pela qualidade dos objetos fabricados, seja pelo valor do material empregado (ouro, âmbar), mas principalmente pela quantidade de peças nelas depositadas. Percebe-se claramente que não se pode separar este fenômeno daqueles descritos mais acima, isto é, o crescimento demográfico e o surgimento da divisão do trabalho, ligado às novas técnicas e à constituição de um "mercado". O elemento dominante, contudo, está nas novas relações de propriedade da terra, antes indivisa e posse coletiva da aldeia: dito de outra forma, a preponderância das relações de propriedade privada é o postulado necessário para a formação de aristocracias autênticas, cuja existência é atestada, tanto no plano econômico quanto no ideológico, pelas necrópoles da Idade do Ferro avançada.

Essa concentração da riqueza e essa emergência de uma aristocracia manifestam-se claramente durante a última fase da cultura do Lácio (por volta de 700-580 a.C.), chamada normalmente de "orientalizante". O nome provém da freqüência particular dos objetos importados do Oriente Próximo asiático (Fenícia, Chipre, Síria, Urartu, etc.) e da criação de uma arte local que se inspira nessa mesma cultura. Em relação a essa fase, impressiona-nos

a extraordinária riqueza de certos túmulos: o túmulo Regolini-Galassi em Cerveteri, os túmulos Bernardini e Barberini em Palestrina. Deles literalmente transbordavam centenas de objetos preciosos, de ouro, marfim, âmbar, em parte importados, em parte fabricados na Itália. Trata-se, certamente, de casos excepcionais, que contrastam com as outras sepulturas bem mais modestas. A fisionomia geral desse período pode ser agora reconstruída graças à necrópole de Castel di Decima. Essa escavação recentíssima revelou um imenso núcleo de túmulos do século VII, no interior do qual podemos distinguir bem claramente um material mais rico de um material bem mais humilde, que forma a maior parte dos depósitos. Assim, pouco a pouco, reconstituímos a imagem de uma sociedade dividida em classes, ainda embrionárias, compostas essencialmente de uma aristocracia dominante e de "clientes", ao lado das quais devemos supor a existência de uma forma qualquer de servidão.

O salto cultural que se manifesta nesse período deve-se a um outro acontecimento revolucionário: a introdução da escrita. Os exemplos mais antigos na Etrúria e no Lácio pertencem às primeiras décadas do século VII. A primeira inscrição latina encontra-se numa fíbula de ouro de Palestrina. O alfabeto adotado para o latim (como também para o etrusco) é o alfabeto grego calcídico, importado da colônia grega de Cumes, cidade com a qual os contatos devem ter sido bastante estreitos. A introdução da escrita explica-se pelas profundas transformações sociais descritas anteriormente: num primeiro momento, trata-se somente de uma prática esporádica, ao alcance de um número muito reduzido de pessoas, um luxo aristocrático; a cultura, mesmo a das elites, deve permanecer em grande parte oral. As bases de um emprego público da escrita são fixadas apenas no final do período orientalizante, com a constituição das estruturas urbanas. A primeira inscrição pública monumental é o cipo do Fó-

rum romano (descoberto sob o *Niger Lapis*), que pode ser datada do segundo quartel do século VI a.C.

Uma vez esclarecidas bem sumariamente as premissas sócio-econômicas que determinaram o surgimento da cidade, estamos melhor preparados para examinar a situação geográfica de Roma e para captar todas as suas virtualidades. Um primeiro elemento fundamental é a presença do rio: o Tibre constitui a principal via de penetração natural da Itália central, quando as condições primitivas tornavam muito penosos os percursos por terra. A partir do Orte, o rio é navegável até o mar. A partir dali era utilizado para o transporte de produtos agrícolas e minerais e da madeira da Etrúria interior. Temos provas do emprego de transporte por água até a época imperial. Não é portanto surpreendente que as primeiras importações de cerâmica grega para Roma sejam as do fórum Boarium, onde se encontrava o porto fluvial mais antigo.

Essa via natural cruzava um outro importante eixo de rotas, que ligava a Etrúria meridional (através de Vulci, Tarquinia e Cerveteri) ao Lácio meridional e à Campânia; ele dividia-se na altura dos montes Albanos em dois traçados: um passava pelo vale do Sacco (futura via Latina) e o outro pela planície Pontina (futura via Appia). O Tibre só podia ser atravessado em alguns poucos vaus: um deles, situado imediatamente abaixo da ilha Tiberina, correspondia exatamente ao fórum Boarium. É provável que este vau tenha sido utilizado desde uma época muito remota, especialmente para a transumância de rebanhos: mas sua importância deveria se afirmar principalmente no período final da era proto-histórica, quando as aldeias primitivas estenderam-se pouco a pouco de forma a constituir uma estrutura, a partir de então, urbana. Não nos parece possível considerar um acaso o fato de a primeira ponte construída no local do vau, a ponte Sublicius, ser atribuída pela tradição ao último dos soberanos latinos de Roma, Ancus Marcius, cujo

reinado se situou entre os anos 640 e 616. Segundo a tradição, esse rei teria conquistado e destruído todos os centros habitados da margem esquerda do Tibre entre Roma e o mar, transferindo sua população para o Aventino, onde teria fundado o porto de Óstia. Além disso, teria fortificado o Janículo, na margem direita do rio. Todas essas operações mostram uma ocupação racional e coordenada do nó de comunicações do fórum Boarium: o vau, a partir de então substituído por uma ponte, é dotado de uma cabeça-de-ponte sobre a margem direita, o Janículo, enquanto que, na outra extremidade, a estrada que se dirige para o sul através do Vallis Murcia vai passar por duas colinas fortificadas, o Palatino e o Aventino. Por outro lado, obtém-se progressivamente o domínio da via fluvial, graças à ocupação da embocadura do Tibre; as comunicações com Roma são efetuadas pela destruição dos centros habitados da margem esquerda.

Estamos assim melhor capacitados para compreender o significado da posição de Roma, principal nódulo de comunicações da rota que une a Etrúria à Magna Grécia: de fato, a cidade nada mais é do que o resultado da estruturação progressiva desse entrelaçamento de estradas que se estabelece, pouco a pouco, dentro de um quadro sócio-econômico preciso. Todos esses elementos amadurecem ao mesmo tempo, durante o período orientalizante recente (últimas décadas do século VII e primeiras décadas do século VI a.C.). A "fundação" definitiva da cidade histórica, cujas bases já estão estabelecidas, será obra dos soberanos etruscos, os Tarquínios.

Já podemos, então, fixar em cerca de 600 a.C. o nascimento da cidade, compreendida como organização econômico-social fundada sobre uma divisão do trabalho relativamente desenvolvida e sobre a subordinação do campo; como organização social que ultrapassa as relações originais baseadas nos laços de parentesco no interior de unidades territoriais. No caso específico de Roma, podemos seguir o processo através de uma série de dados

arqueológicos, enriquecidos consideravelmente pelas descobertas recentes. Além do fórum Boarium, é preciso dedicar uma análise especial ao Fórum. As sondagens efetuadas mostraram que o vale situado entre o Capitólio e o Palatino conheceu uma transformação total e uma organização coerente por volta do fim do século VII. Os primeiros lajeamentos do Fórum e do Comitium, que assumem pela primeira vez sua função de centro político, religioso e econômico da cidade, foram realizados ao longo desses anos. Devemos relacionar esses dados às indicações a respeito da construção da *cloaca maxima* pelo primeiro rei etrusco de Roma, Tarquínio, o Velho: é evidente que a utilização do Fórum como praça pública após seu primeiro lajeamento teria sido impossível se não tivesse sido canalizado o riacho que atravessava o vale e tornava-o pantanoso e impraticável. Mais uma vez, os dados literários encontram confirmação nos dados arqueológicos. Outros elementos corroboram esta primeira impressão: a recente escavação de Regia revelou que o primeiro edifício de uma certa extensão (certamente uma parte da residência real) foi construído no último quartel do século VII, no lugar de um grupo de cabanas. Mas, originalmente, devem ter sido parte da *domus Regia* a vizinha *domus publica,* habitação do *pontifex maximus* (e também do *rex sacrorum,* sacerdote que, na época republicana, substituía o rei exclusivamente em suas funções religiosas), bem como o *atrium Vestae,* com o templo de Vesta, substituição manifesta da sede da morada real. O material mais antigo descoberto nos poços próximos desse templo também remonta aos últimos anos do século VII.

Se nos deslocamos para a outra extremidade do Fórum, em direção às inclinações do Arx, descobrimos a praça destinada às reuniões políticas, o Comitium. Estudos muito recentes fixaram no final do século VII a primeira fase de ocupação do Comitium, data à qual deve remontar o primeiro lajeamento do sítio. As fases que a

sucederam imediatamente também correspondem àquelas apuradas em outros pontos do Fórum.

O emprego da escrita em documentos públicos desta época confirma inquestionavelmente a delimitação efetiva, no plano jurídico-religioso, de um espaço urbano reservado às funções públicas. As etapas da reestruturação completa do espaço e do tempo, que aparece como uma manifestação formal incontestável do nascimento da cidade, concentram-se num período curto, entre o final do século VII e a primeira metade do século VI, durante o período "etrusco" da cidade.

Nas sociedades proto-históricas, agrupadas em aldeias, o espaço é sentido como uma entidade indeterminada, sem limites precisos, virtualmente hostil, perigoso. Opõe-se ao pólo positivo, fechado, que é a aldeia e seus arredores imediatos. Entre duas aldeias estende-se um espaço vazio, terreno de atritos e de guerras potenciais. Já assinalamos que a passagem à fase urbana significava também, no plano espacial, a integração e a estruturação de uma parte dessa *no man's land* e sua transformação em lugar de encontro, de luta ritualizada e de comum acordo estabelecida. Em outras palavras, a guerra sangrenta cede espaço a uma "guerra de palavras": nasceu a política e, com ela, a "polis". A tradição referente ao nascimento do Fórum e do Comitium enquanto centros políticos da cidade tem atrás de si, com efeito, uma pseudo-história mítica: os vários lugares cruciais da praça, do *lacus Curtius* ao *sacellum Clocinae,* do *Niger Lapis* ao templo de Jupiter Stator, estão ligados à luta tradicional entre latinos e sabinos, entre Romulus e Titus Tatius, e permitem reconstruir uma verdadeira topografia mítica das origens. A criação do centro político da cidade dá-se com a ratificação da paz entre os dois povos em luta, precisamente no Comitium. O Comitium (cujo significado etimológico é transparente: *cum ire*) é explicado pela tradição antiga como sendo o resultado do encontro entre Rômulo e Titus Tatius que, ao colocar fim às hostilidades, dá origem

à nova comunidade romano-sabina, mais ampla. Encontramos aqui o traço visível de um mito de fundação que corresponde à verdadeira elaboração histórica de um "espaço político"; pode-se fixar sua realização por volta de 600 a.C. O ritual de fundação da cidade (ritual etrusco que, muito provavelmente, corresponde àquele historicamente ocorrido) foi-nos transmitido em sua forma mais completa na *Vida de Rômulo* de Plutarco, que provém de uma fonte anterior, provavelmente Varron. Duas fases sucessivas caracterizam a fundação ritual da cidade: a primeira, bem conhecida, é a realização do *pomerium* (linha que delimita o espaço sagrado da cidade) por meio de um sulco traçado a arado; a segunda é a indicação do centro ideal da cidade: este é justamente o *Mundus*, fossa cavada artificialmente, na qual os futuros cidadãos jogam, com um simbolismo transparente, as primícias da colheita e um torrão de sua terra de origem. O local do *Mundus* é com certeza aquele indicado por Plutarco, perto do Comitium (a hipótese moderna que o coloca no Palatino não tem fundamento); uma indicação de Macróbio permite precisar sua localização na zona que se estende diante do templo de Saturno: a presença nessas paragens do *Umbilicus Urbis*, conservado sob sua forma restaurada da época severiana, permite explicar o problema; o monumento é, como seu nome indica, o centro da cidade, devendo portanto ser identificado ao *Mundus*. A criação de um espaço urbano faz-se através de duas operações coerentes e estreitamente solidárias: a determinação de um ponto central, onde serão desenvolvidas as atividades coletivas e políticas, e a realização de um limite em relação ao exterior, de caráter simultaneamente sagrado (o *pomerium*) e profano (os muros). Certamente, não será por acaso que a tradição atribui a construção dos muros da cidade ao penúltimo rei de Roma, Servius Tullius. Deste rei partiriam também outras realizações essenciais, tais como as tribos territoriais, a divisão do corpo de cidadãos em classes censitárias, etc., medidas que consolidam definitivamente as estruturas da cidade arcaica num período que corresponde às décadas intermediárias do século VI.

A delimitação de uma zona "no interior" da cidade torna marginais outras áreas, por vezes importantes, que são pouco a pouco postas à parte. Do mesmo modo, a existência de um conjunto de cidadãos exclui rigorosamente aquele que não é cidadão, enquanto que, anteriormente, o agrupamento de entidades gentílicas era muito mais fluido e aberto. Desta forma, permanece fora da cidade a própria região que deu origem a sua constituição: a do fórum Boarium e do Aventino, justamente por causa de sua natureza de porto, de lugar de passagem, aberto para o mundo exterior. Este afastamento contribuirá para a polarização social entre patrícios e plebeus que se manifestará no início da República, mas cujos embriões começam a se formar já no século VI. Um de seus traços característicos é a concentração de cultos peregrinos e de natureza não gentílica nesta região a partir deste período: desde o culto de Fortuna até o de Ceres, Líber e Libera, de origem provavelmente grega, e o de Flora e Mercúrio. A escavação da "área sagrada" de S. Omobono permite-nos conhecer com uma certa precisão um desses santuários, o de Fortuna e de Mater Matuta, cuja construção por Servius Tullius parece ser confirmada pela cronologia das fases mais antigas dos templos. Aquilo que sabemos sobre o culto dinástico da Fortuna autoriza-nos a reconhecer nessa divindade diversos aspectos da Astarte fenícia que se reuniram na Afrodite grega e na Vênus romana; as frutíferas escavações de Pyrgi, com suas inscrições em fenício e etrusco, oferecem-nos hoje a possibilidade de provar a presença dessas formas de culto no solo itálico desde o fim do século VI a.C.

Ao lado da delimitação do espaço urbano, desenvolve-se uma organização paralela e simultânea do tempo. O conservadorismo jurídico e religioso dos romanos preservou-nos um documento de considerável importância his-

tórica: aquilo que chamamos de *Fasti Numani*, ou seja, o calendário de festas arcaicas, conservado nos calendários mais recentes do fim da República e da época imperial que chegaram até nós. Podemos estabelecer com uma relativa precisão a cronologia desse calendário de festas, baseando-nos na ausência de alguns cultos bem datados, como os da tríade capitolina, os da tríade plebéia do Aventino, e sobretudo os de Fortuna, cuja introdução no decorrer da primeira metade do século VI parece hoje provada: podemos portanto excluir qualquer data posterior a esta última. Por outro lado, a presença de cultos onde já se manifesta a influência etrusca (o de "Volturnus", por exemplo, no qual se reconheceu recentemente o nome do Tibre em etrusco) torna praticamente impossível uma datação anterior ao último quartel do século VII. Assim, podemos concluir que o calendário romano é praticamente contemporâneo da criação da cidade. A presença no interior desse *feriale* (calendário de festas) de vestígios de calendários mais antigos (como o ano de dez meses, os vários "dias de ano novo" em meses diferentes, alguns sincretismos evidentes) confirma que a cidade foi o resultado histórico da aglomeração de várias aldeias.

O século V a.C. representou uma fase muito obscura, de introspecção e fechamento, se comparada à rápida expansão do período precedente. Esse aspecto não se manifesta apenas em Roma, mas em todo o restante da Itália, da Etrúria à Magna Grécia. As lutas externas contra os povos da montanha que descem em direção às planícies ocidentais, como os volscos, acontecem durante o período de lutas internas entre patrícios e plebeus, que progressivamente levaram os últimos a terem acesso à esfera do poder. Se fosse melhor conhecida, essa fase obscura permitiria compreender melhor o período seguinte, marcado por uma nova expansão cívica e econômica.

Nas décadas que se seguiram ao resultado vitorioso da luta contra Veios (396 a.C.), a poderosa vizinha etrusca, e à conquista efêmera da cidade pelos gauleses (de importância superestimada pela tradição romana), concluiu com a ascensão dos plebeus ao poder, a longa luta que caracterizara o século precedente. Com as leis Liciniae-Sextiae (367 a.C.), constitui-se uma nova classe dirigente mais ampla, a *nobilitas* patrício-plebéia. Esse fenômeno de alargamento do corpo cívico deve ser recolocado no contexto das transformações sociais que abalam a Itália do século IV: tudo o que sabemos sobre este período, na área compreendida entre a Etrúria e a Magna Grécia, confirma a impressão de que se produziu uma transformação radical da situação sócio-econômica e cultural. Os antigos equilíbrios, baseados num corpo de cidadãos bastante limitado, ruem com a ascensão de vastas camadas da população que, tendo conquistado a independência econômica graças à difusão da pequena e média propriedade fundiária, fazem pressão para obter uma parte do poder político. Naturalmente, o fenômeno apresenta-se sob formas diferentes e com conseqüências e resultados diversos, conforme as situações locais. Por exemplo, no quadro das relações entre gregos e autóctones da Magna Grécia, ele se revestirá do aspecto de uma fusão mais ou menos acentuada entre estes dois componentes étnicos; ou ainda, tratar-se-á de uma nova chegada de colonos da Grécia (na Magna Grécia e na Sicília de Timoleonte). Essas múltiplas pressões dão origem a estruturas cívicas cuja base social é consideravelmente alargada, atingindo dimensões até então desconhecidas na Itália. Novas formas políticas se constituem, e podemos defini-las com bastante aproximação de "democráticas" em suas tendências, que vão da democracia radical à oligarquia moderada. No plano ideológico, vemos seus reflexos na enorme homogeneidade cultural que define esse período e que convencionou-se chamar *koine* médio-itálica; seu momento mais intenso e mais fecundo não ultrapassa duas gerações (aproximadamente de 330 a 270), para entrar rapidamente em crise nas décadas se-

guintes. No final da República, esse período será considerado um modelo: as facções políticas de Roma, dos *optimates* aos *populares*, concordarão neste ponto.

Foi também ao longo desses anos que, pouco a pouco, foram assentadas as bases da supremacia de Roma sobre a Itália, cujo primeiro motor terá sido, certamente, a expansão demográfica e o apetite de terras que se seguiu. Mesmo se, por outro lado, começa a se esboçar uma certa prefiguração do "imperialismo" futuro, principalmente no meio de algumas famílias dominantes dentro da nova aristocracia, trata-se precisamente das famílias mais profundamente impregnadas de cultura helenística e, por isso mesmo, capazes de interpretar as inúmeras sugestões provenientes dos reinos do Mediterrâneo oriental, formados após a conquista de Alexandre.

O aumento demográfico já se revela com clareza no número de colônias latinas que são fundadas, em quantidade cada vez maior e em regiões cada vez mais distantes, a partir de 338 a.C. As planícies férteis da Campânia, da Etrúria interior e da região de Pádua parecem particularmente atraentes, enquanto as regiões do Oriente itálico, do outro lado dos Apeninos, são deixadas, durante um certo tempo, praticamente intactas: os choques inevitáveis que disso resultarão, primeiro com os samnitas e etruscos, depois com gregos e celtas, assinalam as fases desta expansão. Que, por outro lado, houve, ao menos em estado embrionário, um móvel econômico diferente, menos ligado ao valor de uso do que ao valor de troca, e relacionado às primeiras manifestações do "imperialismo" romano, tal pode ser visto claramente também no primeiro surgimento da moeda em Roma (cuja data é controversa, devendo em todo caso ser estabelecida dentro dos limites do século III).

Essa tendência à expansão, já muito nítida no século IV, acentua-se ao longo do século III. Ao mesmo tempo, produz-se uma crise do modelo de sociedade que poderíamos chamar médio-itálico. Os sintomas da crise (antes de

mais nada econômica e demográfica) já podem ser notados na Magna Grécia e na Sicília durante e depois da expedição de Pirro (280-275) e de maneira ainda mais acentuada na Etrúria. Os gravíssimos golpes sofridos pela Sicília com a primeira guerra púnica e pelo resto da Itália meridional com a segunda provocaram a sua ruína definitiva. Não obstante, seria incorreto atribuir apenas às devastações das guerras do século III a responsabilidade total dessas mudanças: trata-se tão-somente de um golpe de misericórdia em situações já falidas. Isto é manifesto, por exemplo, na Campânia, uma das regiões mais atingidas pela guerra de Aníbal, que pôde se reerguer rapidamente precisamente porque encontrava-se inserida, ao contrário do resto da Magna Grécia, no novo modelo de desenvolvimento que se impôs no início do século II e que caracterizará o período do fim da República.

A discussão atual sobre a incidência dos fatores econômicos no nascimento do imperialismo romano no final da República parece ser o típico problema mal colocado. Deve-se principalmente a práticas metodológicas definidas por uma investigação demasiadamente fragmentada e especializada, que pretendem resolver um dos problemas mais complexos da história a partir de uma única técnica de abordagem, sem considerar o problema globalmente e em todas as suas implicações. É o que freqüentemente acontece com as pesquisas baseadas no método prosopográfico, que tendem a considerar a teoria das elites (e até mesmo, às vezes, a simples justificação ideológica da ação das elites que elas próprias nos deixaram, levianamente tomadas como verdadeiras) como o único método válido para explicar toda a história política do fim da República. O fato de as motivações de ordem econômica destacarem-se de forma apenas fragmentária do testemunho fornecido por tudo o que restou da literatura romana da época não justifica de forma alguma tal atitude. Com efeito, não há dúvida de que, no plano ideológico, tais motivações econômicas, consideradas como inferiores por qualquer classe

dirigente aristocrática, serão sistematicamente rechaçadas; só poderemos esperar resultados mais próximos da realidade, não exclusivamente "factuais", da sociedade antiga, levando em conta uma documentação diferente, em particular a arqueológica e epigráfica. Os estudos baseados nessa documentação mostram cada vez mais claramente que, na base das transformações internas e da expansão de Roma em direção ao exterior, devemos reconhecer alterações econômicas que modificaram a estrutura da Itália antiga.

Na raiz da grave crise que afeta a totalidade do Estado romano no século II a.C. está a dissolução da sociedade itálica, provocada, em última análise, pela conquista romana. Uma vez englobados num conjunto político mais amplo, os pequenos Estados independentes que formavam o esqueleto dessa sociedade desagregam-se rapidamente. As terríveis guerras do século III acentuam, naturalmente, esta desagregação. Mas a própria cidade conquistadora, com suas estruturas políticas adequadas às dimensões de uma pequena "polis", cada vez mais inadaptadas ao governo de um império em constante expansão, encontra-se diante da obrigação de resolver enormes problemas. O abandono dos campos pelos pequenos proprietários fundiários, que vão engrossar o proletariado urbano, coincide com a concentração de uma parte considerável das terras nas mãos de um pequeno grupo e com a exploração baseada não mais no trabalho livre, mas em massas de escravos importadas especialmente do Oriente mediterrânico. Nessa nova situação, a produção destinada à subsistência tende a diminuir e a ser substituída pela plantação especializada de dimensões médias, cujos produtos destinam-se à venda ou à exportação, ou, ainda, pelo grande *latifundium* voltado para o cultivo do trigo ou para a criação de carneiros (sobretudo na Sicília e na Itália meridional).

Essa situação se traduz politicamente pelo desaparecimento dos equilíbrios que caracterizaram o período

precedente com soluções que englobavam uma parte muito importante do corpo cívico. Assistimos assim a um "estreitamento" da oligarquia senatorial, a partir de então reduzida a um número bastante limitado de famílias que detêm o monopólio do poder e opõem-se a qualquer tentativa de renovação vinda de baixo.

As tensões sociais daí decorrentes manifestam-se, na cidade, por agitações da plebe urbana, grupo social desagregado, engrossado por pequenos proprietários arruinados e por ex-escravos, disponível enquanto massa de manobra para a classe dominante. A luta política reduz-se então ao embate entre grupos pertencentes à nobreza, os únicos capazes, econômica e ideologicamente, de assumir a direção de uma situação social profundamente transtornada. Portanto, não é por acaso que os tribunos revolucionários do século II, particularmente os Gracos, pertencem eles próprios à classe dominante. Eles tentaram restabelecer uma situação um pouco parecida com a precedente, redistribuindo ao proletariado urbano e rural as terras do *ager publicus*, usurpadas por algumas famílias da classe dominante; mas sua tentativa estava destinada ao fracasso, a não ser que se revertesse a tendência à expansão "imperialista" que estava na raiz do fenômeno, o que não se pôde nem se quis fazer. O projeto dos dois irmãos, mesmo aquele, politicamente mais maduro, de Caio, que tentou reunir forças disparatadas, como os cavaleiros romanos, os itálicos e a plebe urbana, em torno de um plano antinobiliário, fracassou de maneira lamentável. Simultaneamente, as grandes revoltas de escravos nos campos do sul, desprovidas de um programa coerente e de perspectivas políticas, também terminavam em fracasso. Mas estas vitórias aparentes da *nobilitas* acabaram, na realidade, por provocar sua ruína. Finalmente, o resultado que prevaleceu foi determinado por dois fatos novos que se processaram gradualmente nas décadas que se seguiram à derrota dos tribunos revolucionários: a criação de um exército profissional como escoadouro

para a massa do proletariado romano e itálico que, em conformidade com sua vocação — a de ser clientela —, terminará ao serviço dos "senhores da guerra" (primórdios das guerras civis do século I a.C., que destruíram a República); e, ao mesmo tempo, a revolta dos aliados itálicos, ao termo da qual a cidadania romana será concedida a todos os itálicos: extensão que provoca a queda definitiva das estruturas vacilantes da cidade-Estado primitiva. Assim se cumprem todas as condições que conduzirão ao que se conveio chamar, com uma certa impropriedade, a "Revolução Romana": ou seja, a substituição da antiga classe dirigente republicana, a "nobilitas", por uma nova classe dirigente e, simultaneamente, a transformação das instituições do Estado (o Principado). Aparentemente um compromisso entre a antiga constituição e a nova situação progressivamente criada, como conseqüência das guerras civis do século I a.C., o novo poder, na realidade, repousa essencialmente sobre o apoio de um exército profissional e das "classes médias" itálicas: são as mesmas forças que depositam o poder nas mãos de Augusto.

Fig. 5

Alexandre mata Nicolau, manuscrito armênio, 1536, Jerusalém, Biblioteca do patriarcado armênio.

© F. WALCH, Paris.

A história

Toda a história do Mediterrâneo: seis a dez milênios de história de um mundo enorme pelos parâmetros humanos, deslocado, contraditório, abundantemente estudado pelos arqueólogos e historiadores, uma massa de conhecimentos que desafia qualquer síntese razoável. Na verdade, o passado mediterrânico é uma história acumulada em camadas tão espessas quanto as da história da longínqua China.

Prioridade às civilizações.

Se quisermos, custe o que custar, fornecer uma rápida visão de conjunto, será preciso escolher um fio condutor. E, para escolhê-lo, o melhor seria interrogar com atenção, antes de mais nada, o próprio Mediterrâneo, o Mediterrâneo de hoje, procurando aquilo que seria o essencial de sua vida presente, de seu equilíbrio visível e, provavelmente, de seus equilíbrios antigos. A partir de então, a resposta será rápida e precisa. O Mediterrâneo, para além de suas divisões políticas atuais, são três comunidades culturais, três civilizações enormes e vigorosas, três formas cardeais de pensar, de crer, de comer, de beber, de viver... Na verdade, três monstros sempre prontos a exibir os dentes, três personagens de destino interminá-

vel, sempre a postos, desde há pelo menos séculos e séculos. Seus limites transgridem os limites dos Estados, que para eles são apenas vestes (tão leves!) de Arlequim.

Essas civilizações são, de fato, os únicos destinos de longo fôlego que podemos seguir sem interrupção através das peripécias e dos acidentes da história mediterrânica.

Três civilizações: em primeiro lugar, o Ocidente, talvez seja melhor dizer a Cristandade, velho termo repleto de significados; talvez fosse ainda melhor dizer a Romanidade: Roma foi e continua a ser o centro desse velho universo latino, depois católico, que se estende até o mundo protestante, até o Oceano e ao mar do Norte, ao Reno e ao Danúbio, ao longo dos quais a Contra-Reforma plantou suas igrejas barrocas como sentinelas vigilantes; e até os mundos de além-Atlântico, como se o destino moderno de Roma fosse conservar nos seus domínios o império de Carlos V, onde o sol jamais se punha.

O segundo universo é o Islã, outra imensidão, que começa no Marrocos e ultrapassa o Oceano Índico, chegando até a Insulíndia, que ele em parte conquistou e converteu no século XIII da era cristã. Diante do Ocidente, o Islã é como o gato diante do cão. Poderíamos falar em um Contra-Ocidente, com as ambigüidades que comporta toda oposição profunda, ao mesmo tempo rivalidade, hostilidade e empréstimo. Germaine Tillion diria "inimigos complementares". Mas que inimigos, que rivais! O que um faz, faz também o outro. O Ocidente inventou e viveu as Cruzadas; o Islã inventou e viveu a *djihad*, a guerra santa. A Cristandade conduz a Roma; o Islã conduz, ao longe, à Meca e ao túmulo do Profeta, um centro de forma alguma aberrante, já que o Islã percorre os desertos até as profundezas da Ásia, já que é, sozinho, o "outro" Mediterrâneo, o Contra-Mediterrâneo prolongado pelo deserto.

Hoje, o terceiro personagem não revela imediatamente seu rosto: é o universo grego, o universo ortodoxo.

Pelo menos toda a atual península dos Balcãs, a Romênia, a Bulgária, quase toda a Iugoslávia, a própria Grécia, cheia de lembranças, onde a antiga Hélade é evocada, parecendo reviver, além destes, inequivocamente, a enorme Rússia ortodoxa. Mas qual seria seu centro? Constantinopla, vocês diriam, a segunda Roma, com Santa Sofia em seu centro. Mas, desde 1453, Constantinopla é Istambul, capital da Turquia. O Islã turco conservou seu pedaço da Europa, depois de ter possuído toda a península dos Balcãs em seus tempos de grandeza. Um outro centro teve, sem dúvida, sua importância, Moscou, a terceira Roma... Mas também ela deixou de ser um brilhante pólo da ortodoxia. Será o mundo ortodoxo de hoje um mundo sem pai?

Retornando no curso dos séculos

De fato, como não seriam as civilizações guias excelentes? Atravessam as épocas, triunfam sobre o passar do tempo. Enquanto passa o filme da história, elas permanecem no mesmo lugar, imperturbáveis. De certa forma, igualmente imperturbáveis, elas permanecem senhoras de seu espaço, pois o território que elas ocupam pode variar em suas margens, mas no âmago, na zona central, seu domínio e sua residência permanecem os mesmos. No lugar em que estavam no tempo de César e de Augusto, ainda estão no de Mustafá Kemal ou do coronel Nasser. Imóveis no espaço e no tempo — ou quase.

A imobilidade enraíza as civilizações num passado bem mais antigo do que pode parecer à primeira vista, e essa longa permanência incorpora-se forçosamente à sua natureza. A Romanidade não começa com Cristo. O Islã não começa no século VII com Maomé. E o mundo ortodoxo não começa com a fundação de Constantinopla, em 330. Pois uma civilização é uma continuidade que, quando muda (mesmo quando esta mudança é tão profunda a

ponto de implicar uma nova religião), incorpora valores antigos que sobrevivem através dela e continuam a ser a sua substância. As civilizações não são mortais, ainda que o diga Valéry. Sobrevivem aos avatares, às catástrofes. Renascem de suas cinzas. Destruídas, ou pelo menos deterioradas, voltam a brotar como a relva.

Examinemos a civilização grega. Ela nasce, começa a se esboçar, por volta do século VIII a.C., após destruições e invasões que fizeram com que o espaço grego voltasse ao ponto zero da história. Ora, hoje está ainda de pé. Pelo menos, três milênios de duração... Nesse longo percurso, quantos acidentes, catástrofes, desastres! A Grécia e o mundo helenístico sucumbiram diante das legiões romanas. Mas os vencidos saem desta longa submissão, desta prisão de quatro ou cinco séculos, quando Constantino funda Constantinopla em 330 d.C. Inicia-se, então, um Império Cristão com a extensão do Império Romano. E quando este se parte em dois, em 395, em uma *pars orientis,* que irá se tornar o Império grego de Bizâncio, e em uma *pars occidentis,* que irá soçobrar sob os golpes bárbaros, a Grécia renasce todo-poderosa. Com este impulso, sobreviverá por quase um milênio, até a conquista turca em 1453, que parece, uma vez mais, fazer com que tudo volte à situação anterior. No entanto, no século XIX, ajudada pelos ortodoxos russos e pela Europa, uma verdadeira cruzada libertará, um a um, os povos cristãos dos Balcãs.

O que acaba de ser dito sobre o universo ortodoxo pode ser repetido, *mutatis mutandis,* a respeito dos dois outros personagens: Roma e Meca. Para Roma, em princípio, o marco zero é o nascimento de Cristo. Para o Islã, o marco zero é a fuga de Maomé de Meca para Medina, em 16 de julho de 622. Mas o Ocidente apenas continua o mundo latino, do qual recebeu sua língua, seu espírito, seu direito, e diversas outras coisas. E o Islã é originariamente, sem dúvida, uma Arábia de desertos e caravanas,

com um longo passado atrás de si; mas é sobretudo a região que a conquista dos cavaleiros e cameleiros árabes recobrirá bem facilmente: a Síria, o Egito, o Irã, a África do Norte. O Islã afirma-se, antes de mais nada, como o herdeiro do Oriente Próximo, de toda uma série de culturas, economias e ciências antigas. O coração do Islã é o espaço estreito que vai de Meca ao Cairo, de Damasco a Bagdá. Muitas vezes se diz: o Islã é o deserto, e a fórmula é boa. Dever-se-ia dizer também: o Islã é o Oriente Próximo; o que lhe acrescenta uma quantidade fabulosa de heranças e, poratnto, de séculos.

Tele-histórias

Sem dúvida alguma, o Mar Interior é feito de renascimentos históricos, de tele-histórias, de luzes que lhe chegam de mundos aparentemente defuntos mas que, no entanto, ainda vivem. Gosto daqueles historiadores que sustentam, a despeito de tudo, que Roma não desapareceu no século V, sob o golpe da invasão dos bárbaros. O Império Romano não renasce com Carlos Magno, com os Otos, com aquilo que chamamos de Monarquia Universal de Carlos V, ansiada por tantos humanistas do Ocidente? E estes homens de hoje que sonham com uma Europa de povos e culturas, não aspiram eles, conscientemente ou não, a uma "pax romana"? Que Roma tenha marcado profundamente a Europa, é evidente; mas há certas continuidades que mesmo assim surpreendem. No momento em que a Cristandade se divide em duas no século XVI, é por acaso que a separação das áreas se faz exatamente de um lado e de outro do Reno e do Danúbio, a dupla fronteira do Império Romano?

Da mesma forma, é gratuito que a conquista fulminante do Islã seja facilmente aceita tanto pelo Oriente Médio quanto pelo duplo domínio de Cartago, a África do Norte e uma parte da Espanha? Dissemos que o mundo

púnico estava melhor preparado, em sua essência, para receber a civilização islâmica do que para assimilar a lei romana, pois a civilização do Islã não é somente um acréscimo, é também uma continuidade. Ela assimilou não apenas o judaísmo e a tradição de Abraão, mas uma cultura, costumes e hábitos estabelecidos há muito tempo. Uma civilização, com efeito, não é apenas uma religião, ainda que seja esta o âmago de qualquer sistema cultural: é uma arte de viver, milhares de atitudes que se repetem. Em *As mil e uma noites*, saudar o soberano é "beijar diante dele a terra entre as mãos". Ora, este já é o gesto habitual na corte do rei parto, Cosroé (531-579). É ainda, nos séculos XVI e XVII, e mesmo mais tarde, o gesto que os embaixadores europeus em Istambul, Ispahã ou Delhi tentarão evitar, pois consideram-no por demais humilhante para si mesmos e para o príncipe que representam. Mas já Heródoto indignava-se com os costumes egípcios: "Em plena rua, para se saudarem, prosternam-se um diante do outro; fazem-se de cães, abaixando as mãos até os joelhos." Pensemos também no traje tradicional dos muçulmanos, que tão lentamente evoluirá. É já reconhecível nos trajes dos velhos babilônios, tal como os descrevia o mesmo Heródoto há vinte e cinco séculos: "Os babilônios vestem, primeiro, uma túnica de linho até os pés (diríamos um "gandurah", observa E. F. Gautier) e, por cima, uma outra túnica de lã (diríamos um "djeballa"); enrolam-se em seguida com um pequeno manto branco (diríamos um pequeno albornoz branco) e cobrem a cabeça com um barrete (diríamos um "fez" ou um "tarbuch")." E poderíamos continuar, em relação à casa (que é pré-islâmica), à alimentação, às superstições: a mão de Fatma, que corresponde a nossas "medalhas e escapulários", já orna as estelas funerárias cartaginesas. O Islã está claramente ligado ao espesso solo histórico do Oriente Próximo. Assim como a civilização ocidental, a islâmica, para usar a terminologia de Alfred

Weber (irmão do grande Max Weber), é uma "civilização derivada", de segundo grau — poderíamos dizer enxertada. Seria a civilização chinesa a única de primeiro grau?

Em suma, qualquer estudo das mentalidades atuais volta-se obrigatoriamente para o interminável passado das civilizações. Formou-se ao longo dos séculos duas Cristandades que, na realidade, são retomadas de realidades anteriores, ambas de longa duração: uma centrada em Roma e no Ocidente, a outra na nova Roma, Constantinopla, mas também numa Grécia que, certamente, não é nova.

Em que se diferem estas duas Cristandades? Essencialmente, uma sobrepõe-se ao mundo grego que Roma subjugou, mas não assimilou; outra, à zona ocidental, que foi precisamente a das conquistas romanas.

O cristianismo não conseguiu abolir essa diferença inicial e visceral. Sem nos lançarmos em explicações de querelas teológicas que fundamentariam a separação das duas Igrejas, podemos interpelar o presente, o que é, de qualquer modo, mais cômodo. Logo percebemos que as duas religiões irmãs divergem apesar de estarem ambas envolvidas no amor por Cristo, e que certas palavras-chave não têm o mesmo sentido em uma e outra. Em grego, e ainda mais claramente nas línguas eslavas, verdade designa o que é constante, eterno, o que existe verdadeiramente, externamente ao mundo criado tal como este é captado por nossa razão. A palavra *pravda* significa, ao mesmo tempo, verdade e justiça. Em latim, ao contrário, verdade sempre significa uma certeza, uma realidade para nossa razão. No Ocidente, o sacramento implica uma hierarquia religiosa, ela apenas sendo capaz de lhe conferir seu caráter sagrado; no Oriente é, antes de mais nada, "mistério", aquilo que ultrapassa nossos sentidos e vem diretamente de Deus. Vocês dirão que são apenas nuances. No entanto, o próprio Cristo assume aparências diversas num e noutro mundo. No Ocidente,

a Semana Santa, que precede a Páscoa, situa-se sob o signo do luto, da paixão, dos sofrimentos, da morte do Cristo-Homem. No Oriente, ela está sob o signo da alegria, dos cantos que glorificam a ressurreição do Cristo-Deus. Os crucifixos russos, ao contrário dos primeiros crucifixos italianos (os de Cimabue), representam um Cristo tranqüilo na morte, e não o Salvador sofredor do Ocidente... E poderíamos prosseguir enumerando todos esses contrastes, nascidos há muito tempo.

Em seus cursos na Sorbonne, Jerôme Carcopino lamentava, deplorava mesmo, que Roma não tivesse ultrapassado o Reno atingindo ao menos, em direção ao leste, o Elba. O destino de Roma — e portanto o nosso — teria sido outro. Mas tivesse a Igreja de Roma convertido a Moscóvia ao cristianismo, e não a grega, e o destino da Europa e do mundo, com certeza, teria sido completamente diverso. Assim, as grandes partidas do presente foram muitas vezes jogadas, ganhas ou perdidas, nos tempos de outrora.

Civilizações se recobrem

Primeira característica portanto: as civilizações são realidades de longuíssima duração. Segunda característica: estão solidamente enraizadas em seu espaço geográfico. Evidentemente, a mais forte, a vitoriosa, penetra muitas vezes a mais fraca, coloniza-a, nela instala seus quartéis, seus postos de comando. Mas, a longo prazo, a aventura acaba mal. As exceções confirmam a regra: que Roma tenha vencido na Gália, que Cartago tenha subrepticiamente vencido na África, e a Europa na América, é sempre uma civilização mal estruturada que se abandonou ao intruso. Eis o que nos obriga, quanto à Gália pré-romana, a não exagerar demais o nível cultural por ela atingido, ou, ao menos, a não nos deixar levar pelo entusiasmo contagiante de Camille Jullian.

Entre as civilizações adultas estruturadas (e o Mediterrâneo é o lugar de eleição das civilizações adultas, resultantes de longas preparações), a regra é a derrota regular, apesar de, repitamos, freqüentemente muito lenta a se completar. Na realidade, uma civilização consolidada submete-se apenas aparentemente, e geralmente toma então maior consciência de si mesma, exaspera-se e desenvolve um nacionalismo cultural intransigente. Entre 1453 e 1541, os turcos conquistam completamente a península dos Balcãs, onde a civilização grega ou ortodoxa ocupa subalternamente o essencial do território. O recuo turco, e com ele o do Islamismo, só acontecerá em 1918, depois de mais de quatro séculos. Mas não devemos nos esquecer que no início das vitórias turcas houve cumplicidade dos gregos, em virtude de seu ódio contra os latinos. A conquista muçulmana submerge a Espanha em 711 e só a libera depois da tomada de Granada, sete séculos mais tarde. Também aqui devemos considerar as cumplicidades iniciais. Mas, em ambos os casos, o surpreendente é que uma civilização reencontre-se a si mesma, intacta, após um aprisionamento multissecular — um pouco como se nada tivesse acontecido. E observem, mais a leste, o destino do Islã em terras iranianas.

É o que provaria ainda, se necessário, a história do Oriente greco-romano, fundado pela conquista do Oriente Próximo por Alexandre, de 334 a 329 a.C. Essa longa história, escrevia Émile-Félix Gautier, "durou uma dezena de séculos (até as conquistas árabes de 634, 636 ou mesmo 641): um prazo formidavelmente longo — quase toda a história da França caberia nele. Ao final destes dez séculos, de um dia para o outro, ao primeiro avanço árabe tudo desmorona para sempre, a língua e o pensamento gregos, o quadro de referências ocidentais; tudo se desvanece em fumaça; esses mil anos de história parecem nunca ter existido".

Em termos comparativos, as sobreposições de um século parecem episódicas: Jerusalém tomada pelos cruza-

dos em 1099 deixa de ser cristã em 1187; a África do Norte francesa, dominada em 1830, não mais existe em 1962.

Mais ou menos longos, todos esses processos parecem pertencer a uma só família de problemas. Em suma, eles provam o valor explicativo do conceito de civilização, por mais frágil e complicado que este possa parecer. Tal conceito abre, no espesso passado do mar, os únicos caminhos livres que um viajante apressado pode trilhar.

Reter apenas os conflitos de civilizações

Sustentamos, portanto, que basta reter os conflitos de civilização, que tais seriam as balizas de qualquer narrativa concisa. A batalha de Maratona (490): de um lado, o mundo grego dividido contra si mesmo, disperso das costas da Ásia Menor à Sicília; do outro, o Império Persa, "essa imensidão que vai do Mar Egeu até a Índia". A luta de Roma contra Cartago até 146 a.C., a luta "entre um povo essencialmente marítimo e comerciante e outro essencialmente terrestre, guerreiro e camponês". Evidentemente, imaginaremos sempre o que teria se tornado o Mediterrâneo caso Cartago tivesse vencido, propagando sua civilização por todo o mar e revelando com isso seu ser profundo, sem dúvida cheio de abismos. Mas Cartago não venceu... As Cruzadas: em Lepanto, a 7 de outubro de 1571, a frota da Santa Liga (Veneza, o papado, a Espanha), sob o comando de Dom João d'Áustria, esmagava a "armada" turca na entrada do golfo de Corinto, mais exatamente no golfo de Naupacta, a maior batalha de galeras que a história conheceu; combate gigantesco, mas breve: "Começa ao raiar do dia e termina antes do meio-dia" (Robert Mantran).

Esses conflitos, uns breves (Maratona, Lepanto), outros longos (as três guerras púnicas, as Cruzadas), revelam os choques surdos, violentos e repetidos que se produzem entre os poderosos animais que são as civilizações. De modo que essas e outras guerras e batalhas, cujos episódios significativos podemos recordar (a batalha de Xeres, em 711, quando Tarik esmaga os visigodos, ou a de Poitiers em 735, ou ainda a tomada de Constantinopla em 1453...), ultrapassam os atores e as localidades que mais diretamente lhes concernem. É todo o Ocidente de um lado (gregos e latinos) e todo o Oriente do outro. As grandes dimensões do conflito amplificam e tornam mais dramático o choque. Em Maratona, os gregos salvam um Ocidente ameaçado de subversão. Roma golpeia o Oriente ao matar Cartago. As Cruzadas vão na mesma direção obstinada. A tomada de Constantinopla, em 1453, é um enorme revide do Islã. Numa data tardia (1571), Lepanto coloca novamente em risco toda a salvação do Mediterrâneo, maltratado no mar pelas frotas turcas e pelos corsários barbarescos.

Tudo isso é mais que compreensível: há muito tempo estabelecidas, como deixariam as civilizações de se confrontar? Encontram no combate sua razão de ser. Roma, cujo triunfo corresponde aos únicos séculos de unidade do mar, não fez desaparecer as comunidades hostis estabelecidas antes dela; manteve o respeito a elas, ao mesmo tempo que valorizava e impulsionava sua própria civilização, sua língua, sua arte. Mas as lutas continuaram, encobertas pela paz romana que as dissimulava precariamente.

As civilizações são, portanto, a guerra, o ódio, uma imensa região sombria as devora quase pela metade. Fabricam o ódio, alimentam-se dele, dele vivem. A Grécia detesta ainda mais a Pérsia do que esta (que sabemos ser tolerante) detesta a Grécia. O romano tem ódio mortal do púnico, que não o odeia menos. A Cristandade e o Islamismo nada têm para se invejar. No tribunal da História, os dois culpados seriam condenados, e não se daria

razão a nenhum deles. Mas sempre iremos saber quem é culpado e quem é inocente? Para Sabatino Moschati, os púnicos seriam povos pacíficos por excelência e se defendiam certamente com coragem, mas apenas para fazer frente ao ataque. Outros historiadores pretendem que Bizâncio, que sobreviveu ao Império Romano até a tomada de Constantinopla, não foi capaz de fabricar uma guerra santa a sua altura (uma cruzada, se quisermos). Se a observação for verdadeira, seríamos tentados a nos alegrar com essa deficiência. Mas, enfim, um belo dia, não pagou Bizâncio por essa ausência de ódio construtivo? Isto significa que o futuro pertence apenas àqueles que sabem odiar. De fato, na maioria das vezes, as civilizações não passam de ingratidão, desprezo e ódio ao outro. Mas não são apenas isso. São também sacrifício, brilho, acúmulo de bens culturais, heranças de inteligência. Se às suas civilizações o mar deve suas guerras, deve-lhes também seus múltiplos intercâmbios (de técnicas, idéias e mesmo de crenças), a variedade, a mescla de espetáculos que ele hoje nos oferece. O Mediterrâneo é um mosaico de todas as cores. É por isso que, tendo passado os séculos, podemos ver sem nos indignar (muito pelo contrário) tantos monumentos que antes eram sacrílegos, marcos que indicam os avanços e recuos de outrora: Santa Sofia com sua guarda de altos minaretes; San Giovanni degli Eremiti, em Palermo, que abriga seu claustro entre as cúpulas vermelhas ou quase vermelhas de uma antiga mesquita; em Córdoba, em meio à floresta de arcos e pilares da mais bela mesquita do mundo, a encantadora igrejinha gótica de Santa Cruz, construída por ordem de Carlos V.

A civilização não constitui toda a história

Mas, enfim, por mais amplos que sejam seus domínios, suas repercussões e sua duração, a civilização não

contém sozinha toda a história dos homens e, no nosso caso, toda a história do Mar Interior.

Que a política tem sempre que ser considerada, é algo patente. Quantas vezes não impôs sua vontade, relegando ao segundo plano todas as outras forças e formas da história? É o que acontece durante muitos séculos, enquanto se manteve a preponderância de Roma, que, por muito tempo, foi a violência a serviço da política: seu imperialismo só se abranda depois de ter subjugado todo o mundo mediterrânico. Até chegar aí, Roma arrasou sem piedade: naquele ano de 146 (a.C.), destruiu tanto Cartago como Corinto... Lembremos também da conquista sangrenta da Gália, ao longo de quase dez anos, de 59 a 53 (a.C.). Os europeus não farão nada melhor na América. Antes de ser a artífice da "pax romana", Roma impôs a guerra contínua.

As civilizações tiveram de se curvar junto com os povos vencidos. Com a grande batalha de Actium (2 de setembro de 31 a.C.), grande porque teve imensas conseqüências, é selado por séculos o destino do "outro" Mediterrâneo. Essa batalha, que acontece quase exatamente no mesmo local da batalha de Prebeza (vitória dos turcos sobre as frotas de uma primeira Santa Liga cristã em 1538), vê a fuga dos navios de Cleópatra, a derrota de Antônio e do Egito, e o triunfo de Otávio. É de fato ali que começa o Império Romano.

Mas mesmo impondo sua vontade e a unidade política ao conjunto do mundo mediterrânico, Roma não suprimiu as diferenças, as divergências, as desordens e os conflitos culturais. Tanto que ela própria será atingida e trabalhada por essas culturas, mais sofisticadas do que a sua; pela Grécia, que será sua educadora (os meios cultos da capital falarão grego), e pelas religiões e cultos invasores do Oriente Próximo. Contudo, impôs a todo o Mediterrâneo a linguagem superior de sua política e de suas instituições.

O lugar da economia

A economia também teve seu papel, muitas vezes determinante, no concerto da história mediterrânica. A sociedade nada seria sem a exploração econômica que a equilibra, e, sem ela, os Estados seriam corpos inertes. As civilizações só duram e florescem graças a ela. As florações são despesas, desperdícios. Se surgem crises econômicas mais ou menos graves, o canteiro de Santa Maria del Fiore em Florença interrompe seus trabalhos, e a catedral de Bolonha e a de Siena permanecem inacabadas.

É o mar — superfície de transportes — que traz a riqueza das riquezas. O senhor do mar é o senhor das riquezas. Ora, por mais vasto que seja, mais cedo ou mais tarde, o mar só admitirá um único senhor, não obrigatoriamente um senhor político, tal como na primeira imagem que lhe deu Roma, mas um senhor dos intercâmbios, das desigualdades e dos desníveis da vida comercial.

Pouco ruidosos, esses reinos não se constroem de um dia para o outro. São precedidos e acompanhados por lutas. Nos séculos IX e X, no esplendor de sua civilização, o Islã dominou incontestavelmente o Mar Interior. O cristão "mal consegue fazer flutuar uma prancha". Mas, a partir do século XI, e depois, aproveitando-se do movimento contínuo das cruzadas, a situação começa a se inverter. Os navios das cidades italianas tornar-se-ão os senhores incontestes de toda a superfície marítima. Os navios bizantinos serão eliminados, os islâmicos rechaçados. O mar, no sentido estrito do termo, a água marinha, é conquistado pelo cristão, por seus navios de guerra, seus navios piratas, suas expedições guerreiras, e, por trás desses movimentos protetores, por seus navios de comércio cada vez mais numerosos. Com este frutífero jogo, longamente repetido, a Itália ao norte da linha Florença-Ancona torna-se a zona mais ativa e rica de todo o Mediterrâneo. Entre os séculos XI e XVI, quase poderíamos dizer: economia em primeiro lugar, e em benefício regular das cidades — os Estados territoriais, por um momento bem definidos, deterioram-se com a crise profunda do século XIV.

Entretanto, essas cidades disputam entre si os lucros do Mediterrâneo. As incessantes querelas entre Gênova e Veneza são uma inverossímil sucessão de peripécias. É apenas a partir da guerra de Chioggia (1378-1381) que Veneza irá levar a melhor, tornando-se, até o início das chamadas guerras da Itália (1494), o centro dos intercâmbios mediterrânicos. Com o fim do século XV, os Estados territoriais recuperam seu vigor ou adquirem novas forças. Os turcos instalam-se em Otranto (1480-1482), Carlos VIII atravessa os Alpes em setembro de 1494, os aragoneses irão participar da guerra que se inicia. Certamente, as cidades, mesmo Veneza, não têm mais peso frente a esses enormes adversários. A política vinga-se.

A conquista do Mediterrâneo pelos nórdicos

No entanto, não foram as armadas turcas, os exércitos franceses ou os *tercios* espanhóis, por maior que fosse seu peso sobre o destino da Itália e de suas cidades, os transformadores dos fundamentos econômicos da primazia mediterrânica. A ascensão agressiva dos grandes Estados comprometeu ou destruiu o equilíbrio da península, mas, em 1559, logo após o tratado de Cateau-Cambrésis, que a entrega em parte à Espanha, a Itália reencontra a paz e dela consegue tirar vantagens. Entretanto, nunca mais se recuperará, mas por outros motivos.

O processo que ameaça o Mediterrâneo e que finalmente o vencerá nada mais é do que o deslocamento do centro do mundo do Mar Interior para o Oceano Atlântico. No início deste processo estão a descoberta da América em 1492 e o périplo do cabo da Boa Esperança em 1497-1498. Todavia, esses acontecimentos não ganham toda sua importância de um dia para o outro. A pimenta

e as especiarias chegam a Lisboa, indo de lá para a Antuérpia. Mas a rota de Suez ou do golfo Pérsico não está morta e pode rivalizar com a longa circunavegação da África. Cogita-se até um canal de Suez. A pimenta e as especiarias só chegam na Europa, aliás, em troca da prata. Quem tem dinheiro ou prata pode telecomandar produtores, comerciantes e transportadores de pimenta e especiarias. A prata, que a partir dos anos 1530 provém quase que exclusivamente da América através de Sevilha, pertence certamente à Espanha. Mas, a partir de 1550, em virtude das guerras de Carlos V e dos empréstimos feitos pelo governo espanhol, onde logo participam os mercadores e banqueiros italianos, sobretudo genoveses, a prata espanhola começa a se dirigir para a Itália. Caixas de "réis", de "moedas de oito", são regularmente transportadas pelas galeras de Barcelona a Gênova. Em 1568, quando a pirataria inglesa e depois a holandesa arrebatam à Espanha o caminho direto do Atlântico e do mar do Norte até os Países Baixos revoltados, as remessas de prata a partir da Espanha seguem quase que exclusivamente a via mediterrânica, de Barcelona a Gênova: a cidade de São Jorge torna-se o centro financeiro de toda a Europa — uma bela revanche do Mediterrâneo! Esse privilégio dos genoveses decorre da obrigação que pesa sobre o governo do Rei Católico de pagar regularmente o soldo e as despesas aos soldados do exército espanhol que combate nos Países Baixos. E essa necessidade se manterá. É estabelecido um sistema genovês de pagamentos com as feiras de Piacenza, criadas a partir de 1579. Os historiadores habituaram-se até a falar de um "século dos genoveses", que teria começado em 1557 e terminado por volta de 1622-1627.

Tendo reorganizado seu abastecimento de prata, a Itália restabelece ao mesmo tempo, por volta de 1560, seu abastecimento de pimenta e especiarias através das antigas rotas do Levante. O fluxo dessas rotas equivalerá aproximadamente ao da rota do Cabo, e, como o consumo europeu aumenta consideravelmente (quase dobra), Veneza restabelece, enfim, as bases de seu antigo comércio. Será prematuro, portanto, falar de uma decadência do Mar Interior, da Itália e de suas cidades-pilotos até o final do século XVI. Devemos renunciar à explicação antiga, que apresentava o Mar Interior imediatamente desclassificado pelas descobertas dos portugueses, que, no Oceano Índico, aliás, não bloquearam nem as rotas do golfo Pérsico nem as do mar Vermelho.

O que acontece então? Pois é certo que houve uma redução dos tráficos e intercâmbios distantes do Mediterrâneo nos primeiros anos do século XVII. Recentemente, um jovem historiador, Richard Rapp, deu a melhor explicação. Para ele houve uma conquista do Mar Interior pelos nórdicos, principalmente ingleses e holandeses, e mais os primeiros do que os segundos, através da malícia, da força, da violência e do jogo das diferenças econômicas. Os ingleses já haviam ampliado sua intromissão comercial no Mediterrâneo, desde as últimas décadas do século XV até os anos 1530, 1550; essa primeira invasão cessa bruscamente entre 1550 e 1570. Nos anos 1570 houve uma segunda vaga, que será bem mais ampla e durável do que a primeira.

Os navios dos países protestantes irão se impondo gradualmente em um Mediterrâneo onde Islamismo e Cristandade arrefeceram após os fabulosos esforços de Lepanto em 1571. Estes navios são melhor armados, melhor equipados, melhores em termos de carga e mais regulares, aceitando fretes mais modestos do que os veleiros do Mediterrâneo. Apoderam-se pouco a pouco dos tráficos importantes: os navios holandeses transportam da Espanha para Livorno os sacos de lã que depois, por via terrestre, chegam a Veneza e abastecem sua *arte della lana*, então em plena expansão. Alguns desses navios chegam a ir diretamente da Espanha a Veneza. Outras capturas se operam, no comércio da uva-passa, do azeite de Djerba ou da Apúlia, bem como no prestigioso comércio do Le-

vante. Os nórdicos trazem madeira, alcatrão, pranchas, tábuas, trigo, centeio, tonéis de arenque, de estanho, chumbo e, logo em seguida, seus produtos manufaturados, em geral simples imitações dos produtos de Veneza ou de outras cidades italianas, bugigangas com falsas marcas italianas, mas de aparência autêntica. Acrescentem o corso, os acordos com Argel e com os turcos. Donde uma série de indelicadezas e de cumplicidades (principalmente em Livorno). É assim que o comércio e a indústria da Inglaterra e dos Países Baixos alimentam-se dos despojos e das riquezas acumuladas do velho Mediterrâneo. Houve conquistas, pilhagens, roubo. E até bloqueio a distância, quando os holandeses substituíram os portugueses na Insulíndia e no Oceano Índico. Os últimos deixavam as mercadorias passarem para o Mediterrâneo, os primeiros controlarão, senão a seda, que sempre chegará ao Levante, ao menos a pimenta e as especiarias. De acordo com o testemunho dos marselheses, por volta de 1620, as especiarias e a pimenta não mais chegarão ao Mediterrâneo pelas antigas rotas do mar Vermelho, mas pelo Atlântico e Gibraltar, a bordo das embarcações holandesas. Por um lado, o Mediterrâneo foi assaltado em sua própria casa; por outro, se vê levado a roubar da população de suas margens os tráficos mais frutíferos. E, desde então, nunca mais o mar lhe foi devolvido.

Antes e depois da abertura do canal de Suez (1869)

Depois de 1620 ou 1650, o Mediterrâneo não é mais o centro do mundo. Nele penetram o comércio e a guerra dos outros. Nesses intercâmbios e nessas guerras, os mediterrânicos desempenham apenas papéis menores. Peões em um tabuleiro de xadrez, seus movimentos encontram-se à mercê de poderios e vontades distantes. Da Holanda, no século XVII. No início do século XVIII, a primazia da Inglaterra anuncia-se por um golpe habilidoso; durante a Guerra de Sucessão da Espanha, o almirante inglês George Rooke, a 25 de agosto de 1704, captura Gibraltar de surpresa; os franceses e espanhóis tentarão em vão recuperar seu lugar em 1704, 1727, 1779 e 1782. No curso da última tentativa, os assaltantes utilizam, mas sem sucesso decisivo, as balas incandescentes e as baterias flutuantes inventadas por d'Arçon. Sela-se um destino: os ingleses estão ainda hoje em Gibraltar. São assim, há dois séculos, os porteiros do Mar Interior, que se torna, no século XVIII, um lago vigiado a oeste e, desde o século XVII, sem saída fácil do lado do Levante.

Mas é justamente no lado do Levante, bem mais do que no de Gibraltar, que se encontra a zona perigosa e cobiçada do Mar Interior. Nos séculos XVII e XVIII, o Levante é o Império Turco, que se estende pelos Balcãs, pela Ásia Menor no sentido amplo e pela África do Norte, do Egito à fronteira oriental do Marrocos; um vasto mercado, visto que permanece ligado à Pérsia e às sedas que transitam até Smyrna, transformada na maior das "escalas". É de fato o trunfo do comércio do Levante, onde a França, meio mediterrânica, passa a ser, a partir do século XVIII, a atriz privilegiada.

Mas, acima do comércio e dos países do Levante, o foco da disputa é a Índia longínqua, onde a Inglaterra ocupou o primeiro lugar, que ninguém conseguirá arrebatar, logo após a batalha de Plassey (1757). O Levante é a rota mais curta entre a Europa e as Índias, a rota por excelência das notícias rápidas, das decisões e das ordens. Além disso, com o comércio do café, o mar Vermelho se reanima, e Alexandria torna-se novamente um porto movimentado, como no tempo das especiarias e da pimenta. Às vésperas da Revolução, a política francesa ocupa-se insistentemente com a rota do istmo de Suez, inquietando a Companhia inglesa das Índias Orientais. A Inglaterra teme que o Mediterrâneo se abra, na direção do Oceano Índico, aos seus rivais e concorrentes, dos maiores (encabeçados pela França) aos mais modestos (Gê-

nova ou Veneza), ou aos mais mal posicionados, como a Rússia, ela também atraída pela miragem e pela realidade das Índias. É nesse contexto que se insere a expedição do Egito, conduzida em 1798 por Bonaparte. Se esta expedição tivesse sido bem-sucedida, o Império Turco teria se partido em dois: ao norte, a Anatólia e os Balcãs; a oeste, as indóceis Regências de Trípoli, de Túnis e de Argel, mantendo-se o caminho totalmente aberto em direção ao Oceano Índico. Sempre prontos a refazer a história, os historiadores acham que, se Bonaparte tivesse tomado São João de Acre, teria conseguido refazer seu exército nas colinas e montanhas do Líbano e destruído o Império Britânico ainda em seu início.

Mas a grandiosa operação fracassou e, em 1800, a Inglaterra tomava Malta, ocupada dois anos antes pela frota francesa a caminho do Egito. A ilha deveria ser devolvida de acordo com o tratado de Amiens (1801), mas permaneceu sob o controle inglês até há pouco. Apesar de sua ínfima dimensão, ela garantia (um segundo Gibraltar) o domínio inglês no centro exato do mar. Mais tarde, a instalação dos ingleses em Chipre (1878) e no Egito (1882) completa a dominação de Londres; a rota das Índias estava inteiramente sob seu poder, e a "pax britannica" impunha-se pesadamente sobre o Mediterrâneo. Mais uma vez, a ordem política reinava sobre o mar. Em caso de problemas, bastava uma palavra do gabinete de Saint-James: os navios alcançavam Malta e tudo voltava à ordem.

A França, porém, agitava-se: começa a se instalar na África do Norte, ocupa Argel em 1830; mas a África do Norte não é um Mediterrâneo que ameace os interesses de Londres. O galo gaulês, ciscando as areias do Saara, acaba provocando apenas sorrisos. O único golpe incisivo dos franceses foi a abertura do canal de Suez, concluída em 1869.

Para o sucesso do empreendimento foram necessários dez anos de trabalho e a obstinação de um homem,

Ferdinand de Lesseps. Também foi preciso apostar na *navegação a vapor*, que estava modificando as condições gerais de circulação através dos mares e oceanos do planeta. Em todo o caso, era o fim do lago mediterrânico, a transformação do Mar Interior numa rota voltada essencialmente para o Oceano Índico. Pouco depois, os viajantes que se dirigem à Índia não deixarão de anotar suas impressões: o canal, o tórrido mar Vermelho, o balanço e o marulho do Oceano Índico; o Mediterrâneo não é mais do que a primeira, a breve e quase imperceptível etapa de um longuíssimo percurso.

Este êxito francês foi ocasião para uma inauguração solene, que contou com a presença de todas as cabeças coroadas da Europa, sob a presidência — a cada um o lugar que lhe cabe — da imperatriz Eugênia. Mas esses faustos não devem nos iludir. O centro político não é Paris, e não se trata de uma compensação à expedição do Egito. De fato, embora independente a partir de 1811, o Egito não passa, por si só, de um peão no tabuleiro de xadrez do Mediterrâneo. O governo inglês, que ergueu toda uma série de obstáculos à construção do canal, compra, em 1875, as 117.000 ações do quediva endividado; em 1882, o Egito é ocupado; em 1888, um acordo assinado com a França em Londres torna neutro o canal. Enfim, a Inglaterra foi a grande beneficiária do empreendimento de Ferdinand de Lesseps. Quanto à tentativa de Fachoda no Nilo branco, onde, a 10 de julho de 1898, chega a pequena coluna do comandante Marchand, não passa de um incidente dramático, sem conseqüências para a partilha da encruzilhada do Levante.

A França não foi a única a levar a pior com esses acordos. E Maurice Aymard tem razão em dizer que "o canal de Suez simbolizou o enfraquecimento político do mundo mediterrânico". Feito pelos franceses, que eram apenas pela metade mediterrânicos, o canal tornou-se, juntamente com o Mediterrâneo, uma rota inglesa. O Mar Interior continua, assim, a ser alienado de seus do-

nos. E, desde então, prossegue a mesma história, a história de um constante despojar. Em 26 de julho de 1956, Nasser nacionalizava o canal. A França e a Inglaterra unem-se e, para elas, é o fracasso da "guerra dos seis dias". No entanto, mesmo antes desta data, nem a França, nem a Inglaterra dominavam mais o Mar Interior ou os países às suas margens. "A presença visível dos porta-aviões americanos e dos porta-helicópteros soviéticos assinala as dominações conflituosas das duas grandes potências mundiais." O Mediterrâneo é, quando muito, seu quintal. Ou melhor, seu circo, onde, para seu prazer ou desprazer, batem-se gladiadores; eles não lutariam com tão cruel encarniçamento se os grandes desse mundo não tivessem interesses em suas matanças.

Sem dúvida, o Mediterrâneo continua a viver sob nossos olhos, a manter seus próprios combates, a perseguir sua industrialização, a melhorar seu nível de vida, a livrar-se das seqüelas das colonizações finalmente interrompidas. Ao sul do mar, o outro Mediterrâneo, do Marrocos à Turquia e ao Iraque, esforça-se em recuperar o tempo perdido, que também se acumula.

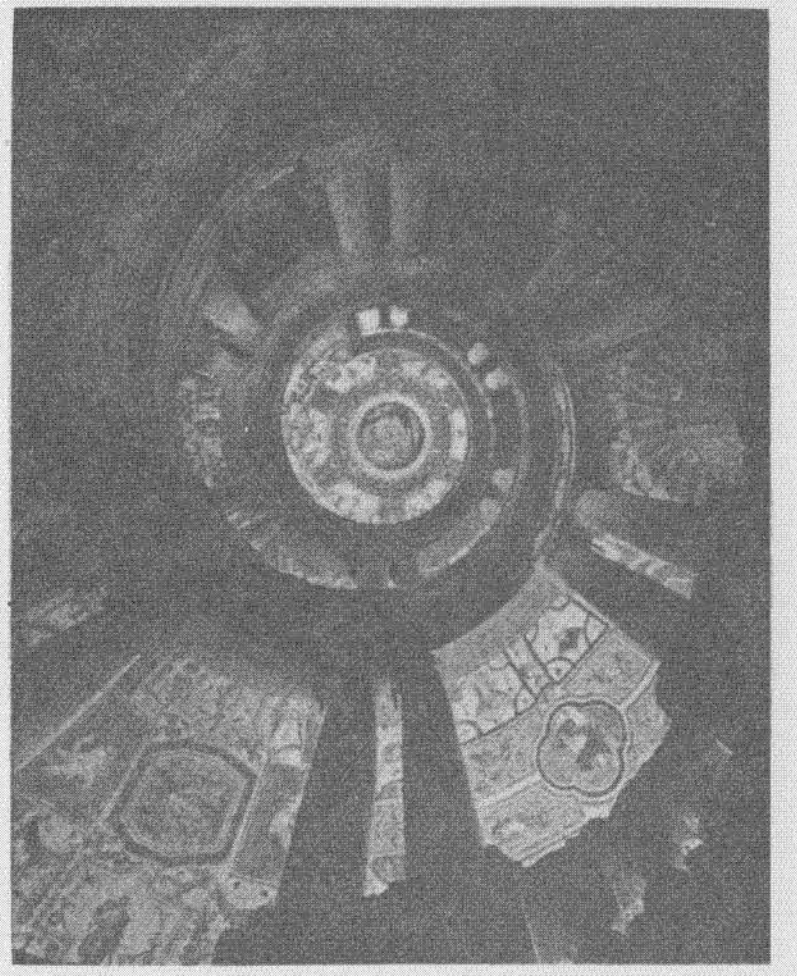


Fig. 6

Vignole, escadaria da Villa Farnese em Caprarola.

© M. DESJARDINS, Agence Top.

Espaços

Do Mediterrâneo, tendemos hoje a ver apenas o cenário, a aliança do mar e do sol, do relevo e da vegetação, o dom gracioso de uma natureza generosa e suntuosa, e no entanto ingrata. Pois, sob as flores, logo aparece a pedra. Se o homem distrai-se e descuida-se por um momento, os terraços pacientemente edificados no flanco das montanhas desabam invadidos pelo mato, o maqui rebrota sobre a floresta incendiada, e as planícies voltam a ser pântanos. Desfaz-se um equilíbrio frágil, que levará por vezes séculos para ser recomposto. Do fim do império até os nossos dias, o campo romano permaneceu uma espécie de deserto, e a drenagem dos pântanos Pontinos simbolizou para o fascismo o reencontro da grandeza de Roma. Mas Veneza só combateu as águas divagantes do Pó e do Adige a partir do século XVI, quando começou a perder seu monopólio comercial.

Todas as orlas do mar conheceram espetaculares alternâncias de valorização e abandono. Como se o homem controlasse mal um espaço que lhe escapava, e sobre o qual seu domínio permanece ainda parcial e desigual. Como se, a cada época, tivesse de fazer escolhas, abandonando a costa para ir ao interior ou, como hoje em dia,

fazendo o inverso; ou ainda sendo obrigado a ceder seus campos aos rebanhos dos nômades antes de poder rechaçá-los. Da Síria à Espanha ontem, do Baixo Ródano ao Neguev e a Assuã hoje, os grandes sucessos da agricultura mediterrânica encontram-se sob o signo da domesticação da água e do trabalho minucioso de todo um povo de horticultores atentos. Mas continuam sendo exceção: mesmo carregando a marca de sua intervenção, tão freqüentemente destruidora quanto benéfica, o homem está ausente da paisagem. Está ausente dos campos de trigo e carneiros de Castela, do Tavoliere, da Apúlia e da Tessália. Das grandes extensões florestais ou cascalhentas, das montanhas e das altas pastagens de verão, onde só se encontra como nômade. Se conseguiu, bem recentemente, arrebatar da malária as planícies litorâneas, não lhe agrada de forma alguma instalar-se naquela região, e deixa suas praias para outros. Continua a residir em outros lugares, em suas cidades e grandes burgos de casas comprimidas, com seus cinturões de vinhas, pomares e hortas (o *ruedo*, a roda, diz-se na Andaluzia). A partir do momento em que se afasta, seu domínio sobre os campos afrouxa-se: evitará passar lá mais do que o tempo necessário para os trabalhos agrícolas e, mais ainda, evitará viver ali. Camponês por necessidade, mas camponês apesar de si próprio, o mediterrânico é urbano.

Os contrastes da paisagem exprimem essa hierarquia concêntrica de interesses, a desigualdade da ocupação do solo, as oscilações da exploração. De um modo geral, a mesma divisão do terreno permaneceu válida desde Roma até nossos dias. De um lado, a zona dos campos cultivados, o *ager*. De outro, a terra inculta, mistura de árvores e erva fina, de matas e pedras, domínio dos carvoeiros, dos pastores e dos animais domésticos ou selvagens, o *saltus*. Mas o próprio *ager* exigia longos períodos de repouso e voltava a pertencer, um em cada dois, ou dois em cada três anos, aos carneiros que, mal acabava a colheita, invadiam os restolhos, e tudo o que queriam era permanecer lá, enquanto eram severamente excluídos das hortas e das vinhas. Além disso, a fronteira entre *ager* e *saltus* permanece sempre singularmente indefinida e móvel: menos clara, pelo menos, do que a que separa a zona de horticultura intensiva que rodeia a cidade do resto das terras, *ager* e *saltus* reunidos, e que opõe a "região cheia" à "região vazia". Ela traduz a fragilidade de um equilíbrio ecológico ameaçado por qualquer aumento de população. Ameaçada antigamente — e ainda hoje a cada verão — pela destruição catastrófica de um manto florestal, em parte fóssil, que fixava uma fina camada de húmus, logo arrastada pela erosão. E, diante dos nossos olhos, pelo desenvolvimento das aglomerações do litoral, pela poluição industrial e pelo esgotamento das reservas de água.

Rapidamente, o homem atinge os limites de uma terra à qual se habituou a pedir pouco. Para ele, o importante é certamente sobreviver ali; mas, antes de tudo, é ali poder viver em sociedade e comunicar-se com outros homens. Muito mais do que ao clima, à geologia ou ao relevo, o Mediterrâneo deve sua unidade a uma rede de cidades e vilarejos precocemente constituída e notavelmente tenaz: é em redor dela que se constrói o espaço mediterrânico, é ela que o anima e o faz viver. As cidades não nascem do campo, mas o campo das cidades, às quais ele mal consegue alimentar. Através delas projeta-se sobre o solo um modelo de organização social, cujo esquema todos os migrantes, forçados ou voluntários, tentam reproduzir em toda parte. Nômades, estabelecerão seus acampamentos de acordo com regras imutáveis. Sedentários, fundarão uma cidade, sempre a mesma. Assim fez a Grécia em seu domínio colonial, e depois no mundo helenístico. Assim fez Roma, que repetiu monotonamente, de uma extremidade à outra de seu império, um plano esteriotipado de campo militar, com as mesmas ruas que se cruzavam em ângulo reto, o mesmo fórum, os mesmos monumentos que, a seus olhos, constituíam uma cidade. Assim foi também com o Islã, nada exprimindo

melhor esse poder criador e organizador da cidade que estes oásis, estas *huertas* que a rodeiam e que sem ela não existiriam.

De Damasco a Valença, do Iêmen a Elche e Alicante, podemos seguir, por trás da semelhança de técnicas de irrigação, o caminho de duas tradições que organizam a partilha das águas e fundam dois tipos de sociedade, uma aristocrática, outra mais igualitária. Numa, a propriedade da água, distinta da propriedade da terra, garante o domínio sobre os agricultores daqueles que a detêm e vendem seu uso. Noutra, ao contrário, a água é um direito gratuito dos proprietários das terras irrigadas, que se agrupam em comunidades capazes de assegurar a conservação das barragens e dos canais, e de arbitrarem seus próprios conflitos: toda quinta-feira, os juízes do Tribunal das águas fazem valer, diante do portal dos Apóstolos da Catedral de Valença, uma justiça rápida e eficaz.

Toda conquista, toda diáspora tende a repetir em dezenas de exemplares um modelo de sociedade urbana, e ao mesmo tempo a explicitar o que era, no início, implícito. Grande ou pequena, a cidade é bem mais do que a soma de suas casas, de seus monumentos e de suas ruas, bem mais também do que um centro econômico, comercial ou industrial. Projeção espacial das relações sociais, ela é, ao mesmo tempo, atravessada e estruturada pelo feixe de linhas limítrofes que separam o profano do sagrado, o trabalho do lazer, o público do privado, os homens das mulheres, a família de tudo o que lhe é estranho. E oferece um admirável quadro de leitura.

Onde viver? Nunca só, mas em grupo, quaisquer que sejam o tamanho e a riqueza deste. Mil homens vivendo pobremente da terra e da troca dos produtos do solo são suficientes, no Mediterrâneo, para formar uma cidade, para reconstituir as solidariedades e as oposições essenciais: em outras partes, mesmo duas vezes mais numerosos, mal formariam uma aldeia. Dos simples burgos às metrópoles, percebemos claramente todas as escalas de

uma hierarquia aliás bem complexa, já que leva em conta não somente o número da população, a atividade econômica, o capital acumulado, mas também a história, o conjunto de monumentos, o prestígio, o papel político e administrativo (que estabelece as elites), a vida intelectual e um não-sei-quê que torna uma cidade mais cidade do que a outra. E as grandes cidades adoram desprezar as menores, considerando-as simples aldeias, e a seus habitantes grosseirões pouco esclarecidos. No entanto, o vilarejo mais modesto apresenta-se como um microcosmo urbano: ali, toda vida social organiza-se em função do grupo. No Mediterrâneo, falar da cidade é, portanto, falar de todas essas etapas da vida urbana, originadas todas elas do mesmo modelo.

Historiadores e geógrafos deram centenas de explicações para essa permanência da organização grupal e para a escolha dos sítios — por vezes privilegiados, mas na maioria das vezes ainda inóspitos — onde aquela se fixou: a água e o sol, as vias terrestres ou marítimas, a qualidade de um porto ou de um vau, mas também a falta de segurança das costas e a insalubridade das planícies pantanosas. De fato, cada uma dessas razões contribuiu, mas num sentido oposto.

Invasores vindos pelo mar, os gregos expulsaram para o interior as populações locais da Itália meridional e da Sicília, que solidamente ocuparam e colonizaram sem jamais se afastar; mas, sempre que puderam, escolheram sítios fáceis de defender, como os de Siracusa e Tarento — uma ilhota separada do continente por um estreito canal. Segura de si e de sua paz, Roma só muito tarde descobriu que era preciso cercar de muros as suas cidades para enfrentar um invasor que ela não previra. Em terras islâmicas, a conquista árabe fez a fortuna das grandes escalas de caravanas, abertas a todo o tráfego terrestre, mas afugentou para as montanhas, promovidas à categoria de refúgio, os berberes do Maghreb e os maronitas do Líbano, e, para os picos rochosos, a uma distância

prudente das margens, as populações cristãs do litoral mediterrânico. A conquista turca irá fazer a mesma coisa, alguns séculos mais tarde, nos Balcãs. Há cerca de cem anos, o desenvolvimento econômico e a colonização superpuseram ao antigo núcleo de aspecto ainda medieval, com suas ruelas estreitas e tortuosas, uma cidade nova com avenidas largas e planta regular.

Desta forma, cada civilização deixou sua herança urbana, contribuindo para a definição do contexto em que os homens continuam a viver ainda hoje, em meio às restrições do passado, mesmo quando as condições que presidiram a sua criação deixaram de interferir. A evolução recente privilegiou as aglomerações do litoral em detrimento do interior, vítima de seu isolamento, e inchou de forma espetacular as grandes concentrações portuárias, testemunhas tanto do êxito econômico como da miséria dos campos, ou de ambos: Beirute, Alexandria, Atenas-Pireu, Nápoles, Palermo... Mas as aldeias de colonização, criadas no centro da Sicília pela reforma agrária para arrancar os camponeses de suas agrovilas, símbolo da força de inércia do *latifondo,* e aproximá-los das terras que acabavam de ser distribuídas entre eles, permaneceram desesperadoramente vazias. Aliás, desde o século XVIII, o rápido desenvolvimento das plantações de cítricos nas planícies da costa calabresa ou siciliana, que voltaram a ser seguras, pôde fazer com que a população das colinas descesse em direção à *marine,* mas sem provocar a menor desagregação do *habitat*: um desdobramento do lugarejo empoleirado inicial que, freqüentemente, continua a existir.

O peso das estruturas sociais e das técnicas agrícolas explicam o vazio persistente dos campos. Excetuando as hortas, vinhas e *huertas,* as terras ricas, os campos de trigo das planícies e dos planaltos, pertencem aos grandes proprietários que delas expulsaram, diversas vezes, os camponeses, quando estes pretenderam nelas se instalar. Os camponeses só aparecem, como mão-de-obra assalariada, no momento da colheita. Estacionados nas grandes vilas do *latifondo,* ou estabelecidos nas colinas e montanhas, complementam desta forma o rendimento sempre insuficiente de suas terras, onde desenvolvem culturas destinadas à venda: vinha, oliveira, amoreira, árvores frutíferas. Seu gado: no máximo, alguns carneiros confiados ao pastor da comunidade, um animal de tração, jumento ou mula, preciosamente abrigado em casa junto com as galinhas — que na cidade são criadas nos terraços, ou, como em Nápoles, no bairro de Monte di Dio, na rua, a pata amarrada com uma corda. O material agrícola: o arado e a enxada, a pá e o alvião, alguns tonéis, alguns potes para armazenar o azeite e os grãos, nada que atravanque tanto a ponto de não se poder guardar também sob o mesmo teto.

A vila ou cidade é o lugar onde se trocam os produtos e onde se vende o trabalho, antes do amanhecer, ao capataz da grande propriedade, vindo especialmente para contratar a mão-de-obra de que necessita. Parte-se pela manhã, volta-se à noite para dormir. Tanto na Espanha quanto na Itália do sul, a lei medieval que estabelecia a duração da jornada de trabalho "do amanhecer ao pôr-do-sol" precisava muitas vezes que o *bracciante* deveria estar em seu local de trabalho desde o nascer do sol — deveria portanto ter percorrido o trajeto de ida durante a noite —, mas estar de volta no crepúsculo — logo, deveria fazer o trajeto de volta durante o dia, às custas do patrão. Quando, na época das safras, das vindimas ou da colheita de azeitonas, a urgência dos trabalhos e a distância do domicílio impedem a volta dessas legiões de migrantes temporários, geralmente vindos de muito longe, eles dormirão até no chão, em pleno campo, ou abrigados nos pátios e galpões das grandes fazendas: é o que vemos no romance de E. Vittorini, *La Garibaldina.* O pequeno proprietário terá sua cabana num canto da vinha ou da horta para aí guardar algumas ferramentas ou para poder repousar à sombra na hora da sesta. Os mais favorecidos

possuirão uma segunda residência, onde virão se instalar durante o verão — uma *campagne*, como se diz na Provença para indicar que não passa de uma habitação ocasional —, um pouco como os ricos, que se reservam o direito a uma casa de campo em seus *mas* ou que constroem um "castelo" em suas terras para fiscalizar seus empregados. Mas a casa principal, aquela que fundamenta o prestígio social, continua sendo a da cidade, onde se passa a maior parte do ano e os períodos de recesso nos trabalhos dos campos.

Entretanto, o campo nunca está completamente vazio. Mas aqueles que nele vivem durante todo o ano passam por excluídos, senão por párias. São os pastores que vivem à margem da regra comum. O pessoal permanente das grandes fazendas, *mas* e *bastides* da Provença ou do Languedoc, *cortijos* e *haciendas* da Andaluzia, *massarie* do sul da Itália ou da Sicília: as últimas são, aliás, os refúgios tradicionais dos bandidos e da máfia, o suporte material de uma contra-sociedade. Raras ou mesmo excepcionais são as regiões onde o êxito recente da reforma agrária ou o fracionamento antigo da terra estabilizaram em suas explorações um campesinato livre dos grandes e pequenos proprietários. Rendeiros, meeiros, empregados rurais, até há pouco escravos: residir fora da cidade é servir a um senhor, sendo portanto sinal inegável de dependência.

Nada resume melhor as resistências que seria preciso — ou que teria sido preciso — superar do que as confidências de um pastor de búfalos de uma *massarie* da planície de Paestum, recolhidas por volta da 1950 por Rocco Scotellaro: "Quando estou cuidando dos búfalos, fico pensando em todas aquelas pessoas que estão passeando... Em todos aqueles que estão no bar, tomando uma laranjada, um café e ainda tantas outras coisas, e naqueles que vão ao cinema todas as noites... Quanto a mim, queria tantas coisas, não queria mais ter que cavar, não mais me matar de cansaço, não mais cuidar

de búfalos, queria começar a trabalhar às sete e parar às cinco e depois ficar livre... De noite, queria estar no burgo (*al paese*): lá, mesmo se a gente não tem dinheiro, basta olhar ao redor da gente para se instruir." Seu desejo nos parece paradoxal, vindo de um homem que se beneficia de um trabalho anual, enquanto a regra é o emprego temporário ou a *disoccupazione*: tornar-se um simples diarista e "levar seu pagamento para casa todo sábado à noite... Ter um pouco de dinheiro para construir uma casa", da qual, em caso de conflito, o proprietário não poderá expulsá-lo. E "um pouco de terra para plantar uma horta". Enfim, já que é necessário trabalhar para um patrão, cavar, plantar, mas não mais ter que cuidar de animais que não dão nenhum descanso.

São sonhos simbólicos e não simples reivindicações materiais. Uma casa própria: a independência. Uma horta: um lugar onde trabalhar para si e não para um patrão, um certo grau de autonomia. Um salário em dinheiro — e não em espécie, como o é parcialmente o do boiadeiro: poder gastar, ou mesmo comprar o supérfluo antes do necessário. Sem dúvida trabalhar: mas um trabalho que não dê à terra e ao patrão mais tempo do que eles merecem, e que conceda tempo livre para a participação na vida do grupo. "Instruir-se": não ser mais um grosseirão, um *cafone*. E sobretudo viver no meio de homens e não de animais: é a única maneira de ser um homem e de se sentir como tal. Condição necessária, mas não suficiente.

Pois se a cidade, lugar das trocas, do lazer e de toda a vida social, opõe-se nitidamente ao campo, lugar do trabalho, da vida animal e da produção de bens materiais, ela não constitui um espaço simples, homogêneo, onde bastaria entrar para se tornar um cidadão, mas sim uma imbricação estreita de espaços organizados segundo regras não escritas, e ainda mais rigorosamente respeitadas. Essas regras, legíveis em cada etapa da vida urbana, definem a complexidade de uma cultura.

O urbanismo moderno nasceu no Mediterrâneo, na Grécia do século V, com Hippodamos de Mileto, inventor das plantas "em tabuleiro". Ali triunfou em todas as épocas de estandartização cultural, onde a reprodução sistemática de um modelo estabelecido e considerado superior de uma certa forma vinga-se do desenvolvimento espontâneo: a Grécia helenística, Roma, o Renascimento e a época barroca, nosso mundo contemporâneo. Mais do que as necessidades funcionais, haussmanianas *avant la lettre,* tal modelo proclama ali a plena transparência do espaço habitado pelos homens: a vitória da ordem sobre a sombra, em uma cidade ideal estabelecida sob o signo do espírito. Contudo, mesmo nessa situação limite, o esforço de esclarecimento vem se chocar com as paredes exteriores da célula de base: a casa. Ali parecem se refugiar oposições fundamentais: aquela, essencial, que separa o público do privado; mas também todas as outras, que fixam o lugar de cada um, homem, mulher ou criança, em relação aos outros e ao mundo.

Casa às vezes muito simples, elementar: basta uma peça de três por três, com uma porta como única abertura, como nas cidades gregas arcaicas, como em todo o Maghreb, na Sicília ou nos *bassi* de Nápoles. É assim, ainda hoje, a casa do pobre. Contudo, assim que é possível, a casa aumenta, multiplica-se, anexa um espaço fechado — a *zariba* árabe —, desenvolve-se ao redor de um pátio interno — *atrium* ou *cortile* das residências patrícias —, protegido de olhares indiscretos. Crescem mais em superfície do que em altura: desde as *insulae* romanas, a construção em altura, como em nossos edifícios modernos, sobrepõe espaços distintos. Pois a casa responde sempre à mesma necessidade: não somente reunir sob o mesmo teto a família e seus bens materiais, inclusive os animais, mas separá-la nitidamente da região exterior e assim defender esse bem essencial, superior a todos os outros, que é a honra do grupo familiar e de seu chefe. Está aí a motivação dos ritos propiciatórios que presidem

à sua construção. Daí também o valor sagrado da soleira, fronteira entre o interior e o exterior, barreira contra as forças inimigas. Não é qualquer estranho que a transpõe, nem de qualquer maneira: a nova esposa trazida por um parente, após ter recebido as oferendas costumeiras, garantias de sua fecundidade; o hóspede, somente se é convidado pelo chefe da família e após ter entregue uma oferenda.

Mas, mal se transpõe o umbral, outras oposições aparecem imediatamente. Pois, radicalmente separada do mundo exterior, a casa organiza-se e divide-se por dentro de acordo com regras que são iguais às dele. Só é domínio da família e do privado porque o é da mulher, alimentadora e reprodutora, e lugar das atividades biológicas essenciais, a alimentação, o sono, a procriação. Conseqüentemente, a presença do homem aí é estritamente limitada. Dela está excluído durante todo o dia: seu lugar é outro, no trabalho nos campos ou na cidade, na praça, no bar, reunido com os outros homens: no verão, todos acharão normal que ele às vezes durma fora. Quando a residência, mais rica, torna-se suficientemente grande para acolher hóspedes, ela divide-se então em duas partes, uma dedicada à recepção, outra reservada às mulheres: o gineceu da Grécia clássica — o espaço feminino, separado do espaço dos homens, o *andron*; o harém — o sagrado, o interdito — no mundo muçulmano. Divisão fundamental que se encontra até nas tendas dos nômades, onde uma armação separa os dois espaços. Funcional na medida em que exprime rígida divisão das tarefas masculinas e femininas, essa barreira também contém símbolos.

Ao analisar a casa cabila como um texto carregado de sentido, em que cada palavra remete a uma outra e só existe através dela, P. Bourdieu mostrou a complexidade do sistema de oposições e homologias que fazem dela um microcosmo, mas um microcosmo invertido: pois, se a casa é normalmente voltada para leste, a luz

que entra pela porta vem iluminar a parede do fundo que, exteriormente, volta-se para oeste, e a parede da porta torna-se, interiormente, a parede da escuridão — contra a qual se deita o doente. A lógica da língua, que designa as duas faces (externa e interna) das paredes de modo diferente, estabelece essa inversão dos pontos cardeais no interior da casa: a primeira, "rebocada a trolha pelos homens", a segunda "caiada e decorada à mão pelas mulheres". À esquerda de quem entra — de costas para o sul; logo, na verdade, orientado para o norte — o espaço dos animais. À direita, elevado e separado em relação ao precedente por uma parede de meia altura, o espaço dos humanos: no centro da parede da direita ou parede do alto, o fogo (*kanun*), cercado de instrumentos de cozinha e de reservas alimentícias: mas o grão destinado à semeadura será conservado na parte escura. Na parede do fundo, em frente à entrada, o tear, diante do qual se recebe o convidado e expõe-se a jovem esposa. Desta forma, todo o espaço interior articula-se em torno dessas oposições entre sombra e luz, noite e dia, alto e baixo, feminino e masculino. Assim como a morte, a fecundidade da mulher concerne à natureza; já a atividade sexual do homem situa-se do lado da cultura. Do mesmo modo que o pilar principal da casa — um tronco de árvore bifurcado — é feminino e representa a esposa, fundação também estreitamente ligada à terra, a viga mestra é masculina e identifica-se ao senhor, protetor, defensor e fiador da honra familiar.

Esta leitura minuciosa de um caso limite revela a lógica latente de regras e comportamentos que, de fora, tendemos tão mais simplesmente a justapor, sem ligá-los ou compreendê-los, quanto mais eles se apresentam em estado fragmentário, em um mundo mediterrânico fracionado e abalado pela violência unificadora da modernização. Testemunhos residuais de um passado considerado, por falta de um termo melhor, arcaico, diante do qual precisamos fazer esforços para reconstituir sua coerência:

a divisão de tarefas e o papel da mulher, a família e a honra, a hierarquia das solidariedades.

Divisão de tarefas: definindo-se em relação à mulher, o homem não intervém nos domínios que a ela são reservados. A reprodução biológica: ser fecundada, dar à luz, criar, educar e tomar conta das crianças; das filhas, até seu casamento, que permite ao pai, ou, em sua ausência, aos irmãos, confiar — finalmente! — sua responsabilidade a um outro homem; dos meninos, até a idade, muitas vezes precoce (sete anos — a idade da circuncisão — tanto no Maghreb de hoje quanto na Atenas clássica), em que começam a viver entre os homens. A manutenção da casa e a preparação dos alimentos, no sentido amplo: não somente limpar e cozinhar, mas também fazer o pão, ir buscar água e madeira, tomar conta das aves de criação. Finalmente, onde o artesanato doméstico (atestado já por Homero) resistiu à economia de mercado, fiar a lã e tecer os trajes do grupo familiar: como acabamos de ver, o tear ocupa um lugar de honra na casa cabila. Tudo isto não exclui, naturalmente, as conversas com as vizinhas, nem o falatório na fonte, lugar tradicional da sociabilidade feminina e ponto de partida para muitas brigas e confusões, nas quais os homens, resignadamente, são obrigados a intervir. Nem tampouco exclui, quando falta mão-de-obra ou quando há urgência, a participação nos trabalhos dos campos, ajudando o marido ou os irmãos, ou em equipes femininas recrutadas para alguns trabalhos precisos: assim, todo ano as operárias vêm em grupo de Messina ou da Calábria até Catânia para colher frutas cítricas e azeitonas, devidamente dirigidas pelas velhas ou por um homem do grupo. Mas essas atividades exteriores ao lar permanecem, de um modo geral, como exceções.

Esta divisão do trabalho que reserva aos homens o essencial dos trabalhos agrícolas e às mulheres a totalidade das tarefas domésticas bastaria por si só para justificar a permanência delas em casa. Na maioria dos paí-

ses mediterrânicos, a cultura transforma essa permanência em uma obrigação, em um dever, mudando seu sentido. A partir do século XVII, a clausura das mulheres veladas, escondidas, invisíveis para o visitante, torna-se um tema quase banal de qualquer narrativa de viajantes europeus que atravessam a Itália do sul, os Balcãs otomanos, o Oriente Próximo e a África do Norte, tema que perdura até nossos dias. A exclusão completa da vida pública logo surpreende imediatamente o ocidental, no entanto habituado a ver as mulheres realizarem as mesmas tarefas e viverem no mesmo estatuto de irresponsabilidade política e civil. A seus olhos, ela indica um dado de civilização que é identificado muitas vezes — e erradamente — ao Islamismo: o mesmo acontecia na Grécia do século V. Se a mulher deve realmente permanecer em casa — "Tua casa é teu túmulo", diz o provérbio cabila citado por P. Bourdieu —, é, sem dúvida, menos em nome de uma inferioridade, real mas derivada — sabemos do poder que ela pode adquirir com a idade, e da duradoura autoridade da mãe sobre seus filhos —, do que devido a uma especialização quase mítica das funções. Sua fecundidade a transforma em instrumento de continuidade familiar, e portanto em depositária da honra masculina — honra que pode ser ferida até por um simples olhar. Ela concede aos homens um poder constante de vigilância, de exclusão, de castigo: o direito — ou antes o dever — de vida e morte, reconhecido e mesmo imposto pela tradição ao marido, ao pai e aos irmãos.

Mas, ao mesmo tempo, esta fecundidade é reconhecida, valorizada, exaltada como um poder misterioso e mágico, alternadamente protegido e ameaçado por um conjunto de ritos destinados a defendê-la, a suspendê-la ou a aboli-la: é um prêmio de combate, e também objeto de culto, como em todas as antigas religiões mediterrânicas da Mãe Terra — a Artemis de Éfeso de múltiplos seios, a Deméter grega e sua filha Prosérpina, raptada e esposada por Hades, a Ceres romana —, a quem associam um paredro, normalmente masculino, divindade de segundo plano condenada a morrer e a renascer a cada ano como a vegetação.

Senhora do ciclo do nascimento e da morte, a mulher mantém uma relação privilegiada com as potências subterrâneas. Freqüentemente excluída dos edifícios religiosos e das cerimônias de culto celebradas na rua e em lugares públicos (quando aí admitida, é sempre estritamente separada dos homens), ela reina nos cemitérios, onde tem o privilégio de ir sozinha. É ela quem lava os mortos, é ela quem intercede junto a eles. Atestadas desde a Antigüidade grega e latina, condenadas em vão e, na maioria das vezes, toleradas pela Igreja, as carpideiras são parte integrante do ritual tradicional do enterro e da homenagem aos mortos. Ainda é possível vê-las no Maghreb, na Sicília e na Calábria, onde a mulher mais idosa da família conduz as lamentações do dia dos mortos. Ei-las, ainda ontem, em Montenegro, descritas pelo abade Fortis em sua *Carta... sobre os usos e costumes dos morlacos* (Berna, 1778). "Na igreja (...) os parentes do morto e as carpideiras alugadas cantam sua vida num tom lúgubre... Durante o primeiro ano após o enterro de um parente, as mulheres morlacas vão, pelo menos nos dias de festa, fazer novas lamentações junto ao túmulo, cobrindo-no de flores e ervas odoríferas. Se a necessidade as obriga a faltarem a esse dever, elas desculpam-se junto ao morto, falando-lhe como se estivesse vivo (...) Pedem-lhe notícias do outro mundo, e muitas vezes dirigem-lhe perguntas bem singulares. Os homens, por sua vez, mal enterram o morto e já vão banquetear na casa do defunto."

A dupla valorização da castidade e da fecundidade femininas reforça o caráter sagrado e secreto da casa, cujos limites geográficos confundem-se com os da honra. Nossas sociedades européias adotaram o modelo aristocrático da honra, concebida como uma relação mais da pessoa consigo mesma do que com o outro, como um valor

moral por definição inatacável a partir do exterior e aceitaram que este fosse realmente reservado às classes superiores. No Mediterrâneo, a honra tem o mesmo valor para o conjunto da sociedade, tanto para os pobres como para os ricos, e mesmo mais para os pobres do que para os ricos: é o único bem que resta àqueles que nada possuem. Ela adquire aí um sentido concreto, objetivo, e aparece associada a um certo número de critérios materiais bem definidos, especialmente à castidade feminina. À imagem das paredes da casa, a honra é percebida como um muro, como uma barreira: "Um biombo que separa", escreve a respeito do mundo árabe Bichr Farès, "aquele que o possui do resto dos humanos... uma barreira que protege o indivíduo ou o grupo dos ataques exteriores." Identifica-se, assim, a um espaço e ao grupo que nele vive: valor passivo para as mulheres, ativo para os homens, está sob a responsabilidade do chefe de família, que deve protegê-lo contra qualquer ataque — pois estaria invariavelmente perdido —, é um dever mais coletivo do que individual. Só assume esse caráter pessoal nas sociedades cristãs baseadas no casal e não na linhagem, o que nos remete, ainda neste caso, à família.

Melhor estudado pelos etnólogos, é mais uma vez o Islã que fornece os exemplos mais completos. Tal como a sociedade da Roma antiga, baseada na *gens*, a sociedade muçulmana reproduz de fato a estrutura patrilinear das linhagens agnatas, que ela amplamente conservou de suas origens beduínas: estrutura que ela deve conciliar com a lei corânica, que atribui às jovens uma parte da herança. Onde quer que um Estado forte e hierarquizado não tenha conseguido impor-se de forma durável, seu equilíbrio político repousa sobre aquele que se estabelece entre estas linhagens. Cada núcleo familiar integra-se portanto em um conjunto mais amplo, que se define como um espaço fechado que submete a troca de mulheres a regras rigorosas: apenas uma estrita endogamia, que dá preferência às "primas paralelas patrilaterais" — as filhas do tio paterno —, permite impedir o fracionamento e a dispersão dos bens do grupo. Tomar mulheres de linhagens vizinhas pela violência ou pela autoridade reforça a honra do grupo, cedê-las a diminui.

Esta tradução espacial das relações familiares tem suas fronteiras redesenhadas e reforçadas, em prazos regulares, pela filiação patrilinear. A cada geração, as mulheres casadas fora do grupo agnato são, assim como seus descendentes, excluídas da linhagem. À imprecisão dos limites do parentesco, geradora de instabilidade social, a linhagem pode então opor o rigor de seus contornos, ao mesmo tempo materiais — um conjunto de bens, um "território" — e imateriais: a hierarquia das solidariedades que fixa o lugar de cada um no interior do grupo, o auxílio que cada um deve e que lhe é devido. Tal hierarquia define um eixo temporal único, cuja continuidade só pode ser garantida pelos filhos, e funda a predominância do mundo masculino sobre o mundo feminino. Predominância que ultrapassa os limites do Islã, estendendo-se ao conjunto do Mediterrâneo, por razões aliás bem complexas: a herança de Roma que faz com que as famílias patrícias italianas da Renascença, mesmo saídas do comércio, voltem a adotar a velha regra do fideicomisso; a tradição particular da Igreja oriental, que submete mais rigorosamente o casamento das moças à autorização parental; a exacerbação do sentimento de honra, a partir do contato com o Islamismo, como na Castela medieval. De certa forma, em toda parte, o espaço público é reservado prioritariamente ao homem. Direito e dever ao mesmo tempo, aliás, pois ele só pode ser homem na medida em que se coloca sob o olhar dos outros, desafiando-os e enfrentando-os.

Esse espaço público da cidade, onde ele deve aparecer, tem, por sua própria natureza, uma dupla definição. Em relação à casa, lugar do repouso e do sono, mas espaço fechado, privado, feminino, proibido e a ser defendido. Em relação à região plana, à "região vazia" do

campo, espaço aberto, mas lugar de trabalho e da natureza. Impõe-se, portanto, como o espaço da ação sem trabalho: lugar do ritual e da festa, do gesto e do espetáculo, do lazer e dos jogos.

Lugar do ritual: não existe cidade sem fundador real ou mítico, herói ou santo. Sem um centro ao mesmo tempo político e religioso. Sem um limite que, à imagem do *pomerium* romano, separe-a nitidamente do campo e coloque-a sob a proteção divina. Sem uma orientação claramente legível: a de sua planta, quando regular, de seu *cardo* e de seus *decumanus*, que se cortam em ângulo reto; a de seu eixo de desenvolvimento; a das rotas que lhe deram origem e que terminam em suas portas, mas que a ligam através dos campos, do deserto ou do mar, a outras cidades; a do altar-mor de suas igrejas ou da direção da oração. Toda cidade tira seu sentido e sua realidade de um sistema de referências.

Seja sua planta geométrica ou espontânea, a cidade é organizada em função dos intercâmbios entre os homens: e em função de intercâmbios de signos e símbolos mais do que de bens. Raramente o importante é a rua, lugar de passagem estreito e atravancado, que as casas sempre procuram anexar como se fosse um pátio: basta pôr algumas cadeiras para fora para que o barbeiro possa fazer ali a barba de seu cliente, para que as crianças façam suas lições e brinquem, sob o cuidado das mulheres que costuram ou tricotam. O verdadeiro centro da vida social situa-se em outro lugar, na praça, onde desemboca toda essa circulação caótica e confusa das ruelas. Sempre melhor defendida contra a invasão dos estranhos, enquanto subsistir uma vida coletiva será o domínio público por excelência, uma constante do urbanismo mediterrânico, desde a ágora grega e o fórum romano. Plaza Mayor, cenário obrigatório e muitas vezes faustoso das cidades espanholas. Praças estreitas, comprimidas ao redor do porto, nas ilhas gregas. Praça da Senhoria ou da Comuna das cidades da Itália média. Grande praça de

Dubrovnic — Placa —, que se estende de uma porta a outra da cidade e a divide em duas. É o lugar dos encontros e do palavrório, das assembléias dos cidadãos e das manifestações de massa, das decisões solenes e das execuções.

Originariamente simples lugar de reunião, ela logo se cerca de pórticos e arcadas, de abrigos contra o sol e contra a chuva. Só excepcionalmente acolhe o mercado, mas reúne ao seu redor os principais monumentos religiosos e civis, aos quais serve simultaneamente de antecâmara e proscênio: o templo de Roma e de Augusto e a cúria, a catedral e o antigo palácio do podestade. Ela exprime o êxito material e político da cidade. A partir do momento em que esta cresce, as praças multiplicam-se e especializam-se. Abaixo da Grande Praça, esboça-se toda uma complexa hierarquia que reproduz a da vida social: uma praça para cada bairro, para cada comunidade étnica ou religiosa; uma praça ainda para cada função, mercado, culto, assembléia, festa; uma praça com as dimensões de uma rua — um *corso* — ao longo da qual alinham-se as casas dos ricos e as lojas de luxo, onde desfilam as procissões e cortejos; finalmente, cada praça tem seu colorido, aristocrático ou popular. Mas sempre basta, no menor vilarejo, um estreito espaço perto da igreja ou da prefeitura, de um bar, de algumas árvores ou de um pouco de sombra para que os homens lá se reúnam e façam a praça viver.

O destino original das cidades muçulmanas produziu um agenciamento diferente do espaço, aniquilando as funções da praça. Nenhum outro lugar de reunião dos homens, no centro da cidade, além da mesquita e seu pátio, rodeada de *medreses*, de *hans* e de banhos. Ali são anunciadas as decisões do poder e recitadas as preces em nome do soberano. A vida comercial instalou-se nos *suks* e nos bazares; mas outras praças, sem dúvida maiores, desenvolvem-se às portas da cidade, onde as caravanas chegam e descarregam-se os camelos.

Ruelas, ruas e praças traçam assim o espaço do lazer. Lá, o grupo oferece-se em espetáculo e observa-se a si mesmo. Os homens que andam, falam e se demoram, não estão ali para trabalhar. Saíram à noite com seus barcos de pesca, passaram o dia no campo. Ou, como tantos mediterrânicos, trabalham apenas de forma irregular, alguns dias por ano, esperando um emprego hipotético. Ou ainda, e cada vez mais nos dias de hoje, têm atrás de si uma vida de trabalho na América, na Alemanha, na Venezuela ou na Austrália, e voltaram para terminar seus dias junto aos seus. O tempo da cidade pode assim impor seu ritmo próprio, que não é o ritmo monótono e regular do trabalho, mas o ritmo descontínuo do silêncio e da palavra, das longas discussões que preparam qualquer decisão, que acompanham qualquer negócio e comentam qualquer acontecimento. Ritmo do passeio, da *passeggiata* ou do *paseo*. O do ouzo lentamente degustado: não se entra no bar para beber, mas para assumir seu lugar numa sociedade de homens. Ritmo, finalmente, do jogo, de tão grande importância na vida dos mediterrânicos. O jogo de cartas, do quadro de Cézanne, cena não menos célebre de Pagnol... Mas também o jogo de damas, encontrado nas lajes do Fórum romano, os ganizes e os dados, símbolos do acaso desde César. Os homens jogarão então em todo lugar, na rua, se são pobres, mas em geral em um lugar público, bar ou terraço, ou, quando se acentuam as divisões sociais, num clube ou círculo. Toda cidade andaluza possui seu "Círculo dos Trabalhadores", toda vila da Sicília seu ou seus círculos rivais de *galantuomini:* um lugar que sem dúvida rompe a solidariedade social, mas onde os homens se encontram entre seus iguais, para se conhecer e se desafiar, pois a aposta sempre acompanha o jogo.

É claro que existem cidades laboriosas e atarefadas, Barcelona, Marselha ou Gênova, hoje tragadas pela corrente da economia mundial que elas outrora dominavam. Mas são um pouco como que exceções. Em toda parte,

como já o era na Atenas de Péricles no auge de sua prosperidade artesanal e comercial, dominam os valores da ociosidade: o trabalho é para os outros, senão sempre para os escravos. E a única atividade cujo espaço é reconhecido em todas as cidades — o comércio, o intercâmbio dos bens — tende a viver neste ritmo de lazer. Sabe-se que não há qualquer interesse em concluir um negócio com muita rapidez. Vender e comprar, ganhar ou perder, isto parece passar para o segundo plano em relação ao prazer da barganha, da discussão indefinidamente prolongada, interrompida e retomada, só concluída quando os dois atores fazem questão de se cumprimentarem por terem desempenhado tão bem.

No entanto, por mais que seja importante viver sob os olhares dos outros, isto não poderia constituir um objetivo suficiente. O espetáculo esgotar-se-ia em gratuidade se de individual não se tornasse coletivo. Ele exige essas grandes representações que mobilizam o grupo por completo, e que lhe permite sentir, no sentido mais completo do termo, sua coesão: exprimi-la, verificá-la, percebê-la em todo seu poder e dela extrair uma nova confiança. Marcam os "tempos fortes" da vida social. Eram, na Antigüidade, o teatro, os jogos do circo, as corridas de carros e os combates de gladiadores, cuja condenação pelos moralistas do Império Romano, mesmo justificada pela sua degradação, faz-nos esquecer sua origem e sua dimensão religiosa. Em nossos dias, é, em quase todo lugar, o esporte, a tourada na área espanhola, as grandes festas religiosas e cívicas ainda celebradas em certas cidades italianas e que testemunham um passado recente. Em todos os casos, são espetáculos de homens, realizados por homens e para homens.

Se o esporte, sob a forma de esporte coletivo e sobretudo do futebol, pôde ocupar o primeiro lugar, é sem dúvida menos pelo seu valor atlético do que pelo fato de ter assumido, mesmo sob uma forma empobrecida, a função determinada por Aristóteles para a tragédia gre-

ga: a purificação das paixões do espectador, levadas ao paroxismo durante a representação. Daí o desencadeamento de violências partidárias, que reproduzem as lutas dos clãs da vida política: é impossível assistir à partida como observador neutro, pela simples beleza do esporte. Daí também a celebração da vitória como se fosse um triunfo: toda a cidade então se identifica, por um tempo aliás bem curto, à sua equipe.

A tourada atua mais sutilmente sobre dois registros que se sobrepõem sem se confundir: um, o aparente, de uma celebração que reúne no mesmo espaço fechado da arena o conjunto da sociedade urbana — todas as classes reunidas, mas não misturadas — para assistir ao mesmo combate, sentir os mesmos medos e exaltar o mesmo herói; o outro, o da cumplicidade mais íntima que se estabelece no nível inconsciente entre o espectador e o par formado pelo animal e pelo homem, que o doma pela coragem e pela inteligência antes de matá-lo, como se as duas bravuras confrontantes tivessem que se equilibrar para justificar a morte final.

Mas o espetáculo ganha outras dimensões quando se liberta da arena ou do estádio e escolhe como palco a própria cidade, rompendo a fronteira que separa atores de espectadores e mobilizando totalmente ou em parte a população. Era esta a função evidente das grandes procissões que faziam o conjunto dos habitantes desfilar pela cidade, cada qual em seu lugar e em sua categoria, em uma cerimônia ao mesmo tempo política e religiosa: o friso das Panatenéias fixou seu modelo clássico. Contudo, o exemplo do carnaval romano mostra claramente a fragilidade deste tipo de festa, a rapidez com que se degrada de celebração em simples representação, quando o poder o anexa a seu serviço. Ainda o encontramos, ao mesmo tempo arcaico e pobre, mas mais perto do modelo inicial, nas pequenas cidades do Sul da Itália. Pois a Itália deve à multiplicidade de suas cidades uma excepcional riqueza de festas coletivas. A corrida de cavalos

montados em pêlo, que sobrevive em Siena, era um elemento normal do *palio*, que se via ainda, há mais ou menos cento e cinqüenta anos, em quase toda parte, principalmente em Roma, no Corso.

Como esta, as festas do Círios (*Ceri*, em Gubbio) ou a dos Lírios (*Gigli*, em Nola), onde os participantes carregam pelas ruas umas "máquinas" de madeira que pesam muitos quintais ou mesmo toneladas, escondem, por trás do pretexto religioso da homenagem rendida ao santo protetor, um duplo aspecto. Um, o aspecto inegavelmente esportivo de uma prova física imposta aos homens jovens. O outro, político e cívico: em todos os casos, a festa visa reconciliar os bairros por uma justa cujo resultado deve renovar o pacto da fundação, unificando assim, simbolicamente, o espaço sempre frágil e ameaçado da cidade.

Este livro foi impresso
(com filmes fornecidos pela Editora)
na Gráfica Editora Bisordi Ltda.,
à Rua Santa Clara, 54 (Brás),
São Paulo.